

# Referencial Curricular *de Alagoas*



**Educação Infantil**

---

2019





(Fonte: Agência Alagoas – Foto: Márcio Ferreira)

O governador Renan Filho, por meio do Decreto nº 55.235, de 22 de setembro de 2017, instituiu a ave Mutum como símbolo do Estado de Alagoas, em comemoração ao bicentenário da emancipação política de Alagoas.

O regresso do Mutum de Alagoas (Pauxi mitu) aconteceu 42 anos depois da ave, genuinamente alagoana, ter sido declarada à beira da extinção. Pedro Nardelli foi quem redescobriu o Mutum de Alagoas aqui e o levou, no final da década de 1970, para o Rio de Janeiro.

Atualmente, em processo de reintrodução na fauna de Alagoas, alguns espécimes estão num viveiro, especialmente construído

para receber a ave, pelo Instituto para Preservação da Mata Atlântica (IPMA), em terras da Usina Utinga Leão, no município de Rio Largo.

Escolhemos o Mutum de Alagoas para representar o Referencial Curricular de Alagoas, pois a história de resistência, resiliência e bravura da ave símbolo de Alagoas, assemelha-se com a história do povo alagoano.

Desse modo, o artista plástico da cidade de Major Izidoro e egresso da Escola Estadual Constança de Góes Monteiro, Lucas Pereira França, criou uma linda arte para o Referencial Curricular de Alagoas, inspirado no Mutum de Alagoas, no povo e no território alagoano.





GOVERNO DE ALAGOAS  
Secretaria de Estado da Educação

# REFERENCIAL CURRICULAR DE ALAGOAS

ALAGOAS  
2019





HELOÍSA GABRIELA SANTOS SILVA - ESCOLA ESTADUAL PEDRO JOAQUIM DE JESUS





**JOSÉ RENAN VASCONCELOS CALHEIROS FILHO**  
Governador de Alagoas

**JOSÉ LUCIANO BARBOSA DA SILVA**  
Vice-Governador de Alagoas  
Secretário de Estado da Educação de Alagoas



**LAURA CRISTIANE DE SOUZA**  
Secretária Executiva de Educação

**SÉRGIO PAULO CALDAS NEWTON**  
Secretário Executivo de Gestão Interna

**RICARDO LISBOA MARTINS**  
Superintendência de Políticas Educacionais

**WILANY FÉLIX BARBOSA**  
Superintendência do Sistema Estadual de Educação

**ROSEANE FERREIRA VASCONCELOS**  
Superintendência da Rede Estadual de Ensino



**CARLOS RUBENS ARAÚJO**  
Presidente da Undime/AL

**DJALMA BARROS DE SIQUEIRA NETO**  
Vice Presidente da Undime/AL

**ANA DEYSE RESENDE DOREA**  
Secretária de Coord. Técnica

**GLAUCIANE VEIGA WANDERLEY**  
Secretária de Finanças



**VALQUÍRIA DE LIMA SOARES**  
Presidente do Conselho Estadual de  
Educação de Alagoas – CEE/AL



**LUCAS RINALDO VIEIRA DA SILVA**  
Presidente da União Nacional dos Conselhos  
Municipais de Alagoas – UNCME/AL

## COORDENAÇÃO GERAL

Ricardo Lisboa Martins  
Secretaria de Estado da Educação de Alagoas  
SEDUC/AL

Rosa Maria Melo dos Santos  
União Nacional dos Dirigentes Municipais de  
Educação | UNDIME/AL

## COORDENAÇÃO DE ETAPA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Patrícia Gomes de Siqueira  
Coordenadora de Educação Infantil

REDADORES DE EDUCAÇÃO INFANTIL  
Cristina de Fátima da Silva Peiter  
Jádina Inácio da Rocha Castro  
Ricardo Almeida Maciel

## COORDENAÇÃO DE ETAPA ENSINO FUNDAMENTAL

Márcia Cristina Batista da Silva  
Anos Iniciais do Ensino Fundamental

Fabiana Alves de Melo Dias  
Anos Finais do Ensino Fundamental

## LINGUAGEM

REDADORES DE  
Língua Portuguesa  
Quitéria Rosa Pereira Oliveira  
Luciana Santos Silva  
Vanda Pereira Leite Dias

REDADORES DE LÍNGUA INGLESA  
Jair do Nascimento Porto  
Sandra Felisberto da Rocha

REDADORAS DE ARTE  
Angela Neumy Fragoso Fatimi  
Juliana Fernanda Mello Amorim

REDADORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
Adalberto Gomes de Lima Júnior  
Gedalva Queiroz Brito

## MATEMÁTICA

REDADORES MATEMÁTICA  
Cláudio Henrique de Moraes Silva  
Eliane Silva Araújo Correia  
Terence Coelho Lopes de Magalhães

## CIÊNCIAS DA NATUREZA

REDADORES DE CIÊNCIAS DA NATUREZA  
Bernadete Fernandes de Araújo  
Cristiane de Castro Laranjeira Rocha  
Juliane dos Santos Medeiros

## CIÊNCIAS HUMANAS

REDADORAS DE GEOGRAFIA  
Klévia Lima Delmiro  
Rozilene Belo Barros dos Santos

REDADORES DE HISTÓRIA  
Josafá Ferreira Campos  
Luciana Tenório Costa Silva

ROSILÂNIA MACEDO DA SILVA  
Articulador de Conselhos - CEE/AL

JOSÉ NEILTON NUNES ALVES  
Articulador de Regime de Colaboração UNDIME/AL

MURILO FIRMINO DA SILVA  
Articulador de Conselhos - CEE/AL

LUCAS RINALDO VIEIRA SILVA  
Articulador de Conselhos - UNCME/AL

**FICHA CATALOGRÁFICA**



**SECRETARIA DE ESTADO DA  
EDUCAÇÃO DE ALAGOAS**

Avenida Fernandes, s/n - Farol

Maceió – AL

CEP: 57055-055

Sítio: <http://www.educacao.al.gov.br/>

**UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS  
DE EDUCAÇÃO DE ALAGOAS**

Av. Dom Antônio Brandão, 218 - Farol

CEP: 57.051-190 - Maceió/AL

Telefone: (82) 3336.6637 Celular: (82)  
98147.2669

Sítio: [undimeal@bol.com.br](mailto:undimeal@bol.com.br)





'GUERREIRO ALAGOANO'

Autor: João Gabriel da Conceição

Orientador: Mário Zeymison Castro da Silva

Escola Estadual Humberto Mendes

Palmeira dos Índios/AL

3ª Gerência Regional de Educação

## À COMUNIDADE ESCOLAR

A Secretaria de Estado da Educação apresenta às Comunidades Escolares das 13 Regionais de Educação de Alagoas e seus 102 municípios, o REFERENCIAL CURRICULAR DE ALAGOAS.

O Referencial Curricular de Alagoas é um documento para todo território alagoano, construído democraticamente, com participação dos alagoanos, mas principalmente, professores e instituições de ensino de Alagoas.

O Referencial Curricular de Alagoas nasceu de um processo com inúmeras intervenções e contribuições dos mais variados colaboradores, BNCC e os referenciais estadual e municipais, além de pesquisas, consultas públicas, seminários, grupos de trabalhos, visitas técnicas, leituras críticas por especialistas, oficinas, debates, audiências públicas etc.

Todo o trabalho de (re)elaboração do Referencial Curricular de Alagoas contou com uma equipe de técnicos e especialistas: coordenadores, redatores, articuladores da SEDUC, da UNDIME, UNCME e CEE.

Este documento contempla competências e habilidades essenciais em todo território brasileiro, por meio da Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental, bem como as experiências das pessoas que vivem, aprendem e ensinam no território alagoano.

O Referencial Curricular de Alagoas propõe que a educação escolar alagoana deva organizar a formação e desenvolver as potencialidades de todos os envolvidos nos processos de ensino e de aprendizagem.

Crianças e estudantes, em suas diversidades, valorizadas em seu território, aprenderão e ampliarão os saberes historicamente construídos pela humanidade e pelo povo alagoano.

A Escola, em seu papel transformador, precisa promover uma Aprendizagem Significativa, considerando a variedade de interfaces que o Ensino do conhecimento escolar realiza, por meio da inovação, da contextualização, da interdisciplinaridade, da pesquisa e dos letramentos.

**Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Laura Cristiane de Souza**

Secretária de Estado da Educação de Alagoas



# ALAGOAS, UM TERRITÓRIO DE APRENDIZAGENS

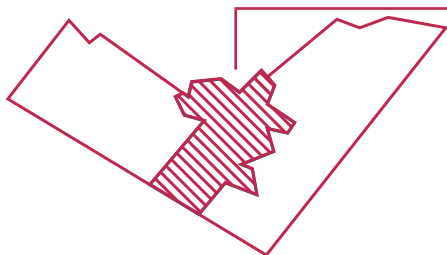
A área territorial de Alagoas é de 27.767,661 km<sup>2</sup>, compreendido por 102 municípios e conforme IBGE<sup>1</sup>, a população totaliza 3.322.820 habitantes, com densidade demográfica de aproximadamente 119,31 hab/km<sup>2</sup>. Com relevo formado por planície litorânea, planalto a norte e depressão no centro, o ponto mais elevado é a Serra de Santa Cruz, com 844 m acima do nível do mar. Localizado na Região Nordeste, o Estado faz limites com Pernambuco, Sergipe, Bahia e o oceano Atlântico. Em quase todo território alagoano, o clima é tropical, com temperaturas entre 18°C e 26°C. O inverno é a estação em que ocorre maior índice de chuvas. Os principais rios são: Ipanema, Moxotó, Mundaú, Paraíba do Meio e São Francisco. O território é dividido geograficamente em três Mesorregiões:

---

1 População e Densidade Demográfica estimadas para 2018, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/panorama>)

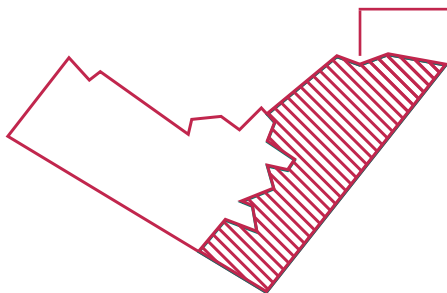
## Mesorregiões de Alagoas

### Mesorregião do Agreste Alagoano



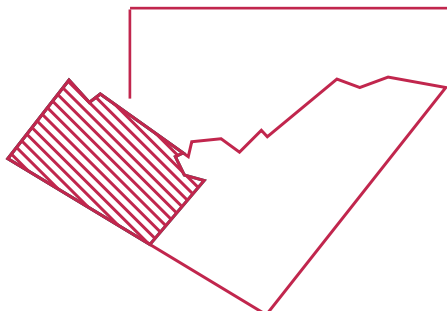
Composta pelas Microrregiões de Arapiraca, Palmeira dos Índios e Traipu: Está localizada na área central do estado, está entre o Sertão e a Mata Atlântica. Nos seus 24 municípios predominam culturas de feijão, fumo, amendoim, mandioca, milho, caju, algodão e cana-de-açúcar. Neles, são encontrados minerais como: amianto, argila, calcário e ferro.

### Mesorregião do Leste Alagoano



Formada pelas Microrregiões do Litoral Norte Alagoano, Maceió, Mata Alagoana, Penedo, São Miguel dos Campos e Serra dos Quilombo. Com 52 municípios, é a Mesorregião mais habitada. Há um intenso turismo por causa de suas belas praias. A zona da mata chama atenção, principalmente pela flora e fauna da Mata Atlântica. Historicamente, a cana de açúcar é a cultura predominante. Possui o Porto do Jaraguá e Aeroporto Zumbi dos Palmares. Além do turismo, o comércio e a indústria fortalecem a economia da região.

### Mesorregião do Sertão Alagoano



Compreende as Microrregiões alagoanas do Sertão do São Francisco, Batalha, Santana do Ipanema e Serra do Sertão Alagoano: É formada pela união de 26 municípios agrupados em quatro microrregiões. O clima nessa Mesorregião é semiárido, com baixa umidade relativa do ar. Vegetação de caatinga menos populosa. A economia desta mesorregião está baseada principalmente na pecuária. Desenvolve criação de caprinos e bovinos, além da cultura do cultivo de feijão e mandioca.

O povo de Alagoas tem características marcantes: resistência, alegria, resiliência e cordialidade. Com origem étnico-racial na miscigenação entre os índios que já habitavam a região, os europeus - principalmente portugueses - e dos negros trazidos da África. A maioria da população autodeclara-se parda, com significativa parcela de brancos. A vida e experiências do povo alagoano, do Litoral, da Zona da Mata, do Agreste e do Sertão, caracterizam todo seu território com sua grande riqueza cultural, que se destaca no artesanato, folclore, culinária, arquitetura, religiosidade, produção literária, festas, danças, músicas, flora, fauna, lagoas, rios, praias e mares.

Pode-se dizer o quão são admirados o filé alagoano, a singeleza, a cerâmica e jóias ecológicas indígenas e quilombolas. O sururu de capote, caldinho de massunim ou de feijão, fritada de siri, peixada, buchada, queijo manteiga, tapioca ou um arroz de tempero com um pirão de galinha de capoeira. O Coco de roda, Reisado e Pastoril encantam toda gente, são muito apreciados de vaquejada e cavahada. Território da liberdade dos povos indígenas e dos quilombolas, destacando-se filhos ilustres como: Zumbi dos Palmares, Graciliano Ramos, Aurélio Buarque de Holanda, Nise da Silveira, Jorge de Lima, Linda Mascarenhas, Dja-

van, Rainha Marta e muitos outros. Os sotaques e expressões típicas como oxe, oxente, arretado, pocar, vôte, bulir, avia, catenga, resenha, mangar e muitas outras, definem também o território de Alagoas.

Os encantos naturais de Alagoas reforçam o turismo como um grande vetor da economia. Destacam-se as belas praias, lagoas, lagoas e rios, especialmente toda a região banhada pelo Rio São Francisco. É crescente o turismo ecológico e de aventura, com descobertas de trilhas, sítios arqueológicos e reservas da mata Atlântica. O comércio e os serviços têm grandes destaques na economia do Estado. Pelo interior, as grandes feiras livres trazem os produtos da agricultura familiar e da pecuária. As culturas da cana-de-açúcar, arroz, feijão, macaxeira, inhame, milho, banana, abacaxi, coco, laranja, algodão e fumo são destaque. O Estado também possui rebanhos bovinos, equinos, caprinos, bubalinos, piscicultura e ovinos. A indústria alagoana destaca-se nos setores alimentício, açúcar, álcool, têxtil, químico, cloro químico, cimento, mineração, produção de petróleo e gás natural.

Mesmo com grande influência branco europeia, destaca-se que os povos tradicionais, indígenas e quilombolas, estão por todo Estado e garantem, principalmente, as identidades culturais do local.



A seguir, apresentaremos perspectivas e dimensões do Referencial Curricular de Alagoas, o qual é construído a partir do processo de implementação da Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil e Ensino Fundamental, conforme a Resolução CNE/CP nº 2 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente, ao longo das etapas e respectivas modalidades, no âmbito da Educação Básica.

## Referencial Curricular de Alagoas

O Ministério da Educação, em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME e o Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação - FNCEE desenvolveu um processo de (re)elaboração dos documentos curriculares dos Estados e Municípios, por meio de um grande trabalho de regime de colaboração. Este processo permitiu a potencialização e otimização dos recursos materiais e humanos de Estados e Municípios.

Em Alagoas, o processo de regime de colaboração se materializou por meio da SEDUC/AL, UNDIME/AL, CEE/AL e UNCME/AL. O objetivo do processo foi reelaborar o Referencial Curricular de Alagoas, definindo um documento para o território alagoano, com base nos documentos curriculares dos Sistemas de Ensino municipais e estadual, para nortear o trabalho docente nas escolas de Alagoas. Neste contexto, especialistas redatores, articuladores e coordenadores foram selecionados e ajustaram o documento curricular preliminar - Referencial Curricular de Alagoas, que passou por uma grande consulta pública e contou com a participação e contribuição das comunidades educativas dos 102 municípios alagoanos.

Em Alagoas, optou-se por um documento curricular para o território, denominado Referencial Curricular de Alagoas. Desta forma, falar de um documento que referencie processos didático-pedagógicos é referir-se a currículos declarados e ocultos, que se formam e ganham forma nas vivências e experiências históricas e diárias, a partir de referenciais como: povos, tradições, atividades, cultura e economia entre outros. Partimos do princípio que Referencial Curricular é um conjunto de reflexões de cunho educacional que dispõe de orientações didáticas para os educadores das diversas áreas

do conhecimento, respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural de cada localidade.

Para a construção de uma proposta curricular ampliada, que se efetive na prática, se faz necessário que as concepções, em torno dos elementos articuladores, sejam bem definidos e alinhados entre todos os que a desenvolvem, especialmente em torno das especificidades que compõem o território e cada etapa da Educação Básica. Para pensar numa proposta de referencial curricular é necessário definir de qual currículo estamos falando, para quem é construído, quais objetivos e como pensar a educação, ao mesmo tempo em que surge a necessidade de dialogar com questões centrais do processo educativo: o que aprender, para que aprender, como ensinar, como promover redes de aprendizagem colaborativa e como avaliar o aprendizado.

A partir desses elementos, definem-se, como balizadores deste documento curricular, os princípios éticos, estéticos e políticos que norteiam e fundamentam uma educação voltada para o desenvolvimento humano global, considerando o sujeito em todas as suas dimensões: cognitivas e socioemocionais. Pensar a formação integral desse sujeito é pensar uma educação voltada ao seu acolhi-

mento, reconhecimento e desenvolvimento pleno nas singularidades e diversidades.

A sociedade contemporânea impõe necessidades de desenvolvimento de competências, específicas das culturas digitais do Séc. XXI, que vão muito além do acúmulo de informações. Nesse contexto, é real a necessidade de se formar um sujeito crítico, comunicativo, criativo, participativo, colaborativo, aberto ao novo, protagonista e autêntico em suas escolhas, um sujeito que convive, respeita e aprende com as diferenças e as diversidades.

A necessidade do Estado de Alagoas em revisar seu Referencial Curricular é decorrente da relevante aproximação da prática educacional em relação às orientações expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A BNCC é um documento de caráter normativo e apresenta as aprendizagens essenciais que foram definidas para assegurar o desenvolvimento de competências gerais, habilidades que se consubstanciam, no âmbito pedagógico. Para tanto, serão apresentados neste Referencial Curricular de Alagoas, elementos estruturantes que devem ser adotados nos currículos escolares, como forma de garantir os direitos de aprendizagem de

todas as crianças, jovens e adultos alagoanos a partir de suas especificidades, com foco em seu desenvolvimento integral, ou seja, uma ferramenta de estímulo à reflexão sobre o que e como pensar, construir e executar um currículo, considerando as particularidades regionais e locais com a participação de todos os responsáveis e interessados.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN (1996), no art. 22, a educação básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum, indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores. Já o art. 32 tem por objetivo, a formação básica do cidadão. Na educação formal, os resultados das aprendizagens precisam expressar e apresentar a possibilidade de utilizar o conhecimento para tomar decisões pertinentes em situações que requerem sua aplicação. A esse conhecimento mobilizado, operado e aplicado, em situação, dá-se o nome de competência. Outro desafio é assegurar acesso pleno de crianças, adolescentes e jovens no ensino fundamental, esforço que exige colaboração entre redes estaduais e municipais e acompanhamento da trajetória educacional do estudante.

No que tange o Plano Nacional de Educação - PNE (2014 - 2024, Metas 4 e 8), o Estado precisa fortalecer seu papel de coordenação no território, realizando busca ativa e viabilizando o planejamento de matrículas, de forma integrada aos Municípios, bem como incorporando instrumentos de monitoramento e avaliação contínua em colaboração com os Municípios e com a União. Há ainda a necessidade de que os Estados e Municípios projetem a ampliação e a reestruturação de suas escolas na perspectiva da educação integral e, nesse contexto, é estratégico considerar a articulação da escola com os diferentes equipamentos públicos, espaços educativos, culturais e esportivos, revitalizando os projetos pedagógicos das escolas nessa direção. A política pública deve fortalecer sistemas educacionais inclusivos em todas as etapas, viabilizando acesso pleno à educação básica obrigatória e gratuita. A juventude (jovens e jovens adultos, conforme o Estatuto da Juventude) do campo, das regiões mais pobres e negra; devem ganhar centralidade nas medidas voltadas à elevação da escolaridade de forma a equalizar os anos de estudo em relação aos demais recortes populacionais. Os Estados e os Municípios devem se organizar e entender esses desafios como compromissos com a equidade, contan-

do com o apoio federal para viabilizar o atendimento das pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Salienta-se que o processo de regime de colaboração para implementação da BNCC da Educação Infantil e Ensino Fundamental, definido pela Resolução CNE/CP nº 2 de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser obrigatoriamente respeitada, ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, traz competências gerais para a formação do sujeito da ação educacional em sua integralidade. Indica ainda, dez competências gerais a serem desenvolvidas dentro de uma conexão entre as etapas e os campos de experiências e/ou as áreas de conhecimento, visionando que, ao final de todo o processo, a criança e/ou estudante tenha assegurado o direito a essas competências nos processos de ensino. Para todas as áreas, há competên-

cias específicas, definidas a partir da mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e sócio emocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas na vida cotidiana do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Tais competências estão agrupadas e organizadas em Unidades Temáticas, visando uma progressividade e continuidade no tratamento dado à construção do conhecimento nesta etapa de ensino.

Em cada Unidade Temática, formam-se os Objetos de conhecimento, que correspondem aos conteúdos conceituais referentes a essas Unidades. Completando-se com as habilidades, que são distribuídas de forma que propiciem uma progressividade de conhecimentos no Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais. Conforme a BNCC,

***“As aprendizagens essenciais concorrem para assegurar o desenvolvimento das dez competências gerais, que consubstanciam no âmbito pedagógico. As competências são definidas como mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos) habilidades (práticas cognitivas e sócio emocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas na vida cotidiana do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. (BRASIL, 2017)”***

As concepções sobre os processos do como e por que ensinar devem estar bem delimitadas para que assegurem o desenvolvimento e a aprendizagem e se materializem no trabalho da organização pedagógica, tanto na Educação Infantil, quanto no Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Anos Finais. Neste contexto, são definidas as metas, o plano de trabalho, as estratégias de ensino, respeitando o tempo e o ritmo das fases do desenvolvimento das crianças e dos jovens, bem como a avaliação de forma contínua e as concepções prévias, até a mobilização e consolidação da aprendizagem em sua totalidade. Desta forma, o Referencial Curricular de Alagoas garante e ratifica o que a BNCC define como competências gerais para as três etapas de ensino (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) da Educação Básica, objetivando que a criança/estudante as tenha desenvolvido, através de toda sua trajetória.

O Referencial Curricular de Alagoas orienta o território de Alagoas nos Sistemas de Ensino, a efetivação do trabalho e planejamento didático-pedagógico, pautado na consecução das 10 competências da BNCC, ao longo dos processos de ensino das etapas da Educação Básica, áreas de conhecimento, componentes curriculares e ações complementares desenvolvidas nas escolas de Alagoas.

## COMPETÊNCIAS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

- 1.** Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade; continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva;
- 2.** Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas;
- 3.** Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural;
- 4.** Utilizar diferentes linguagens - verbal (oral ou visual-motora, como LIBRAS) e escrita, corporal, visual, sonora e digital - bem como conhecimento das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo;
- 5.** Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva;

- 6.** Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade;
- 7.** Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta;
- 8.** Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas;
- 9.** Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza;
- 10.** Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Além das competências gerais para a educação básica, o documento traz competências e habilidades específicas por área e componente curricular específica, que se desdobram em consonância com as especificidades de cada etapa. Vale ressaltar, que elas oportunizam a articulação horizontal, numa perspectiva interdisciplinar: na Educação Infantil, entre os campos de experiência e no Ensino Fundamental, entre as áreas de conhecimento, perpassando todos os componentes curriculares e também a articulação vertical, ou seja, a progressão entre os grupos etários da educação infantil e entre os anos iniciais e finais do Ensino Fundamental permitindo a continuidade das experiências dos estudantes, de acordo com as especificidades da área/saber. Considerando esses pressupostos e em articulação com as competências gerais da Educação Básica, os campos de experiências e componentes curriculares, devem garantir às crianças desenvolvimento de competências específicas.

Diante da compreensão do porquê e de como ensinar, é necessário se definir para quem ensinar. A educação básica compreende sujeitos em diversas etapas do desenvolvimento humano - crianças, jovens e adultos - e com diferentes características físicas, sociais, in-

telectuais e culturais. Considerando a concepção de educação integral inclusiva defendida na BNCC, as diversidades dos indivíduos que compõem cada grupo de estudantes deve ser considerada para garantir que todos os estudantes sejam contemplados nos processos de ensino e de aprendizagem.

Para tanto, a concepção de sujeito, defendida neste documento, se refere a sua historicidade e seus direitos. No caso da criança, na educação infantil defende-se que, nas interações, relações e práticas cotidianas vivenciadas, ela constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura (BRASIL, 2009, p.12). Com o apoio dos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, esta concepção pode ser ampliada: a criança é um ser humano único, completo e, ao mesmo tempo, em crescimento e em desenvolvimento. Isso porque ela tem características necessárias para ser assim considerada: constituição física, formas de agir, pensar e sentir. É um ser em crescimento porque seu corpo está continuamente aumentando em peso e altura. É um ser em desenvolvimento porque essas características estão

em permanente transformação. As mudanças que vão acontecendo são qualitativas e quantitativas — o recém-nascido é diferente do bebê que engatinha que é diferente daquele que já anda, já fala, já tirou as fraldas. O crescimento e o desenvolvimento da criança pequena ocorrem intrinsecamente tanto no plano físico quanto no psicológico.

Embora dependente do adulto para sobreviver, a criança é um ser capaz de interagir num meio natural, social e cultural desde bebê. A partir de seu nascimento, o bebê reage ao entorno, ao mesmo tempo em que provoca reações, marcando a história daquela família. Os elementos de seu entorno que compõem o meio natural (o clima, por exemplo), social (os pais, por exemplo) e cultural (os valores, por exemplo) irão configurar formas de conduta e modificações recíprocas dos envolvidos.

Diante deste entendimento, é importante que a criança seja considerada a partir de suas necessidades e interesses, colocando-a no centro do planejamento e da prática pedagógica. Para tanto é necessário que o professor planeje e proporcione situações nas quais as interações e brincadeiras sejam eixos articuladores, possibilitando que as crianças se expressem, por meio das suas diversas linguagens.

É por meio da interação e do brincar que a infância se caracteriza, que a criança aprende e se desenvolve.

Nessa perspectiva, o documento determina que seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento sejam assegurados para as crianças nesta prática, enquanto sujeitos sócio históricos e culturais. Sendo assim, tais eixos apontam caminhos que assegurem a compreensão de que as crianças aprendem em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural. Compreendendo garantia de direitos para cumprimento de deveres em busca de uma sociedade alagoana justa, democrática e inclusiva, a BNCC aponta os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, que são conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se.

Ao ingressar no Ensino Fundamental, a criança continua a mesma, no entanto, a proposta de educação se reconfigura. As Leis Federais 11.114/2005, 11.274/2006 e 12.796/2013 (que altera a Lei 9.394/96 em acordo com a Emenda Constitucional 59/2009) instituíram uma nova organização do Ensino Fundamental e definiram, em

algumas delas, a antecipação do Ensino Fundamental a ser iniciado aos seis anos de idade e ampliaram sua duração para nove anos. Outras ampliaram a obrigatoriedade escolar, estendendo-a dos quatro aos dezessete anos de idade. Essa organização traz inevitáveis questionamentos e a obrigatoriedade - ao estado conjuntamente aos municípios - na estruturação de orientações que favoreçam à articulação entre as etapas educativas proporcionando uma transição entre os distintos espaços de socialização da criança em respeito ao momento das práticas e as concepções de ambas as etapas educacionais para que venham a ser integradas a partir do reconhecimento de suas diferentes histórias, valores e concepções. Desse modo, a transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental se constitui em um momento em que se faz necessário o respeito à singularidade das duas etapas como também a um lugar em que a criança precisa transitar alicerçada numa base que garanta seus direitos e vivências de aprendizagem, considerando o passar de uma etapa para outra como parte integrante do processo de desenvolvimento infantil e integral do sujeito.

As DCNEI e a BNCC para a Educação Infantil, apontam a necessidade de as Instituições de en-

sino assegurarem essa transição de forma a dar continuidade aos processos de aprendizagem e de desenvolvimento; efetivamente integrando e buscando garantir de fato o que o é de direito à Educação Infantil e à Educação Básica. Para tanto, esse referencial tem por expectativa apontar elos entre o que se propõe como trabalho de qualidade nas duas etapas.

É imprescindível conhecer o que é próprio de cada etapa e, principalmente, o que é realizado no fazer diário pedagógico, a fim de pensar em estratégias que coloquem a criança em primeiro plano, isto é, ressaltando sua capacidade de aprender e as habilidades a serem conquistadas, considerando o caminho de vivências transcorrido até esse ponto de transição. Pensar em ações que envolvam ambas as etapas é crucial para que as crianças possam, desde a educação infantil (re)conhecer os anos iniciais do ensino fundamental como continuidade, espaço de novos desafios e conquistas, onde não se deixa de ser criança, embora o desenvolvimento inerente a cada grupo etário requeira a maturidade que possibilitará a permanência com sucesso dessa criança e seu pleno desenvolvimento.

A transição se caracteriza por mudanças pedagógicas na estrutura educacional, decorrentes

principalmente da diferenciação dos componentes curriculares. Como bem destaca o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, “os estudantes, ao mudarem do professor generalista dos anos iniciais para os professores especialistas dos diferentes componentes curriculares, costumam se ressentir diante das muitas exigências que têm de atender, feitas pelo grande número de docentes dos anos finais” (BRASIL, 2010). Realizar as necessárias adaptações e articulações, tanto no 5º quanto no 6º ano, para apoiar os estudantes nesse processo de transição, pode evitar ruptura no processo de aprendizagem, garantindo-lhes maiores condições de sucesso.

Importante destacar que, enquanto sujeitos da ação em idade de pré-escola, a criança precisa ser reconhecida e respeitada a partir de suas especificidades e, para garantir minimamente seu desenvolvimento e formação é necessário:

- Evitar atividades que priorizem a alfabetização e/ou antecipação de conteúdos do EF para crianças em idade de pré-escola, como forma de preparação para a entrada no ensino fundamental;

- 
- Apresentar aos pais a proposta pedagógica da IEI destacando a importância de atividades lúdicas, com ênfase no brincar, objetivando o desenvolvimento de diversas habilidades e competências para toda a vida;

- 
- Articulação/diálogo entre a Instituição de Educação Infantil (IEI) com a Escola de Ensino Fundamental (EEF) apresentando proposta/concepção de educação trabalhada de modo que a EEF crie mecanismos de adaptação no primeiro ano;

- 
- Alinhamento da concepção de criança, educação, desenvolvimento e aprendizagem entre as duas etapas da educação básica.

Desse modo, é importante destacar que essa articulação deve ser organizada e orientada respeitando os objetivos de cada etapa, por exemplo, o objetivo da Educação Infantil não é a alfabetização, conforme o que preconiza o Caderno 3 do Programa Nacional de alfabetização da Idade Certa (PNAIC) para a Educação Infantil:

***Embora crianças da pré-escola possam se alfabetizar por interesse particular a partir das interações e da brincadeira com a linguagem escrita, não cabe à pré-escola ter a alfabetização da turma como proposta. Na Educação Infantil, muito mais importante do que, por exemplo, ensinar as letras do alfabeto é familiarizar as crianças, desde bebês, com práticas sociais em que a leitura e a escrita estejam presentes exercendo funções diversas nas interações sociais; é dar-lhes oportunidade de perceberem lógicas da escritas tais como sua estrutura peculiar (não se fala como se escreve), sua estabilidade (as palavras não mudam quando a professora lê uma história) e os múltiplos papéis que desempenha nas sociedades contemporâneas (utilitário e estético). (BRASIL, 2016, p. 26)***

Os principais mediadores nesse processo de transição da educação infantil para os anos iniciais são os professores com planejamentos efetivos elaborados em conjunto com as crianças e para as crianças; uma proposta de educação integrada, na qual os professores da educação infantil olhem para os anos iniciais e os professores dos anos iniciais se voltem para a educação infantil, atentos a uma continuidade e complexidade ludicamente construídas (HECK, 2012). Assim, propomos para as duas etapas em questão uma continuidade dialogada, respeitando suas especificidades, contudo compreendendo que toda a historicidade construída e vivenciada pela criança da Educação Infantil adentra como saberes no Ensino Fundamental, constituindo-se possibilidade para saberes cada vez mais complexos, não descartando em nenhum momento a ludicidade tão presente e fundamental na aprendizagem da criança que ocupa esse lugar de transição. Como aponta a BNCC, o referido lugar deve ser mapeado a partir das:

***[...] informações contidas em relatórios, portfólios ou outros registros que evidenciem os processos vivenciados pelas crianças ao longo de sua trajetória na Educação In-***

***fantil podem contribuir para a compreensão da história de vida escolar de cada estudante do Ensino Fundamental. Conversas ou visitas e troca de materiais entre os professores das escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental – Anos Iniciais também são importantes para facilitar a inserção das crianças nessa nova etapa da vida escolar” (BNCC, 2018, p.51).***

Para que as crianças possuam modos próprios de compreender e interagir com o mundo, cabe às unidades de ensino, através das suas propostas curriculares, favorecer a criação de um ambiente escolar onde a infância possa ser vivida sem rupturas em toda a sua plenitude, um espaço e um tempo de encontro entre os seus próprios espaços e tempos respeitando a identidade do ser criança. Por isso, o acolhimento, adaptação, adequações entre outros procedimentos, não são pertencentes apenas à etapa da Educação Infantil, mas são imprescindíveis nos primeiros anos do Ensino Fundamental.

Para que essa fase da transição logre êxito, o planejamento da escola precisa contemplar os critérios de organização das crianças em classes ou turmas, a definição de objetivos por agrupamentos etários, bem como o planejamento do tempo, es-

paço e materiais considerados nas diferentes atividades e seus modos de organização: tempo em sala de aula, brincadeiras livres, hora da refeição, saídas didáticas, atividades permanentes, sequências didáticas, atividades de sistematização, projetos etc. Considerando sempre a ludicidade e interação como encaixadores dos processos de aprendizagem da criança para que a integração da Educação Infantil ao conjunto da Educação Básica, através dos primeiros anos do Ensino Fundamental, se concretize sem rupturas favorecendo a continuidade da aprendizagem de saberes espontâneos e científicos com sucesso.

Os processos de ensino e aprendizagem guardam, em si, conceitos diferentes porém, urge, nesse contexto de um entrelaçamento, para que se possa assegurar ao estudante a competência necessária em cada ano/etapa do ensino escolar, levando o professor a pensar nos processos que envolvem o aprender. Dentro desse contexto, os processos de ensino e aprendizagem perpassam pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Básica, pela BNCC (BRASIL, 2017), pelo Referencial Curricular de Alagoas, pelo Projeto Político Pedagógico da escola e pelo Plano de Aula do professor. Todos esses documentos norteiam a ação didática do professor,

assim como também expressam e perpassam as concepções de mundo, de sociedade, de escola e de estudante que queremos formar. Com isso, o Currículo se configura dentro de uma multiplicidade de saberes e prática de ambientes de aprendizagem, em que se legitima a identidade sócio cultural de um povo.

Os professores, ao prepararem suas aulas, devem considerar esse ambiente em que os estudantes vivem, para que visualizem objetos, coisas e fenômenos que permitam interação, visando facilitar o diálogo e as relações interpessoais. Além disso também, devem ser consideradas as concepções prévias de mundo que o estudante já possui. Segundo Campos e Nigro (1999), é preciso considerar aquilo que o estudante pensa a respeito de determinado assunto, suas ideias e conhecimentos já adquiridos fora do ambiente escolar.

As condições de aprendizagem se fazem a partir de vários modos, em que se consideram desde o acesso do estudante à escola, ao tempo de hora/aula que se dedica, entre outros fatores que devem ser respeitados como forma de assegurar ao estudante o tempo necessário ao seu desenvolvimento cognitivo. Assim como, se faz necessário observar as dificuldades e avanços obtidos, ou seja, o desempenho cognitivo do estudante, intervindo em tempo hábil, em que possa oportunizar a ele o avanço progressivo da aprendizagem.

A articulação teórica e prática deve permear o ensino de cada disciplina, de modo que a prática aqui mencionada não se restrinja aos experimentos no laboratório ou observações, mas acontecendo sempre que conhecimentos são mobilizados para entender a realidade e sempre que saia do plano das abstrações conceituais para o plano real (RIO GRANDE DO SUL, 2006). Kleiman e Moraes (2009) defendem a perspectiva de uma educação que seja para além da transmissão de conhecimentos e, nesse sentido, é importante que se adotem nas escolas, metodologias de ensino que busquem inovar as práticas pedagógicas, oferecendo ao estudante a oportunidade de uma postura ativa, interessada e comprometida no processo de aprendizagem, práticas diferentes das que se encontram nas salas de aula mais tradicionais. Para tanto, é imprescindível a inclusão não só dos conteúdos, mas também, sua contextualização, experimentação, integração entre disciplinas, áreas de conhecimento, vivências e convivência em tempos e espaços escolares e extraescolares, mediante aulas e situações diversas (BRASIL, 2013).

Conforme Santomé apud Brasil (2013) na educação básica a proposta baseia-se em metodologias mistas, as quais são desenvolvidas em pelo menos dois espaços/tempos. Um deles destinado ao aprofundamento conceitual no interior das disciplinas, e outro, voltado a atividades integradoras, desenvolvidas a partir de várias estratégias ou temáticas, mediante a organização do projeto pedagógico da escola. Estes projetos podem privilegiar as relações entre situações reais existentes nas práticas sociais (ou simulações de situações) e os conteúdos das disciplinas, tendo como fio condutor as conexões com o mundo do trabalho e com a sociedade em geral.

As estratégias inovadoras se materializam com a utilização de materiais didáticos tecnológicos diversos, imbuídas de intencionalidades e planejamento estratégico. O aparato tecnocientífico contribui para enriquecer a prática de sala de aula, a democratização do acesso e uso pedagógico da internet, que é um desafio, mas ao mesmo tempo, constitui uma aliada na consolidação da aprendizagem.

No Ensino Fundamental, orienta-se que o recurso das mídias digitais seja explorado reflexivamente de modo a analisar os aspectos negativos e positivos de seu uso, assim aproximando do mundo das crianças e dos jovens, tornando as aulas mais atrativas e prazerosas. Essas estratégias não podem ser interpretadas como receitas prontas, mas sim, quebrar as barreiras entre a escola e o contexto sociocultural, contribuindo para o desenvolvimento das competências socioemocionais para lidar com os conflitos e as adversidades sociais. Em consonância com a BNCC (2017) orienta-se que, nos processos de ensino, se utilize os diversos tipos textuais e recursos midiáticos, tais como filmes, documentários, artigos de jornais e revistas, simulações de experimentos, pautados na concepção de se ter um estudante proativo, gerenciador do seu aprendizado.

---

## Um Referencial para Educação Inclusiva

A educação inclusiva parte do princípio de que todos têm direito de acesso ao conhecimento sem nenhuma forma de discriminação. Tem como objetivo reverter a realidade histórica do país marcada pela desigualdade e exclusão. A política educacional inclusiva do Referencial Curricular de Alagoas é orientada pelo reconhecimento deste direito, respeito

à individualidade e valorização da diversidade. A educação é um direito garantido a todas as pessoas, com ou sem deficiência, e obrigatória para crianças, adolescentes e jovens dentro da faixa etária de 04 a 17 anos.

O Referencial Curricular de Alagoas preconiza e fundamenta a importância para o território alagoano, da promoção da educação inclusiva, no que tange o Atendimento Educacional Especializado - AEE à estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, transtornos globais de desenvolvimento, bem como o cuidado e o trabalho individualizado de estudantes com altas habilidades e superdotação<sup>2</sup>.

O Atendimento Educacional Especializado - AEE oferecido ao estudante é construído a partir das necessidades educacionais específicas visando a definição dos recursos necessários e às atividades a serem desenvolvidas. A responsabilidade da elaboração do Plano de Atendimento Educacional Especializado - PAEE, é do professor da Sala de Recursos Multifuncionais - SRM em interlocução com o professor regente de aula ou de turma. Para isso o professor da sala de AEE recebe da escola e família do estudante informações sobre as suas necessidades específicas, em relação a sua participação na escola e a sua aprendizagem. Essas informações devidamente fundamentadas são enviadas por meio de relatório e anexada ao Plano de Desenvolvimento do Estudante - PDI com base nestes dados o Professor de AEE elabora seu plano de atendimento.

Os recursos de acessibilidade na educação são aqueles que asseguram aos estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, condições de acesso ao currículo para a utilização dos materiais didáticos e pedagógicos, dos espaços, dos mobiliários e equipamentos, dos sistemas de

---

2 Com base nos termos da Convenção da ONU de 13 de dezembro de 2006, Decreto Federal nº 196 de 09 de julho de 2008, da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, do Decreto Federal nº 7611/2011, da Resolução CNE 04/2009, da resolução CEE nº 460/2013, da Resolução SEE/2197 de 26 de outubro de 2012, da Lei 12.764 de 12 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de proteção dos direitos a pessoas com Transtorno do Espectro Autista, Lei 13.234 de 29 dezembro de 2015; que altera a Lei 9394 de 1996 (LDB) para dispor sobre a identificação, o cadastramento e o atendimento, na educação básica e na educação superior de estudantes com altas habilidades/superdotação, Nota técnica nº 04/2014/MEC/SECADI/DEEE da Lei 13.146 Lei Brasileira de Inclusão de 06 de junho de 2015, do Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009 que promulga a Convenção Internacional sobre os direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinado em Nova York, em 30 de março de 2007 e da Resolução nº 4 de 13 de julho de 2010; que define diretrizes curriculares nacionais gerais para a Educação Básica tendo como fundamento garantir a democratização do acesso a inclusão, permanência e conclusão com sucesso das crianças, jovens e adultos na educação na instituição Educacional a aprendizagem para a continuação dos estudos e a extensão da obrigatoriedade e gratuidade da Educação Básica.

comunicação e informações. O atendimento que ocorre na SRM caracteriza-se como um atendimento educacional especializado que visa à complementação do atendimento educacional comum, no contra turno de escolarização, para estudantes com quadros de deficiências ou de transtornos globais do desenvolvimento ou que apresentem altas habilidades/superdotação, matriculados em escolas comuns, em quaisquer dos níveis de ensino.

No AEE, devem-se abordar questões pedagógicas que são diferentes das oferecidas em escolas comuns e que são necessárias para melhor atender as especificidades desses estudantes. As atividades da sala de recursos não podem ser confundidas com aula de reforço, com o atendimento clínico e tampouco, com um espaço de socialização. As atividades desenvolvidas nesse serviço não devem ter como objetivo o ensino de conteúdos acadêmicos, tais como a Língua Portuguesa, a Matemática, dentre outros. A finalidade do atendimento educacional especializado é promover o desenvolvimento da cognição e metacognição, atividades de enriquecimento curricular, ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização, ajudas técnicas e tecnologias assistivas.

O professor de SRM pode atender os estudantes de forma individual ou em pequenos grupos compostos por necessidades educacionais semelhantes, em módulos, 02 vezes por semana, sendo a frequência determinada pelo professor de sala de recurso e de acordo com o seu plano de atendimento. Esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica da escola de origem do estudante. O AEE integra a proposta político-pedagógica da escola, envolve a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes e deve ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. A equipe da escola deve trabalhar articuladamente com os profissionais da saúde, da assistência social e das outras áreas afins, para atender toda a diversidade dos seus estudantes.

## **Contextualização, desdobramentos e temas integradores e contemporâneos**

O Referencial Curricular de Alagoas sugere Organizadores Curriculares para Educação Infantil e Ensino Fundamental, conforme a BNCC, orientando a organização do ensino e aprendizagem de competências e habilidades descritas como saberes essenciais para todos os brasileiros em escolarização. Destacamos que o Referencial Curricular de Alagoas é a expressão do que concerne cada território, além do que já preconiza os saberes essenciais da BNCC.

O trabalho didático-pedagógico desenvolvido pela escola, a partir dos componentes curriculares, deve se organizar considerando as identidades dos estudantes que, em linhas gerais se constituem uma rica heterogeneidade, presente no rosto das diversidades da sociedade brasileira, especialmente do território alagoano, advindas dos aspectos sociais, econômicos, políticos, religiosos, culturais e ecológico.

O Referencial Curricular de Alagoas também estabelece que as diversidades que constituem a sociedade brasileira e alagoana abrangem os jeitos de ser, viver e pensar. O currículo escolar deve abordar as diversidades como parte integrante das temáticas que constituem as relações sociais. Dessa maneira, o caminho para a efetivação de uma sociedade democrática, em que as diferenças sejam respeitadas e os direitos dos diferentes sujeitos e grupos sociais sejam garantidos em suas representações, na organização social, política, econômica e cultural do país, só é possível por um processo educativo que considere e respeite as diversidades das construções humanas.

Portanto, o currículo escolar deve incluir na abordagem dos conteúdos escolares as discussões sobre questões de gênero, étnico-raciais e religiosas, multiculturalismo, entre outras. É necessário que a discussão das diferenças faça parte do contexto escolar, compreendida a partir de suas dimensões históricas e sociais e das relações que se estabelecem entre os diferentes sujeitos de uma sociedade. As múltiplas relações sociais no Brasil diferenciam homens e mulheres, heterossexuais e homossexuais, negros, índios e brancos, restringindo os direitos e as oportunidades entre os sujeitos em função da discriminação e do preconceito.

A Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental marcam a entrada na educação escolar da criança em processo de formação e de-

envolvimento humano. Nessa perspectiva, a educação nessas etapas da Educação Básica deve considerar os saberes socialmente construídos pelo/a pequeno estudante, partindo de sua identidade e territorialidade, trazendo à tona as práticas e o desenvolvimento de suas habilidades, refletido em seu poder de intervenção social, a partir dos aspectos: sociais, culturais, políticos, religiosos, étnico, geracionais, de gênero e diversidade sexual e ambientais.

O Referencial Curricular de Alagoas apresenta uma perspectiva de ensino e contextualização que parte dos saberes e identidades do território alagoano, principalmente elementos das culturas indígenas e quilombolas: artesanato, pinturas corporais, danças, jogos, lutas, lendas, religião, língua, origem, relações étnico raciais, território, história de Alagoas, história oral, costumes, tradições, processo de demarcação, remédios, chás, interação com a fauna e flora e muito mais.

Dessa forma, a Escola, enquanto ambiente de sistematização de saberes e enquanto espaço de democratização do acesso ao conhecimento científico do ser humano, em sua prática pedagógica, deve se organizar de tal forma que possa identificar práticas de preconceitos, rótulos e discriminação presentes nas relações sociais a partir de discursos negativos, para assim, trabalhar em sua base curricular a sensibilidade e o equilíbrio do reconhecimento, do respeito, da valorização das diversidades presentes no ser humano e sua participação na construção histórica e social para a vida no planeta.

O Referencial Curricular de Alagoas apresenta, no Organizador Curricular, os Desdobramentos Didático-Pedagógicos - DesDP que têm como objetivo contextualizar e abordar os referenciais definidos nos espaços, regiões, locais e territórios de Alagoas. O DesDP apresentam exemplos e possibilidades, como sugestão para ampliar ações pedagógicas, sobretudo para o ensino e desenvolvimento da aprendizagem significativa. As etapas de Ensino, campos de experiências e componentes curriculares são pautados no território alagoano, considerando os saberes essenciais da BNCC e os saberes diversificados que precisam fazer parte do trabalho curricular desenvolvido em cada escola.

A Resolução CNE/CP N° 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, trata da parte diversificada, que deve ser

composta de elementos do território, contemplados nos currículos escolares e nos documentos curriculares dos sistemas de ensino:

***Art. 7º Os currículos escolares relativos a todas as etapas e modalidades da Educação Básica devem ter a BNCC como referência obrigatória e incluir uma parte diversificada, definida pelas instituições ou redes escolares de acordo com a LDB, as diretrizes curriculares nacionais e o atendimento das características regionais e locais, segundo normas complementares estabelecidas pelos órgãos normativos dos respectivos Sistemas de Ensino. Parágrafo único. Os currículos da Educação Básica, tendo como referência à a BNCC, devem ser complementados em cada instituição escolar e em cada rede de ensino, no âmbito de cada sistema de ensino, por uma parte diversificada, as quais não podem ser consideradas como dois blocos distintos justapostos, devendo ser planejadas, executadas e avaliadas como um todo integrado.***

Os Desdobramentos Didático-Pedagógico - DesDP, enquanto estratégia do Referencial Curricular de Alagoas, apresentam os elementos do território Alagoas, observando diversos aspectos e possibilidades de interlocução com este território.

Para Educação Infantil, o Referencial Curricular de Alagoas, apresenta no Organizador Curricular os Campos de Experiências, Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, Grupos por faixas etárias e os DesDP, com a seguinte estrutura:

## Organizador Curricular - Educação Infantil

Campos de Experiências		
Bebês	Crianças bem pequenas	Crianças pequenas
DesDP	DesDP	DesDP

Grupos por Faixas etárias

Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento

Para Ensino Fundamental, o Referencial Curricular de Alagoas, apresenta no Organizador Curricular Campos de Atuação, Práticas de Linguagem<sup>3</sup>, Objeto de Conhecimento, Habilidades e os DesDP, com a seguinte estrutura:

## Organizador Curricular - Ensino Fundamental

Campos de Atuação ou Unidades Temáticas	Práticas de Linguagem <sup>3</sup>	Objeto de Conhecimento	Habilidades	DesDP

As perspectivas do território alagoano são contempladas pelos DesDP, abordando exemplos ou sugestões locais. Importante destacar que os DesDP não esgotam as possibilidades de interação e intervenção didático-pedagógicas com o território.

O trabalho didático-pedagógico desenvolvido pela comunidade escolar nos Sistemas de Ensino e território de Alagoas abrange a intervenção e modificação das relações com o mundo que vivemos, para tanto os projetos integradores, transversais e interdisciplinares abordam uma variedade complexa de Temas Integradores e Contemporâneos, que estarão sempre presentes no desenvolvimento do ensino e aprendizagem. É importante acrescentar que os currículos da Educação Básica, tendo como referência a BNCC, devem também incluir

3 Coluna exclusiva do organizador curricular do componente Língua Portuguesa

temas transversais, que tratem de questões contemporâneas relevantes para o desenvolvimento da cidadania que afetam a vida humana em escala local, regional e global.

A inclusão de temas transversais, de forma integradora, por outro lado, propicia efetiva integração interdisciplinar e contextualizadora de saberes de diferentes disciplinas e áreas de conhecimento. É oportuno registrar que alguns temas transversais são exigidos por legislação e normas específicas, tais como o processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Leis nº 8.842/1994 e nº 10.741/2003), direitos da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/1990), educação para o trânsito (Lei nº 9.503/1997), educação ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/2012), educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/2009), educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012), educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004), bem como saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, educação digital, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010).

---

## **Avaliação para uma Educação Integral**

A avaliação definida pelo Referencial Curricular de Alagoas é entendida como processo contínuo de apropriação, construção e reconstrução da aprendizagem, como ação educativa e se dará de forma contínua e cumulativa. Contínua, porque ocorrerá ao longo dos processos de ensino e de aprendizagem, no qual o professor deverá selecionar e elencar os instrumentos avaliativos que serão utilizados a partir das competências e habilidades básicas de cada componente curricular. Cumulativa, por ser um processo gradativo de aprendizagem, fortalecendo o conhecimento construído pelo estudante e, servindo de "ponte" para novas aprendizagens.

Essas concepções de avaliação deverão ser vivenciadas em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, observando as especifi-

idades de cada uma. Nesse contexto, não se pode, nem se deve avaliar sob uma única visão, mas com um olhar político-pedagógico que oportunize a todos o êxito escolar e o prosseguimento nos estudos, conduzindo os estudantes às oportunidades de desenvolvimento enquanto seres conscientes, éticos e críticos, inserindo-os no mundo do trabalho, da inovação, tecnologias e da informação.

A avaliação que possibilite a formação integral deve estar ancorada em um ensino que tenha por objetivo o desenvolvimento, de todas as capacidades da pessoa humana, e não apenas voltada para os aspectos cognitivos. Assim, a avaliação faz sentido nas aprendizagens de natureza sociocultural, quando envolve as dimensões afetivas, emocionais, biológicas, simbólicas, éticas, estéticas e outras que contribuem para a formação humana. Nessa forma de verificação de aprendizagem, há uma conversão dos métodos de correções tradicionais (verificação de erros e acertos) em métodos investigativos, capazes de indicar as alternativas de solução e tipos de intervenções pedagógicas necessárias em cada situação de aprendizagem do sujeito envolvido no processo.

A avaliação no contexto da Educação Integral considera perspectivas para maior reflexão frente os processos e formas de promoção do ensino, tempos e espaços de aprendizagem, bem como qualidade de ensino. A rede estadual de São Paulo, por meio do documento “Diretrizes do Programa de Ensino Integral” elenca os seis princípios norteadores da avaliação em Educação Integral, São Paulo (2018)<sup>4</sup>:

---

4 Centro de Referências em Educação Integral <https://educacaointegral.org.br/glossario/avaliacao-na-educacao-integral/>

**#1.** Quem avalia tem decisões a tomar no sentido de qualificar o que está sendo avaliado: o avaliador deve refletir sobre a atribuição de valor nos processos de ensino e aprendizagem;

**#2.** A avaliação está a serviço da formação do educando e não o inverso. Da maneira como a escola está tradicionalmente organizada, os processos avaliativos costumam determinar os conteúdos de ensino, e desta forma a educação acaba perdendo sua função original (a desenvolver habilidades e competências para a vida, garantir o desenvolvimento integral, etc). A avaliação deve portanto servir à melhoria do ensino, e não o contrário.

**#3.** A avaliação deve ir além da verificação da aprendizagem. O resultado das avaliações de aprendizagem deve necessariamente servir como ponto de partida para uma reflexão aprofundada dentro da escola: os resultados avaliativos só têm sentido na medida em que servem para orientar os próximos passos do planejamento e oferecer diretrizes para a tomada de decisões.

**#4.** A avaliação expressa valores, concepções, crenças e o posicionamento político-ideológico do avaliador. Não existe processo avaliativo neutro. A concepção do que é um “educador” e um “educando” se traduz nos mecanismos avaliativos utilizados. Se por exemplo o educando é entendido como alguém que deve acumular informações, a avaliação medirá o número de informações memorizadas (“provas”). Se, por outro lado, o educando for compreendido como um ser potente, capaz de aprender e dotado de saberes, a avaliação terá um caráter mais dinâmico, processual e com função diagnóstica.

**#5.** O melhor procedimento de avaliação é o procedimento de ensino. É impossível educar sem avaliar. Na medida em que se devem investigar os conhecimentos prévios dos educandos antes de iniciar novos percursos de aprendizagem, a avaliação é parte inerente do processo de educação.

**#6.** O ‘produto’ do trabalho do professor não é a aula, mas sim a aprendizagem do estudante. O professor deve direcionar suas estratégias e métodos de ensino para atender as necessidades específicas dos estudantes.

Na perspectiva da Educação Integral, a avaliação é muito mais que o desempenho dos estudantes pois considera a gestão educacional e a atividade docente como processos que devem ser avaliados, dentro de um contexto de ação-reflexão-ação, promovendo replanejamento em todas as instâncias de gestão.

Salientamos, que o Referencial Curricular de Alagoas apresenta um olhar diferenciado e ampliado para avaliação na perspectiva da Educação Integral. Os aprendizados não se referem apenas às habilidades acadêmicas e conteúdos escolares, mas passam por habilidades socioemocionais, de convivência, de respeito à diversidade, de estar e agir no mundo: os aprendizados atitudinais também precisam ser contemplados nos processos avaliativos em Educação Integral. Segundo Antoni Zaballa, no livro “Prática educativa: como ensinar”, os conteúdos e competências a serem avaliados devem considerar capacidades motoras, de equilíbrio, autonomia, relação interpessoal e inserção social.

A avaliação em Educação Integral é sobretudo uma avaliação processual, muito mais do que uma avaliação de resultados. Uma vez que o ponto de partida é a singularidade de cada estudante, torna-se difícil estabelecer parâmetros universais. A avaliação deve considerar os saberes prévios dos estudantes, o que querem aprender, quais suas formas de aprendizado. A partir de uma avaliação inicial, pode-se não apenas conhecer o estudante, como traçar estratégias metodológicas de ensino para atender às suas próprias necessidades e interesses. A avaliação em educação integral é, portanto, um instrumento processual de acompanhamento da aprendizagem tanto pelo estudante como pelos que promovem o ensino e aprendizagem, contemplando os diversos saberes, aproximando os conteúdos escolares dos saberes comunitários de cada território, convidando o avaliando a se auto avaliar e a traçar seu próprio percurso nos caminhos do conhecimento.





**ARTHUR FERNANDES WANDERLEY**  
**ESCOLA ESTADUAL ÂNGELO DE ABREU**

## APRESENTAÇÃO

*É com muita alegria que apresentamos a você, profissional da educação, o Referencial Curricular do Estado de Alagoas para a Educação Infantil. Falar de um documento que referencie processos didáticos pedagógicos em uma unidade de Educação Infantil é falar de currículos ocultos que se formam e ganham forma diariamente a partir de referenciais que são socializados de diversas formas (sites, compartilhamento de atividades no momento de planejamento, entre outros), refletir sobre referências que muitas vezes servem como receitas esperando aprendizagens. Sobre como transformar teorias em atividades efetivamente práticas e eficazes.*

*Partindo do princípio do que é um referencial para a etapa da Educação Infantil, podemos defini-lo como um conjunto de reflexões de cunho educacional que dispõe de orientações didáticas para os educadores que atuam diretamente com crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, respeitando seus estilos pedagógicos e a diversidade cultural de cada localidade.*

*A necessidade do nosso estado em revisar o Referencial Curricular para Educação Infantil se dá pela relevante aproximação da prática educacional às orientações expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).*

*Para tanto, serão apresentados, neste Referencial, elementos estruturantes que devem ser adotados nos currículos e na prática como forma de garantir uma educação infantil enquanto direito da criança a partir de suas especificidades com foco em seu desenvolvimento integral, ou seja, uma ferramenta de estímulo à reflexão sobre o que e como pensar, construir e executar um currículo considerando as particularidades regionais e locais com a participação de todos os responsáveis e interessados.*

*Desse modo, terá como estrutura um texto introdutório que contemplará as concepções defendidas em torno dos sujeitos da ação educativa, educação integral, competências e habilidades, desenvolvimento e aprendizagem, enquanto direito desses sujeitos, conhecimentos e saberes de todas as etapas de ensino da Educação Básica e seus princípios norteadores. Apresentaremos, em seguida, um pouco da história da Educação Infantil enquanto contexto de embates e conquistas de direitos que se consolidam paulatinamente por meio de práticas, para destacar a sua importância e ampliar a compreensão desta etapa, enquanto parte de um projeto de sociedade. Discutirá a importância da interação e das brincadeiras enquanto eixos articuladores da prática pedagógica para o processo de desenvolvimento infantil integral, organizado por grupos etários (bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas) definidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e referenciados na teoria do Desenvolvimento de Henry Wallon. Serão apresentados os Campos de experiências e Direitos de Aprendizagens que devem ser garantidos por meio do desenvolvimento de habilidades, o que exige uma avaliação e registro específicos, sem a intenção de reter ou promover para a etapa posterior, mas a garantia de direitos. Para uma melhor compreensão da realidade educacional infantil alagoana foi realizado um levantamento, adentrando nas questões situacionais e pontuais do território de Alagoas. A partir desta necessidade, foi realizada uma pesquisa, através de questionários online com a participação dos municípios alagoanos que resultou em um diagnóstico do contexto atual da educação infantil no estado de Alagoas. Este diagnóstico será disponibilizado nos anexos e traz recortes das condições socioeconômicas e educacionais de atendimento da educação Infantil no estado.*

**Assim, convidamos você a imergir neste território de possibilidades!  
Vamos lá?**



**ARIELLE COSTA FERREIRA**

**ESCOLA ESTADUAL FIRMO DE CASTRO**

# 1. UM BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil tem uma história muito recente no Brasil, apesar das diversas indicações prescritas na legislação educacional voltadas para a educação pré-escolar nos anos 60, 70, é apenas na década de 80 que é possível vermos o reconhecimento da educação enquanto direito da criança pequena de zero a seis anos, sendo esta uma opção da família e dever do Estado na Constituição Federal de 1988. Com essa conquista, fomentada por movimentos sociais, vemos fortalecer na história da educação infantil, a busca por garantias deste direito visando uma proposta em prática para o desenvolvimento integral do sujeito. No decorrer do tempo, estudos e pesquisas se ampliam com o objetivo de discutir a função da creche e pré-escola, uma vez que, para a primeira, na maioria das vezes, a prática que se respaldava em propostas assistencialistas, compensatórias com ênfase nas carências, voltada para o cuidado da criança em tempo integral, filhos de mães trabalhadoras e menos favorecidas socialmente, enquanto a segunda era ofertada para uma classe social mais abastada e previa uma educação voltada para a escolarização, fortalecendo assim a cisão entre o cuidar. A discussão em torno do desenvolvimento infantil e a importância de práticas institucionais que o favorecessem passam a ganhar destaque no meio acadêmico e se expandir para o contexto político e prático. Passa-se a defender, independente da classe social, a educação e o cuidado da criança pequena, de modo integrado em espaços institucionais, acessível a todas. A elaboração e desenvolvimento de políticas públicas numa dimensão que cada instância federativa passaria a ocupar um lugar estratégico para que o

acesso dessa faixa etária fosse garantido com sucesso.

Dois anos depois, em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) reafirma os direitos constitucionais em relação à Educação Infantil, sendo esse um salto que provocaria a União em definir metas para que o atendimento das crianças pequenas englobasse todos os direitos e necessidades que começava a apontar para um novo conceito de infância, criança e educação.

Em 1994, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) publicou o documento Política Nacional de Educação Infantil que estabeleceu metas como a expansão de vagas e políticas de melhoria da qualidade no atendimento às crianças, entre elas a necessidade de qualificação dos profissionais, que resultou no documento por uma política de formação do profissional de Educação Infantil.

Em 1996, com a promulgação da Emenda Constitucional que cria a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), reconhece e regulamentada a educação infantil como primeira etapa da Educação Básica. O artigo 62 foi pioneiro ao estabelecer a necessidade de formação para o profissional da Educação Infantil. Segundo a lei, a formação do educador desse segmento deve ser “em nível superior, admitindo-se, como formação mínima, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal”. O texto reafirma, também, a responsabilidade constitucional dos municípios na oferta de Educação Infantil, contando com a assistência técnica e financeira da União e dos estados.

Desse modo, a Educação Infantil passou a ser a primeira etapa da Educação Básica, seguida pelas etapas de ensinos Fundamental e Médio. Enquanto etapa, a criança de 0 a 6 anos passa a ter o direito de oferta de acesso a Educação que a compreende numa dimensão mais ampla dentro do sistema educacional, passando a ser definida como alguém capaz de criar e estabelecer relações, um ser sócio histórico, produtor e consumidor de cultura, inserido nela e que, portanto, não precisa apenas de cuidado, mas está preparado para afirmar-se enquanto sujeito de linguagem dentro das singularidades que o define, atribuindo assim sentidos à sua experiência através de diferentes linguagens, como meio para seu desenvolvimento em diversos aspectos (afetivos, psicológicos, cognitivos, motores e sociais).

Em 1998, com o objetivo de oferecer parâmetros para a manutenção e a criação de novas instituições de Educação Infantil, o MEC publicou o documento Subsídios para credenciamento e o funcionamento das ins-

tuições de Educação Infantil. No mesmo ano, visando um movimento que incentivasse à elaboração de currículos de Educação Infantil, cuja responsabilidade foi delegada a cada instituição e seus profissionais, o Ministério editou o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI), como parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Um ano depois, em 1999, o Conselho Nacional de Educação (CNE) publicou as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, constituindo-se esse documento como base legal e subsídio para elaboração e avaliação das propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil de todo país.

A Educação Infantil passa a ser vista como a junção do educar e cuidar. Cuidar no sentido que as necessidades básicas da criança sejam atendidas e, educar, porque deve oferecer à criança, possibilidades de descobertas e aprendizados, de acordo com a Lei 9.131/95. Art. 3º que afirma:

***[...] III – As Instituições de Educação Infantil devem promover em Suas Propostas Pedagógicas práticas de educação e cuidados que possibilitem a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivo cognitivos/linguísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível (BRASIL, 1995).***

O debate gira em torno das exigências do trabalho com crianças de zero a seis anos de modo que requer professores com amplo conhecimento político, cultural e social, bem como a compreensão sobre os processos de aprendizagem e desenvolvimento humano (BARBOSA, 2011), o que induz a elaboração de políticas voltadas para a melhoria da qualidade da educação, dentre estas, a formação deste profissional. Em 2005, com o propósito de contribuir para o cumprimento da meta de Formação de Professores para Educação Infantil, frente a provocação definida no Plano Nacional de Educação (PNE), que sinalizava através da meta 1.8 para todos os profissionais lotados como

professores para trabalhar com a demanda de Educação Infantil que a formação em nível médio (modalidade Normal) se daria com prazo até 2006 e 70% com formação em nível superior, até 2011. Para o nível médio, foi criado e lançado pelo (MEC) o Programa de Formação Inicial para Professores em exercício na Educa-

ção Infantil, conhecido como ProInfantil. O referido curso de nível médio, a distância, na modalidade Normal teve, como público-alvo, profissionais que atuavam em sala de aula da educação infantil, nas creches e pré-escolas das redes públicas – municipais e estaduais – e da rede privada, sem fins lucrativos – comunitárias, filantrópicas ou confessionais, conveniadas ou não, sem a formação específica para o magistério. O curso, com duração de dois anos, dispunha de material pedagógico específico para a educação a distância. Essa foi uma tentativa que não logrou muito êxito, uma vez que a falta de continuidade, entre outros entraves não fizeram dessa proposta uma ferramenta eficaz de formação. Para a garantia da formação em nível de graduação, em maio de 2006, o Conselho Nacional de Educação (CNE) instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, por meio da Resolução CNE/CP N° 1, nas quais define o lócus da formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil.

No que concerne às etapas da Educação Básica, vemos a reformulação do Ensino Fundamental que passa de 8 para 9 anos, por meio da lei n° 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, o que afeta diretamente as crianças de 6 anos, até então atendidas pela Educação Infantil passam a ser atendidas na etapa do Ensino Fundamental. A faixa etária atendida nas unidades de Educação Infantil passa a ser de 0 a 5 anos e 11 meses. No que se refere a financiamento a Educação Infantil tem um ganho substancial ao ser inserida na Lei do FUNDEB, em 2007, com ampliação do financiamento para essa etapa educacional.

A partir do princípio de regime de colaboração previsto na CF de 88, visando colaborar com os municípios em prol da qualidade na perspectiva de financiamento, a ampliação da oferta é proposta pela União a partir do Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil (Proinfância), pela Resolução n° 6, de 24 de abril de 2007, compreendendo uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do MEC e depois fazendo parte do Plano de Ações Articuladas

(PAR) na dimensão de infraestrutura, visando a garantia do acesso de crianças a creches e escolas, bem como a melhoria da infraestrutura física da rede de Educação Infantil. Através dessa ação, a discussão em volta das questões e conceitos referentes a ambientes e espaços para crianças dessa etapa ganha padrões para suas estruturas físicas e fomenta reflexões pedagógicas para a utilização dos espaços favorecendo o objetivo principal, a construção de uma identidade da criança a partir de quem ela é, com direitos de aprendizagem a serem garantidos, obrigatoriamente pelo Estado. Para garantir esta oferta, em novembro de 2009, por meio de emenda constitucional de nº 59 o atendimento de crianças a partir de 4 anos de idade se torna obrigatório e gratuito.

Paralelo a isso as DCNEI são atualizadas em 2009 e publicadas em 2010, mediante a necessidade de se revisar as concepções em torno da educação de crianças em espaços coletivos, e de seleção e fortalecimento de práticas pedagógicas mediadoras de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças. Desse modo possa para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil. E é nesse contexto que surgem Programas suplementares (Brasil Carinhoso, Biblioteca na escola, Caminho da Escola), para subsidio de materiais didáticos escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde, a creche e a pré-escola passaram a dispor de recursos, investimentos e políticas públicas para assegurar o acesso e permanência com algumas garantias. Em setembro de 2012, por meio da Resolução CD/FNDE/MEC nº 19 do Programa Brasil Carinhoso, Lei 12.722/2012 que estabelece os procedimentos operacionais para a transferência obrigatória de recursos financeiros aos municípios e ao Distrito Federal, a título de apoio financeiro suplementar à manutenção e ao desenvolvimento da Educação Infantil, com eixo específico de ampliação do acesso à creche de crianças de 0 a 3, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família, em creches públicas ou conveniadas com o

poder público. Com esse apoio da União, principalmente as unidades de creche, passaram a ser reorganizadas, vislumbrando a erradicação da miséria assistindo as crianças em condições de vulnerabilidade social. Preconiza-se que por meio desta Ação de transferência de recursos suplementares a oferta se ampliasse e houvesse uma melhora nas condições e na qualidade da educação e a redução da desigualdade educacional para as crianças de 0 a 3 anos.

Diante deste contexto de avanços legais e políticas pública, é possível identificar a mudança da compreensão das especificidades em torno da criança e da infância, conforme defendido nas teorias do desenvolvimento, evidenciando a complexidade do desenvolvimento infantil, tal como descreve Vigotsky (1989):

***Acreditamos que o desenvolvimento da criança é um processo dialético complexo caracterizado pela periodicidade, desigualdade no desenvolvimento de diferentes funções, metamorfose ou transformação qualitativa de uma forma em outra, imbricamento de fatores internos e externos, e processos adaptativos que superam os impedimentos que a criança encontra (p. 51).***

Percebe-se a complexidade dessa etapa e de sua importância para o desenvolvimento do sujeito, iniciou-se uma busca de implementação de novas políticas públicas no Brasil que garantisse esse desenvolvimento integral como também o alinhamento entre programas, projetos e planos federais, estaduais e municipais com metas, estratégias e propostas pedagógicas que favorecessem desde a infraestrutura a formação do professor, a uma Educação Infantil que proporcionasse, mesmo em meio a diversidade que compreende nosso país, os avanços que oportunizam saberes e habilidades que se constituem direitos de aprendizagem nessa etapa da vida.

No ano de 2017, o MEC oferta uma proposta de formação para professores de pré-escola, incluindo no PNAIC a demanda de 4 a 5 anos que compreende a etapa de Educação Infantil. Com essa ação visualiza-se a importância dessa etapa para o processo de alfabetização, contudo, tendo claro que a proposta se caracteriza como um retrocesso para a escolarização nessa etapa e sim, frente a proposta de desenvolvimento integral da criança de 4 e 5 anos, desenvolver no docente as competências que o farão hábil para mediar a aquisição de habilidades, através das vivên-

cias e interações a serem incluídas nos planos de aula e consequentemente desfrutadas no fazer pedagógico pelas crianças pequenas.

Dentro desse movimento, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), prevista na Constituição de 1988, na LDB de 1996 e no Plano Nacional de Educação de 2014, foi homologada em 22 de dezembro de 2017 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), constando como resolução para nortear o currículo de Educação Infantil em todo país tendo por eixos estruturantes as interações e brincadeiras, “experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização”. (BRASIL, 2017, p.37).

Para tanto, o documento impõe a necessidade de intencionalidade educativa desde a creche até as turmas de 5 anos e 11 meses, que garanta direitos de aprendizagens específicos dessa faixa etária. Esta intencionalidade consiste:

***[...] na organização e proposição, pelo educador, de experiências que permitam às crianças conhecer a si e ao outro e de conhecer e compreender as relações com a natureza, com a cultura e com a produção***

***científica, que se traduzem nas práticas de cuidados pessoais (alimentar-se, vestir-se, higienizar-se), nas brincadeiras, nas experiências com materiais variados, na aproximação com a literatura e no encontro com as pessoas. (BRASIL, 2017, p.37).***

Em 2018, a educação brasileira vive um momento de implementação da Base, conduzindo cada unidade federativa a revisão ou construção de seus Referenciais Curriculares Estaduais, a luz do referido documento normativo, que subsidiarão os Currículos dos municípios e consequentemente os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP's) das creches e pré-escolas das redes públicas municipais e estaduais – e rede privada, sem fins lucrativos – comunitárias, filantrópicas ou confessionais – conveniadas ou não. Portanto, esse é um momento de adequação dos currículos a proposta educacional vigente, compreendendo 60% ao que está contemplado na Base e 40% ao que concerne a singularidade da oferta de cada região, localidade e especificidade existente em nosso país.

Com esse pano de fundo, o estado de Alagoas, através de uma equipe formada com representações da UNDIME e SEDUC, assume

a responsabilidade de revisar o Referencial Curricular da Educação Básica da Rede Estadual de Ensino de Alagoas - Educação Infantil tendo por proposta ampliar as discussões, atualizando nomenclaturas, conceitos e preceitos a partir da BNCC, vislumbrando referenciar os sistemas e redes de nosso Estado rumo a implantação e implementação dos campos de experiências e direitos de aprendizagens ao qual comporá os Currículos a partir de então em busca de garantir uma gestão escolar e de sala de aula que respeite o direito da criança de ser criança, oportunizando nesse espaço a socialização de saberes e fazeres pedagógicos que proporcionarão aos profissionais que atendem a etapa em questão (Técnicos de Educação Infantil das Secretarias Municipais de Educação, Coordenadores pedagógicos, professores, auxiliares de sala, entre outros profissionais envolvidos) um documento para subsídio de práticas significativas e singulares em respeito a complexidade que envolve esse momento do desenvolvimento da criança.



**LUAN GABRIEL LIMA LEITE**

**ESCOLA ESTADUAL CONSTANÇA DE GÓES MONTEIRO**

## 2. A EDUCAÇÃO INFANTIL É UMA PROPOSTA DE CURRÍCULO AMPLIADO

Para a construção de uma proposta curricular ampliada, que se efetive na prática, faz-se necessário que as concepções em torno dos elementos articuladores estejam bem definidos e alinhados entre todos os que o desenvolvem, especialmente em torno das especificidades que compõem a Educação Infantil. Para se pensar numa proposta de currículo é necessário se definir de qual currículo estamos falando, para quem é construído, quais objetivos e como pensar a educação. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI, 2009), defendido na BNCC, currículo é um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. Desse modo, este capítulo se ocupará de definir algumas principais concepções os sujeitos e os elementos que se inter-relacionam no contex-

to prático educativo institucional.

## **Interação e brincadeira**

A criança é um ser social, que se desenvolve pela interação com outros seres humanos, portanto, ampliar possibilidades de interação, em situações de diferentes naturezas, contribui positivamente para a formação da personalidade, tornando-se essencial nesse processo de desenvolvimento infantil.

Por isso, a importância de, na instituição de educação infantil, as crianças experimentarem diferentes possibilidades: não apenas situações de interação com os pares da mesma faixa etária e com os profissionais adultos com os quais convivem regularmente, mas também situações intencionalmente planejadas (e acompanhadas pelos professores) de interação com crianças de idades diferentes, que oportunizam o intercâmbio com parceiros mais e menos experientes.

A brincadeira deve ocupar lugar de destaque na rotina das crianças, sendo esta uma atividade própria desta etapa da vida e exerce enorme influência sobre seu desenvolvimento, pois permite que as próprias crianças se organizem, privilegiando sua autonomia, socialização e sociabilidade, à medida que resulta de múltiplas relações com parceiros distintos, livremente

te escolhidos. Brincar é uma atividade essencialmente humana e a brincadeira é um espaço educativo da maior importância na infância porque alimenta o espírito imaginativo, exploratório e inventivo da criança. Por meio da brincadeira ela aprende a expressar seus sentimentos, desenvolver a imaginação criativa, compartilhar, tomar decisões, superar problemas, observar e compreender o mundo à sua volta. Além disso, contribui para o desenvolvimento da socialização, propicia o aparecimento de atitudes cooperativas e a possibilidade de experiências grupais.

Ao observar atentamente a criança brincando, o professor pode descobrir como ela vê o mundo e como ela gostaria que ele fosse, quais são suas preocupações e quais são os problemas que ela coloca para si mesma. Brincando ela observa, experimenta, investiga, reflete, desconstrói e reconstrói o mundo à sua maneira.

Por tudo isso, as situações de brincadeira contribuem significativamente para o desenvolvimento e a aprendizagem da criança e também favorecem que ela elabore suas emoções, conheça melhor o próprio corpo, lide com a sexualidade, ressignifique suas relações interpessoais e aprenda a se conhecer melhor.

Quando brincam de faz de conta, as crianças representam papéis e expressam situações agradáveis ou desagradáveis e tentam, assim, dizer ao adulto o que estão pensando. É nesse processo de interação que elas buscam resolver os problemas e vão desenvolvendo habilidades que lhes permite crescer e aprender a conviver com seus pares. Assim, a proposta é trabalhar com crianças de várias turmas e idades compondo um único coletivo.

Conforme a concepção de brincadeira, defendida pelas Orientações Curriculares para a educação infantil da rede municipal de educação do município de Maceió (SME, 2015, p.120-122), as instituições de educação infantil devem:

***-Compreender que o brincar contribui para a construção da identidade da criança, para o exercício de suas capacidades e habilidades, promove a aprendizagem e o desenvolvimento como um todo;***

***-Reconhecer que o contexto social da brincadeira é crucial para o desenvolvimento global da criança, que a interação entre pares é uma oportunidade importante para a aprendizagem social e que a brinca-***

***deira é um espaço privilegiado para a expressão das culturas infantis;***

***-Oferecer amplos espaços (internos e externos) para a brincadeira e promovê-la, diariamente, com a oferta de amplo acervo de materiais, brinquedos e arranjos mobiliários (vide item 2.2.5);***

***-Reconhecer o importante papel dos professores de apoiar a brincadeira da criança e tornar as crianças brincantes cada vez melhores.***

Para tanto, é preciso organizar diferentes 'cantos'/propostas, nos quais as crianças se inserem conforme sua própria escolha: jogos, artes, brincadeira de faz de conta, etc. Neste contexto, ao professor, cabe o papel de parceiro mais experiente, que observa, acolhe, propõe, intervém, acrescenta, recoloca as coisas em outras bases. Além de organizar vários espaços com materiais diversificados - espaço de artes plásticas, de jogos de mesa e construção, de circuito, de biblioteca, de casinha - refletir sobre sua prática a partir da observação e análise que faz das suas atitudes e das atitudes das crianças durante o trabalho.

Esse tipo de prática, que poderia ser chamada de "espaços interativos", favorece a constituição de

procedimentos, valores e atitudes fundamentais à vida em coletividade, como a colaboração, a ajuda mútua, a cooperação, a solidariedade e o respeito pelo outro, por suas diferenças, além de ampliar as possibilidades de conhecimento das crianças sobre si mesmas e sobre os outros.

Nessa perspectiva, as culturas infantis vão sendo construídas baseadas nos espaços de encontros e diálogos que propõem às crianças um modelo de escuta e de respeito, ao tempo em que estimula essa criança a buscar respostas às suas perguntas na interação com seus pares, respeitando os tempos e ritmos de cada um.

---

## Identidade e Autonomia

Ao nascer, a criança vivencia uma relação de dependência do adulto, especialmente da mãe. A independência que constrói progressivamente a partir da interação com o mundo físico e social lhe permite agir com certa autonomia, o que, de certo modo, é favorecido pelo desenvolvimento da linguagem, que expande as possibilidades de comunicação e expressão e impulsiona o processo de socialização.

Autonomia é entendida no sentido de capacidade de tomar e conduzir iniciativas próprias para aquilo que diz respeito, tanto ao controle do próprio corpo, quanto às atividades motoras, cognitivas e lúdicas. Neste sentido, autonomia é sinal de bem estar psicofísico e é sempre acompanhada da relação afetiva entre criança e adulto. Encorajar a criança para que tome iniciativas autônomas conforme os recursos de que dispõe, e, que tente fazer sozinha o que faz com a ajuda do adulto é fundamental para a construção de sua autonomia.

A instituição infantil deve ser um espaço privilegiado para a ampliação do processo de construção dos saberes da criança. Este processo é potencializado em um ambiente onde se vive ações partilhadas, interações com outras crianças e com adultos atentos, onde há acolhimento e afeto – assim, a criança vai se descobrindo cada vez mais e se constituindo um ser singular. Por isso, é de fundamental importância o modo como as crianças e adultos se relacionam, para que elas possam desenvolver autoestima, autoimagem positiva, confiança em si mesma. É preciso que gostem de si mesmas, que reconheçam e valorizem suas características

pessoais e culturais, que sejam encorajadas a tomar iniciativas, a agir, a colaborar com o outro, a fazer escolhas, a opinar, a tomar decisões. E que aprendam aos poucos a cuidar do próprio corpo, dos objetos e dos espaços individuais e coletivos.

Além disso, a instituição de educação infantil deve ser um lugar de convívio com diferenças em relação a gênero, etnia, credo religioso, temperamento, conhecimentos. E essa característica, se bem trabalhada pedagogicamente, possibilita a aprendizagem do respeito às diferenças, da manifestação dos afetos, da valorização das singularidades, da experiência de alteridade e cidadania. Também o jogo simbólico, a brincadeira de faz de conta, a experimentação de diferentes papéis sociais, apenas imaginados ou de fato presentes nas relações estabelecidas, contribui com o processo de diferenciação eu-outro, de aceitação do outro e da construção da identidade.

Portanto, tratar as crianças com respeito, carinho, diálogo, procurando entender suas atitudes – tentando se colocar em seu lugar – é fundamental para que se sintam estimadas, seguras, reconhecidas, confiantes, condições indispensáveis para a construção da identidade e da autonomia.

É importante considerar que quando se tem como perspectiva o desenvolvimento da autonomia das crianças, não se pode perder a chance de colocar a rotina a favor desse processo, explicando para elas como o período em que ficará na instituição a é organizado para que possam antecipar o que será realizado a cada momento e, com isso, se sintam mais seguras para se arriscar, para ousar, para agir com mais independência.

A organização do espaço e dos materiais é um bom recurso para favorecer a construção da autonomia das crianças desde que seja pensada com esta finalidade. Por exemplo: materiais pedagógicos que não ofereçam perigo às crianças, brinquedos e outros objetos arrumados em caixas e/ou prateleiras estejam ao seu alcance para que possam acessá-los sem a ajuda do adulto.

Incentivá-las a ajudarem-se mutuamente criando situações para que isso aconteça: uma ajudar a outra a calçar o sapato, a alcançar um objeto, para fazer um desenho, acompanhar até o banheiro, descascar uma fruta, arrumar o espaço para uma atividade ou depois de tê-la desenvolvido, consultar o cartaz com os momentos da rotina para identificar qual a próxima atividade etc.

Todos os momentos da rotina, assim como a organização do espaço físico são propícios para a construção da autonomia. Por isso, neste Referencial, identidade e autonomia são entendidas como eixos transversais, ou seja, ambas perpassam todas as ações que são desenvolvidas na instituição.

---

## **Parceria entre Escola, Família e Comunidade**

A relação entre a escola e família favorece aprendizagens mútuas, nas quais cada pessoa pode trazer uma experiência, um saber, uma maneira de pensar/fazer diferente. Para tanto, esta relação deve estar pautada na confiança, na colaboração, no conhecimento para que os pais e os professores possam compartilhar critérios educativos que facilitem o crescimento harmônico das crianças.

No entanto, é preciso considerar que cada família possui uma dinâmica própria. Somente a partir do respeito e da valorização da família pela escola e vice versa é que será possível desempenhar a difícil tarefa de tomar decisões comuns sobre alguns aspectos relacionados à educação das crianças. Para isso acontecer é preciso dialogar, explicar as razões que movem uma e outra opinião, escutar, saber pedir e saber ceder e, principalmente assumir de forma compartilhada e responsável a educação das crianças.

Por isso, é fundamental que os profissionais da escola não ocupem o lugar de detentores do saber, que podem dar lições aos familiares ou desprezar as formas que os pais adotam para educar seu filho, considerando que sua visão sobre quaisquer aspectos da educação infantil é melhor e mais adequada do que a da família. Ao contrário, é preciso respeitar as diferentes formas de educar e de organização familiar, considerar a diversidade, desenvolver a capacidade de ouvir, observar e aprender com as famílias – compreender o que acontece com elas, entender seus valores, as formas como educam as crianças, seus hábitos domésticos, suas expectativas em relação à escola e à educação dos filhos. O trabalho com essa diversidade possibilita a ampliação de horizontes tanto para o professor quanto para a criança, porque permite compreender que a realidade de cada um é apenas parte de um universo maior.

Nem sempre a importância dessa parceria em favor da educação das crianças está muito clara para a escola e para as famílias. Ela vai muito mais

além de tratamento de questões de comportamento e desempenho nas atividades ou da colaboração em festas ocasionais. O processo de interação com os pais deve ocorrer desde o ingresso das crianças na escola como resultado de uma ação planejada pela equipe escolar. A troca de informações pode ter início já no momento da matrícula: essa é uma ótima oportunidade para estabelecer um primeiro contato com as famílias e também para conhecer alguns hábitos das crianças. O apoio mútuo deve ser a tônica desse tipo de relacionamento, em que cabe à equipe da escola compartilhar com os pais ou responsáveis, conhecimentos sobre desenvolvimento infantil e informação relevante sobre as crianças, utilizando uma sistemática de comunicação regular.

No que se refere ao trabalho educativo propriamente, é possível e desejável integrar o conhecimento das famílias por meio da participação de pais, responsáveis e outros familiares, nos projetos e demais atividades pedagógicas, convidando-os a ensinar coisas que sabem, a socializar experiências, a contar suas histórias. As questões culturais e regionais dentre outras, devem ser inseridas nas programações por meio da participação dos pais e demais familiares enriquecendo o trabalho que é realizado. E este processo por sua vez, deve ser impulsionado pelo coletivo de educadores e pela participação da família por meio de situações que garantam que a escola seja um organismo social vivo, gerador de experiências significativas para o desenvolvimento de todos que dela participam.

Com relação à participação da comunidade na escola dependerá fundamentalmente do empenho da instituição em abrir as portas à sua participação e da equipe de professores em contar de fato com sua presença no cotidiano escolar, reconhecendo-a como importante para contribuir com a qualidade do ensino e da aprendizagem, a partir do que pode oferecer para o enriquecimento do currículo e do projeto educativo como um todo.

Consolidar a parceria escola-família-comunidade é possível e indispensável, considerando que é responsabilidade coletiva a construção de uma educação de qualidade para todas as crianças.

## Leitura e Escrita na Educação Infantil

Segundo a BNCC, as Interações e a Brincadeira são eixos estruturantes que promovem aprendizagens essenciais, compreendendo comportamentos, habilidades, conhecimentos e vivências que se estabelecem enquanto aprendizagem e desenvolvimento nos diversos campos de experiências a partir do pleno exercício dos direitos de aprendizagens presentes no cotidiano das práticas pedagógicas, incluindo nessas práticas, as vivências com a leitura e a escrita de forma singular ao desenvolvimento infantil presente nessa Etapa da Educação Básica.

Novas expectativas nascem em relação ao trabalho com a leitura e a escrita frente às iniciativas educativas normatizadas pela BNCC para atender as demandas da sociedade atual. Seja através de imagens, sons, falas e escritas, explorando distintas linguagens como forma de expressão da criança, essa etapa da Educação Básica move-se no desenvolvimento infantil provocando curiosidades e instigando interesses. Dessa forma, propomos nesse referencial possibilidades de experiências com a linguagem materna – através de vivências sociais de leitura, escrita e oralidade - de

modo que habilidades, noções, valores e afetos sejam trazidos para os espaços e ambientes de convivências sem queimar etapas, respeitando as múltiplas infâncias que singularizam e definem as crianças de nosso Estado.

É nesse movimento, que os arranjos curriculares presentes na Base promovem um nortejar de descobertas sobre a língua materna e sobre os gêneros literários, textos orais e escritos existentes em nossa cultura alagoana, possibilitando para nossas crianças construir sua identidade num processo de cidadania e valorização da cultura local.

Compreendendo essa criança como sujeito histórico e de direitos, identificamos nos acervos literários e culturais de nosso Estado, e também de nosso Brasil, como o lugar de imersão cultural que compreende a criança de zero a cinco anos de idade enquanto sujeito de linguagem. Guinchar a criança para esse lugar de falante, escritor (escrita espontânea) e leitor, é considerá-la enquanto pessoa que se comunica, se expressa, vive, convive, (re)cria relações, (re)significando a formação do “Eu”, do seu “EU” autônomo que se (re)conhece num falar próprio, que não foge do padrão, e sim o enriquece com a melodia do falar alagoano, com a riqueza das expressões nordestinas, onde a

linguagem e os acervos e gêneros literários só favorecem uma relação com a leitura e escrita repleta de descobertas e brincadeiras.

A relação de nossas crianças a partir de bebês com a língua se dá cheia de tradições e expressões próprias do nosso território, onde o diminutivo é expressão de carinho, como por exemplo: mainha e painho. E nesse aconchego a linguagem trás para os espaços e ambientes de vivências experiências com palavras cheias de significados, como identificar-se com o próprio nome, como também, identificar o outro que difere do seu, formando um nós repleto de diversidade que se completa, eternando a identidade de um povo, a riqueza de ser alagoano.

Desse modo, trabalhar o nome das crianças em Alagoas através de fichas, jogos, músicas, danças e brincadeiras, é trazer a identidade da família inteira – de geração em geração, é evidenciar as raízes quilombolas e/ou indígenas, que mesmo que não se veja na cor da pele, no liso ou crespo do cabelo, essa identidade está no sangue quando, por exemplo, colocamos as crianças diante de uma roda de Toré e elas dançam com todo entusiasmo, coerência e movimentos precisos.

Todo trabalho realizado nos centros de Educação Infantil e Es-

colas de nosso Estado, precisam se apropriar desse trabalho com a linguagem oral e escrita que faça sentido para criança enquanto ser cultural e produtora de cultura, sendo para elas experiências significativas. De maneira evolutiva, em suas tentativas, as crianças precisam passar a fazer um uso mais complexo da linguagem frente a cada nova fase de desenvolvimento infantil, assim:

***[...] da utilização de poucas palavras para frases, de assuntos concretos para outros mais abstratos, de situações contextualizadas no presente para situações do passado e do futuro. Essa progressão se dá a partir das interações comunicativas de qualidade e positivas que as crianças têm a oportunidade de vivenciar em seu cotidiano. Nesse contexto, é muito importante que as crianças bem pequenas tenham diferentes oportunidades de interagir com outras crianças e demais pessoas, falando sobre suas experiências pessoais, relatando fatos significativos, sendo escutadas e acolhidas naquilo que comunicam, expressando-se e comunicando-se por meio do corpo, do movimento, da dança, da mímica, do som, da música, de suas esculturas, desenhos ou do teatro. (BNCC comentada, campo de experiência Escuta, fala pensamento e imaginação)***

Por isso, é tão importante que seja criado, nos ambientes educativos, um clima seguro e engajador para que se expressem livremente, e que os adultos que compõem esse espaço estejam disponíveis para conversar e interagir com elas, sendo responsivos às suas colocações e criando um efetivo diálogo, fazendo circular a linguagem de forma interessante, prazerosa e instigante em todas as suas expressões e manifestações.

Para engajar essa criança da primeira infância em (re)conhecer o mundo de fantasia da Literatura e de acervos culturais de sua história não é necessário que ela saiba ler e escrever convencionalmente. Pois para encantar uma criança com livros, textos de diversos gêneros literários e histórias contadas de geração em geração, basta possibilitar um ambiente de experimentação. Uma criança é capaz de folhear um livro, ver as figuras e imaginar uma história, existindo quem a escute, ela pode até contar essa história. Talvez, sua narrativa seja diferente da que está escrita, ou talvez seja praticamente igual, caso tenha vivenciado momentos de escuta, ao ponto de memorizar fragmentos das histórias ouvidas. Ela pode até não estar lendo dentro dos padrões do sistema notacional, mas está se envolvendo e construindo sentido.

Dessa forma, evidenciamos o quão importante é na Educação Infantil a leitura e escrita dentro de um trabalho com literatura infantil e acervos relacionados à cultura local numa perspectiva de brincadeira e descobertas, em que as crianças experimentam e vivenciam o ler e escrever além das letras, dos signos e formas, (re) construindo hipóteses da funcionalidade do que está escrito e para que e/ou quem escrever.

Nesse contexto, disponibilizar livros para as crianças manusearem, expor as crianças a momentos de contação de histórias clássicas e do contexto cultural, possibilitar interações e brincadeiras com repentes, músicas e danças da sua localidade e de outras regiões, poemas, parlendas, travas-línguas, fazer visitas a bibliotecas e salas de leitura para que as crianças escolham os portadores de texto que quiserem, folheando, mostram para os colegas (momento de livre exploração), solicitando ao adulto-leitor para que leia, envolva as crianças e favoreça um pensar sobre a leitura e a escrita, formulando hipóteses e construindo noções, valores e habilidades.

## Desenvolvimento e aprendizagem e os grupos etários

Quando se fala em educação é muito comum utilizar a palavra aprender, sendo esta geralmente associada a conteúdo, conhecimento, mais voltado a práticas escolarizantes. No entanto, é importante destacar que na educação infantil a palavra aprendizagem sempre vem acompanhada da palavra desenvolvimento, sendo este voltado para todas as dimensões humanas. Atuar na educação infantil exige que o professor se aproprie de conhecimentos específicos sobre o desenvolvimento infantil em sua totalidade e compreenda que o aprendizado se refere à aquisição de diversas habilidades ligadas a este desenvolvimento. Pensar um currículo que alcance o objetivo da educação infantil na prática, desenvolvimento integral da criança, se faz necessário conhecer as especificidades de cada etapa do desenvolvimento destes sujeitos. Para definir referenciais sobre desenvolvimento infantil teremos como referencial a teoria do de Henry Wallon, sendo este um aporte teórico que contempla todas as fases e dimensões do desenvolvimento da pessoa humana. Deste modo, exibiremos algumas características por grupos etários conforme organizados pela Base: bebês (0 a 1 ano e 6 meses), crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses).

### • **Bebês (zero a 1 ano e 6 meses)**

Nesta primeira fase do desenvolvimento compreende dois momentos, que vai do nascimento até 1 ano de idade, denominado por Wallon como estágio impulsivo-emocional. Inicialmente a criança vive em total dependência do meio externo. A criança vai se descobrindo enquanto sujeito que interage e estabelece relações emocionais, a partir de sensações e emoções, por isso, a necessidade do toque. Nessa fase, geralmente as ações não são intencionais, a aprendizagem ocorre "acidentalmente", por reflexos. "Paulatinamente essa interação criança-meio externo construirá um campo de comunicação recíproca". (MAHONEY et al, 2007, p.19).

Para tanto, dispor de um espaço com objetos coloridos e diversificados é fundamental para estimular a interação entre os bebês, com os objetos, com os adultos e com o ambiente. Sendo assim, atividades com músi-

cas, comandos de voz, conversa com os bebês é essencial para o essa fase. Promover situações nas quais a criança experimente sensações que estimulem movimentos favorecendo a comunicação, a maturação do tônus muscular, a afetividade, conseqüentemente os processos psíquicos.

Com algumas habilidades preliminares desenvolvidas, na segunda metade do primeiro ano de vida, a criança começa a realizar atividades repetidas que preludiam o estágio posterior: o sensório-motor. Estas atividades são denominadas circulares que:

***[...] são movimentos inicialmente casuais, mas que serão repetidos intencionalmente pela criança, levando-a a investigar a conexão entre seus movimentos e seus efeitos e a variação dos efeitos diante das variações de movimentos, ajustando cada vez mais seus gestos aos resultados obtidos e tomando-os, assim, mais precisos e úteis. Tais atividades levam a criança a conhecer cada vez mais a si própria e aos objetos, e acontecem em função do prazer pela repetição, da perseverança indispensável ao processo de aprendizagem, e da motivação investigadora presente nas crianças para descobrir as conexões entre seus atos e os respectivos efeitos” (MAHONEY et al, 2007, p.27).***

O professor precisa estar atento à comunicação estabelecida entre eles, como estão interagindo uns com os outros, pois em nenhum outro período da vida o ser humano faz tantas conquistas motoras, mentais e sociais quanto nos primeiros meses de vida dos sujeitos.

As atividades didático-pedagógicas devem ser planejadas conforme as especificidades do desenvolvimento de cada bebê com seqüências lógicas, pois, cada habilidade nova deve ser aperfeiçoada conforme uma já aprendida. A ação didática deve promover diferentes situações de exploração do corpo para estimular as musculaturas dos olhos, em seguida sustentar o pescoço, o tórax, até ficar em pé.

Nessa fase, o olhar do bebê é atraído por objetos movimento e de cores contrastantes, como preto e branco. As paredes das escolas devem ser atrativas com cores fortes, a organização dos móveis, de forma que promova a interação entre eles e com as pessoas. Os brinquedos devem ser acessíveis para que o bebê alcance os objetos que deseja. Também chuta, se balança, se debate e bate, esfrega, arranha, se inclina de modo rítmico e repetitivo. Com isso, manda estímulos para o cérebro, que se organizam em informações para as próximas habilidades: engatinhar, ficar em pé e andar.

A música é um veículo que estimula a comunicação e expressão, além de favorecer o prazer pelos sons. Além de atividades direcionadas, podem acontecer “cantinhos de músicas” com instrumentos confeccionados ou adquiridos, onde as crianças possam fazer experiências com sons de maneira independentes.

### • **Crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)**

Conforme a teoria do desenvolvimento da pessoa humana de Wallon, entre um e três anos de idade, aproximadamente, a criança vivencia o estágio sensório-motor e projetismo, marcada pela investigação e exploração da realidade exterior, bem como pela aquisição da capacidade simbólica e pelo início da representação. Ao final do segundo ano, a criança começa a imaginar, sem a necessidade do objeto concreto, ao que chamamos de faz-de-conta. Os movimentos passam a ser mais controlados, objetivos em relação aos interesses da criança. As atividades circulares (repetidas) servem para reafirmar as novas sensações descobertas.

Essa atividade circular consiste em uma coordenação mútua dos campos sensoriais e motores, possibilitando um ajustamento do gesto a seu efeito, o que refina os progressos de apreensão, da percepção e da linguagem, como também permite à criança descobrir as qualidades dos objetos, aguçar as sensibilidades e organizar seus gestos úteis. Pela organização de suas ações, ela discrimina diferentes movimentos e os efeitos sensoriais, visuais, auditivos e cinestésicos, tornando sua atividade, cada vez mais planejada e organizada voluntariamente (MAHONEY et al, 2007, p.32).

É a fase na qual a criança se coloca de pé, começa a andar e a desenvolver a linguagem oral, momento em que a etapa projetiva do estágio entra em cena, significa que a criança, por meio de suas novas habilidades expressa por meio de gestos e movimentos seu funcionamento mental. Começa a ver o mundo de um jeito novo. O movimento e os gestos precedem a palavra, tal como uma criança quando indagada sobre o tamanho do elefante e ela abre os braços para demonstrar.

Graças à função simbólica, isto é, à possibilidade de representar o real, a criança pode elaborar mentalmente o espaço, distribuir os objetos no espaço e no tempo, representa-los e estabelecer signos para as representações. [...] A função simbólica de desdobramento e de substituição é, portanto, condição para o nascimento do pensamento e da pessoa. São

as atividades de exploração do mundo objetivo que desenvolvem na criança a capacidade de diferenciar objetos dos seres humanos (MAHONEY et al, 2007, p.32).

A criança não é capaz de imaginar sem representar, já é capaz de imitar e simular situações, um prelúdio da representação, que somente se efetiva aproximadamente ao terceiro ano de vida, no estágio do personalismo.

#### • **Crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses)**

O personalismo, que começa aos 3 anos e finaliza aos 6, apresentará mais características neste agrupamento etário. Nesta fase de construção da consciência de si, através das interações sociais começa o egocentrismo e início da formação da personalidade com a construção da consciência de si, através das interações sociais e relações afetivas. Nesta idade, há um sentimento forte de posse da criança sobre seus brinquedos e as pessoas que ama, a criança pensa que tudo é apenas dela, inclusive a mãe e o pai e que as coisas acontecem por causa dela. Por isso, ela precisa compreender que existem pessoas com quem precisará dividir o mundo e as pessoas e esse processo será direcionado nas situações intencionais como um dia de partilha com lanche coletivo, partilha de brinquedos, jogos e brincadeiras com intencionalidades planejadas. Com isso, a situação muda e o compartilhar fica mais fácil, embora não deva ser forçado; aos poucos vão se constituindo os vínculos afetivos, surgindo os questionamentos, curiosidades e descobertas, que levam as crianças a desenvolverem representação do seu imaginário.



LUCAS PEREIRA FRANÇA

### 3. DIREITOS DE APRENDIZAGENS E CAMPOS DE EXPERIÊNCIAS

Conforme apresentados, a interação e a brincadeira são eixos estruturantes, para a prática pedagógica na Educação Infantil, defendidos pela BNCC. Nessa perspectiva determina que seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento sejam assegurados para as crianças nesta prática enquanto sujeitos sócio históricos e culturais. Sendo assim, tais eixos apontam caminhos que assegurem a compreensão de que as crianças aprendem em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural. Compreendendo garantia de direitos para cumprimento de deveres em busca de uma sociedade alagoana justa, democrática e inclusiva, a BNCC aponta os direitos de aprendizagem, que são conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se, conforme descritos a seguir.

### 3.1 Dimensão conceitual dos Direitos de Aprendizagem:

Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas. Nesse sentido, o direito de conviver é construído no estreitamento de vínculos afetivos, no compartilhamento de atitudes de solidariedade e no respeito aos tempos e espaços de cada um. Conviver é no seu sentido mais amplo aprender a lidar emocionalmente com as diferenças, é aprender a respeitar a opinião do outro e abrir espaços para diálogos em situações de conflitos colaborando para um espaço de interação e convivência saudável.

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais. No universo infantil tudo é possível, porque brincar é aguçar a imaginação é atribuir significado ao mundo. O brincar vai muito além de um passatempo, de certo, é parte essencial para construção dos processos mentais do desenvolvimento infantil, pois garante a interação e potencializa o processo de aprendizagem.

Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.

Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

### 3.2 Dimensão conceitual dos Campos de experiências:

Considerando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, a Base estabelece cinco Campos de Experiências 1) O eu, o outro e o nós; 2) Corpo, gestos e movimentos; 3) Traços, sons, cores e formas; 4) Escuta, fala, pensamento e imaginação; 5) Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações - nos quais as crianças podem aprender e se desenvolver:

O eu, o outro e o nós – É na interação com os pares e com adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista. Conforme vivem suas primeiras experiências sociais (na família, na instituição escolar, na coletividade), constroem percepções e questionamentos sobre si e sobre os outros, diferenciando-se e, simultaneamente, identificando-se como seres individuais e sociais. Ao mesmo tempo em que participam de relações sociais e de cuidados pessoais, as crianças constroem sua autonomia e senso de autocuidado, de reciprocidade e de interdependência com o meio. Por sua vez, na Educação Infantil, é preciso criar oportunidades para que as crianças entrem em contato com outros grupos sociais e culturais, outros modos de vida, diferentes atitudes, técnicas e rituais de cuidados pessoais e do grupo, costumes, celebrações e narrativas. Nessas experiências, elas podem ampliar o modo de perceber a si mesmas e ao outro, valorizar sua identidade, respeitar os outros e reconhecer as diferenças que nos constituem como seres humanos.

Corpo, gestos e movimentos – Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem. As crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e

o que pode ser um risco à sua integridade física. Na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão. Assim, a instituição escolar precisa promover oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo (tais como sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar apoiando-se em berços, mesas e cordas, saltar, escalar, equilibrar-se, correr, dar cambalhotas, alongar-se etc.).

Traços, sons, cores e formas – Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos. Essas experiências contribuem para que, desde muito pequenas, as crianças desenvolvam senso estético e crítico, o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade que as cerca. Portanto, a Educação Infantil precisa promover a participação das crianças em tempos e espaços para a produção, manifestação e apreciação artística, de modo a favorecer o desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal das crianças, permitindo que se apropriem e reconfigurem, permanentemente, a cultura e potencializem suas singularidades, ao ampliar repertórios e interpretar suas experiências e vivências artísticas.

Escuta, fala, pensamento e imaginação – Desde o nascimento, as crianças participam de situações comunicativas cotidianas com as pessoas com as quais interagem. As primeiras formas de interação do bebê são os movimentos do seu corpo, o olhar, a postura corporal, o sorriso, o choro e outros recursos vocais, que ganham sentido com a interpretação do outro. Progressivamente, as crianças vão ampliando e enriquecendo seu vocabulário e demais recursos de expressão e de compreensão, apro-

priando-se da língua materna – que se torna, pouco a pouco, seu veículo privilegiado de interação. Na Educação Infantil, é importante promover experiências nas quais as crianças possam falar e ouvir, potencializando sua participação na cultura oral, pois é na escuta de histórias, na participação em conversas, nas descrições, nas narrativas elaboradas individualmente ou em grupo e nas implicações com as múltiplas linguagens que a criança se constitui ativamente como sujeito singular e pertencente a um grupo social.

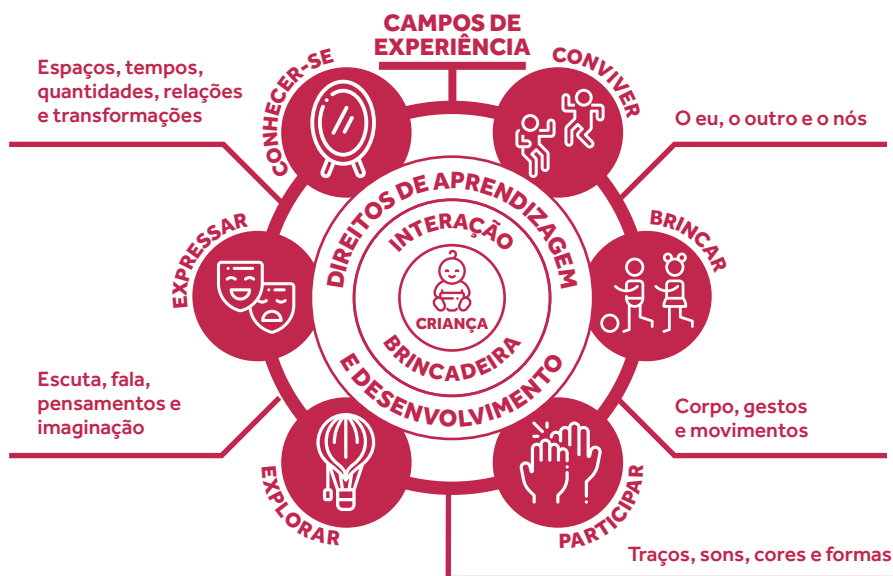
Desde cedo, a criança manifesta curiosidade com relação à cultura escrita: ao ouvir e acompanhar a leitura de textos, ao observar os muitos textos que circulam no contexto familiar, comunitário e escolar, ela vai construindo sua concepção de língua escrita, reconhecendo diferentes usos sociais da escrita, dos gêneros, suportes e portadores. Na Educação Infantil, a imersão na cultura escrita deve partir do que as crianças conhecem e das curiosidades que deixam transparecer. As experiências com a literatura infantil, propostas pelo educador, mediador entre os textos e as crianças, contribuem para o desenvolvimento do gosto pela leitura, do estímulo à imaginação e da ampliação do conhecimento de mundo. Além disso, o contato com histórias, contos, fábulas, poemas, cordéis etc. propicia a familiaridade com livros, com diferentes gêneros literários, a diferenciação entre ilustrações e escrita, a aprendizagem da direção da escrita e as formas corretas de manipulação de livros. Nesse convívio com textos escritos, as crianças vão construindo hipóteses sobre a escrita que se revelam, inicialmente, em rabiscos e garatujas e, à medida que vão conhecendo letras, em escritas espontâneas, não convencionais, mas já indicativas da compreensão da escrita como sistema de representação da língua.

Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações – As crianças vivem inseridas em espaços e tempos de diferentes dimensões, em um mundo constituído de fenômenos naturais e socioculturais. Desde muito pequenas, elas procuram se situar em diversos espaços (rua, bairro, cidade etc.) e tempos (dia e noite; hoje, ontem e amanhã etc.). Demonstram também curiosidade sobre o mundo físico (seu próprio corpo, os fenômenos atmosféricos, os animais, as plantas, as transformações da natureza, os diferentes tipos de materiais e as possibilidades de sua manipulação etc.) e o mundo sociocultural (as relações de parentesco e sociais entre as pessoas que conhece; como vivem e em que trabalham essas pessoas; quais suas tradições e seus costumes; a diversidade entre

elas etc.). Além disso, nessas experiências e em muitas outras, as crianças também se deparam, frequentemente, com conhecimentos matemáticos (contagem, ordenação, relações entre quantidades, dimensões, medidas, comparação de pesos e de comprimentos, avaliação de distâncias, reconhecimento de formas geométricas, conhecimento e reconhecimento de numerais cardinais e ordinais etc.) que igualmente aguçam a curiosidade. Portanto, a Educação Infantil precisa promover experiências nas quais as crianças possam fazer observações, manipular objetos,

investigar e explorar seu entorno, levantar hipóteses e consultar fontes de informação para buscar respostas às suas curiosidades e indagações. Assim, a instituição escolar está criando oportunidades para que as crianças ampliem seus conhecimentos do mundo físico e sociocultural e possam utilizá-los em seu cotidiano.

A definição “Campos de experiências” reafirmam o acolhimento das situações e experiências concretas vivenciadas pelas crianças que entrelaçados aos conhecimentos vão constituindo o seu desenvolvimento.



### **3.3 Dimensão prática dos Direitos de Aprendizagem e Campos de experiências:**

Para atender os direitos de aprendizagens das crianças que fazem parte dessa etapa, o currículo proposto precisa compor um conjunto de práticas que busquem articular as experiências e os saberes das crianças para cada faixa etária com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos e 11 meses de idade.

Nesse sentido, os campos de experiências são excelentes oportunidades de vivências que se articulam e dialogam entre si visando a garantia dos direitos de aprendizagem e o desenvolvimento de habilidades que vão se consolidando ao longo do processo. Pensar em estratégias que garantam o desenvolvimento de habilidades a partir dos direitos de aprendizagem é pensar sobre a organização de tempos e espaços que convide a criança a viver novas experiências e novos desafios, permitindo que ela mesma seja a protagonista de seu desenvolvimento.

Nesse cenário, o professor precisa imprimir em seu planejamento a clareza de suas intencionalidades com relação as propostas de determinadas atividades. Suas propostas precisam pensar sobre quais habilidades estão sendo trabalhadas, em quais campos de experiência e quais direitos estão sendo respeitados. Vale ressaltar que a interrelação entre os campos de experiências pode vir a permitir o desenvolvimento de mais de uma habilidade dentro de uma proposta, dependendo da vivência de interação e da condução do professor. Da mesma forma, os direitos de aprendizagem, não tem exclusividade nos campos de experiência, eles perpassam todos os campos e sua garantia depende muito das vivências praticadas e da forma como são estimuladas.

Para uma melhor compreensão acerca dos direitos de aprendizagem e os campos de experiência foram elencados alguns elementos que podem contribuir de forma significativa no planejamento de vivências e convivências, enriquecendo as ações de interação. Nesse sentido, a coluna denominada DesDP – Desdobramentos Didáticos Pedagógicos, traz algumas possibilidades de interação e brincadeiras e foram pensadas num formato de possibilidades para subsidio da prática pedagógica.

Pensar em desdobramentos é pensar em estender o que está dobrado; é analisar e simplificar o entendimento do que está posto para uma melhor compreensão; é diminuir a profundidade e estampar as ações para sua efetivação. Portanto foi com o objetivo de ampliar a compreensão e garantir práticas efetivas de interação que acrescentamos ao documento a coluna do DesDP, reforçando a existência de várias outras oportunidades que devem se articular para enriquecer esse fazer e garantir o desenvolvimento das crianças conforme seus direitos de aprendizagem.

Os desdobramentos estão organizados em tabelas e contemplam as contribuições advindas do processo de consulta pública, e das oficinas realizadas com professores nos grupos de trabalho com as comunidades indígenas, quilombo-la e do campo. Todo processo pós período de consulta, dá ao documento legitimidade de participação trazendo marcas das diversidades e da pluralidade de práticas pedagógicas pensadas e vividas no território alagoano.

Desse modo, o referido processo evidencia os eixos de Interações e brincadeiras que concordam, dialogam e se relacionam harmonicamente com o desenvolvimento infantil. Nesse contexto, pergun-

tas como: o que as crianças brincam? Como brincam? e com que brincam? São fundamentais para o entendimento e compreensão destas práticas trazidas por representantes de cada região do estado, dentre elas: Amarelinha, passa anel, morto e vivo, quilombo mirim, baile da chita, pião, briga de galo, dança do toré, ximbra, pintura corporal com simbologia indígena e africana, esconde-esconde, cavalgada, cantigas de rodas, pula corda, rouba bandeira, rodas de lendas e histórias, zarabatana, tô no poço, corridas de saco, corrida de maracá, imitação dos guerreiros, brincadeiras de boneca, peteca e quebra-pote.

Pensar no currículo da Educação Infantil e sua parte diversificada considerando o desenvolvimento integral da criança e suas múltiplas infâncias, implica considerar a questão das variáveis tempo e espaço de vivências, com referência aos territórios em que cada unidade de ensino está situada. Trata-se de tempos e espaços reconhecidos, graças à vivência de novas oportunidades de aprendizagem, para a reapropriação pedagógica de espaços de sociabilidade e de diálogo com a comunidade local, regional e global. O principal papel das instituições é promover o processo de ensino e aprendizagem, conduzindo da melhor maneira pos-

sível este processo, no entanto, cabe refletir o papel da criança enquanto sujeito histórico e de direitos.

Dessa forma, a estrutura de organização das tabelas vem em uma linguagem bem didática, auxiliar as práticas pedagógicas com o objetivo de atingir as expectativas de aprendizagem definidas pelos documentos nacionais, bem como a garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças.

A organização, que segue, indicará o campo de experiência, agrupamento etário, objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e os desdobramentos didáticos pedagógicos com possibilidades de práticas de interação e brincadeiras que orientam o fazer e as vivências, numa perspectiva do desenvolvimento da criança de ma-

neira singular e significativa.

Vale salientar, que o documento é referencial por trazer em seu corpo marcas do nosso território que embasarão o processo de (re)elaboração dos documentos orientadores das redes e sistemas educacionais dos municípios alagoanos. Entretanto, vem marcado principalmente pela composição dos elementos da base estrutura dos campos de experiências, objetivos de aprendizagem, direitos de aprendizagem e grupos etários conforme apresentado no documento nacional. Nesse sentido, para um maior esclarecimento, faz-se necessário elucidar que cada objetivo de aprendizagem e desenvolvimento na BNCC é identificado por um código alfanumérico cuja composição a seguir:

O primeiro par de letras indica a etapa da **Educação Infantil**

**EI02TS01**

O primeiro par de números indica o **grupo por faixa etária**:

- 01 - Bebês** (zero a 1 ano e 6 meses)
- 02 - Crianças bem pequenas** (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)
- 03 - Crianças pequenas** (4 anos a 5 anos e 11 meses)

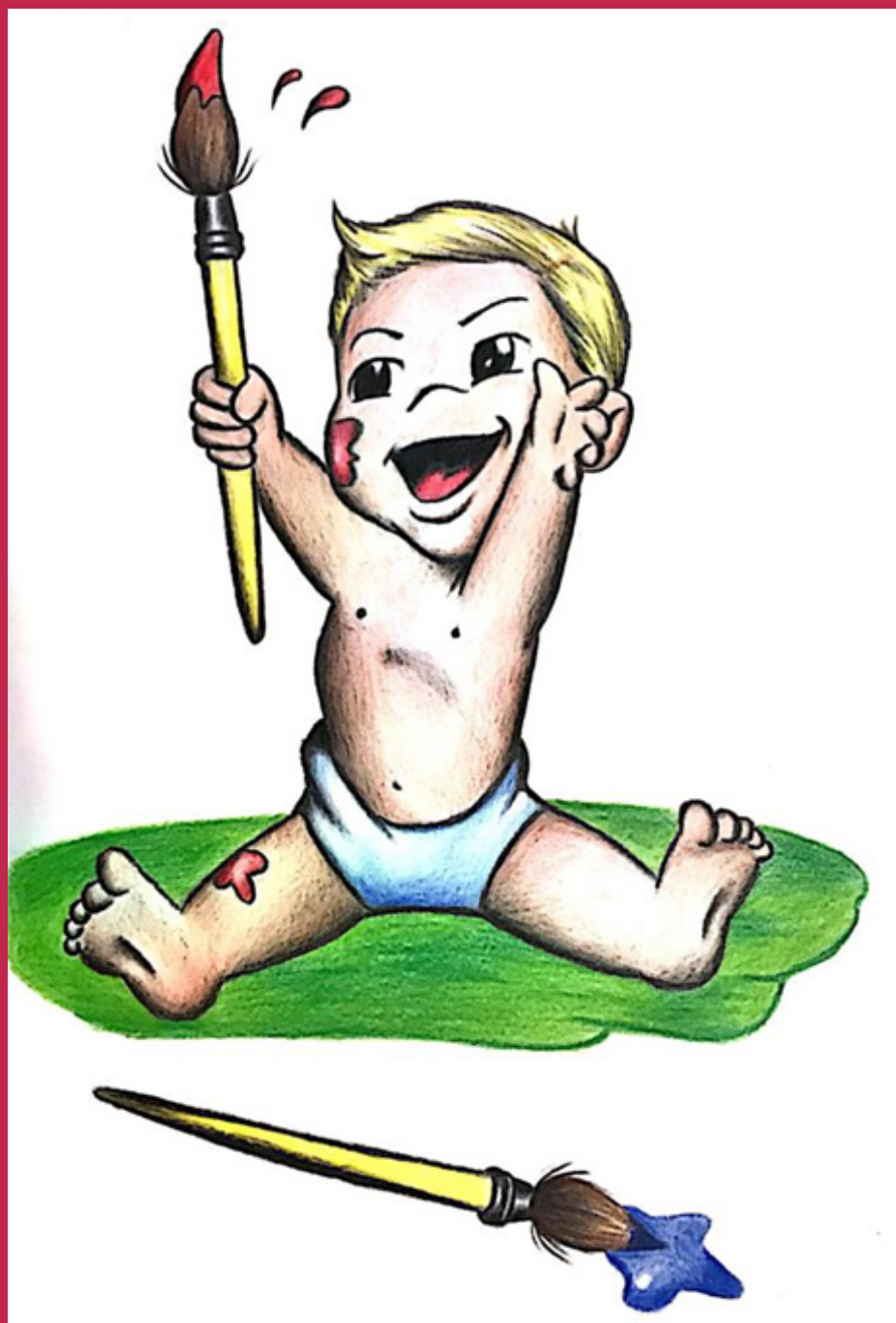
O último par de números indica a posição da habilidade na numeração sequencial do campo de experiências para cada grupo / faixa etária.

O segundo par de letras indica o **campo de experiências**:

- EO** - O eu, o outro e o nós
- CG** - Corpo, gestos e movimentos
- TS** - Traços, sons, cores e formas
- EF** - Escuta, fala, pensamento e imaginação
- ET** - Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações

Segundo o documento da BNCC, a numeração sequencial dos códigos alfanuméricos não sugere ordem ou hierarquia entre os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, permitindo organizar nosso referencial mais próximo à realidade curricular de nosso Estado. Como também, considerando a heterogeneidade das crianças enquanto indivíduo e no seu desenvolvimento nas relações presentes em cada interação.

A forma de apresentação adotada neste documento tem por objetivo assegurar clareza do que nossas crianças têm por direito apre(e)nder e como podemos possibilitar essa aprendizagem de maneira significativa, fornecendo subsídios para a elaboração e/ou revisão de currículos em todos os sistemas ou redes de ensino pertencentes ao nosso estado.



LUCAS PEREIRA FRANÇA

## 4. ORGANIZADOR CURRICULAR

### O EU, O OUTRO E O NÓS OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

<b>BEBÊS</b> (zero a 1 ano e 6 meses)	<b>CRIANÇAS BEM PEQUENAS</b> (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	<b>CRIANÇAS PEQUENAS</b> (4 anos a 5 anos e 11 meses)
<b>(EI01EO01) Perceber que suas ações têm efeitos nas outras crianças e nos adultos.</b>	<b>(EI02EO01) Demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade na interação com crianças e adultos.</b>	<b>(EI03EO01) Demonstrar empatia pelos outros, percebendo que as pessoas têm diferentes sentimentos, necessidades e maneiras de pensar e agir.</b>
<b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b>	<b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b>	<b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b>
<p>Brincar com outra criança, imitando ou mostrando suas ações seja com a dança espontânea ou por gestos direcionados;</p> <p>Participar de situações de troca, como dar e receber.</p> <p>Participar de vivências nas quais sejam valorizados em suas iniciativas e acolhidos em suas expressões e manifestações de desejos e necessidades.</p> <p>Participar de situações com troca dos gestos de carinhos meio de contato físico como abraçar, bater palminhas, dar beijo, tchau.</p>	<p>Conviver em um ambiente de interação e de troca em que as crianças se permitam cuidar umas das outras através de brincadeiras como: Boca de forno - o mestre mandou dizer que "fizesse um carinho no colega" e outros comandos que despertem o cuidado e o afeto entre eles;</p> <p>Brincar de casinha, de bonecos(as) e de imitação da vida real, reforçando valores aprendidos dentro de casa e na escola, como o cuidado e o afeto com os membros da família e com os colegas.</p> <p>Participar de atividades de organização da sala, materiais e arrumação dos brinquedos; ajudar a servir o lanche e outras atividades que desenvolvam atitudes de solidariedade.</p>	<p>Participar de momentos de interação demonstrando seus sentimentos através de contação de histórias, seguidas de diálogo na roda de conversa, seja sobre a narrativa da história ou de um fato/experiências vivenciadas por elas;</p> <p>Brincar de ser o guia (aluno de olhos vendados e o outro guia para que ele chegue a determinado lugar ou cumpra determinada tarefa).</p> <p>Participar de atividades de organização da sala, materiais e arrumação dos brinquedos, ajudar a servir o lanche e outras atividades que o ajude a desenvolver atitudes de solidariedade.</p>

<b>(EI01EO02) Perceber as possibilidades e os limites de seu corpo nas brincadeiras e interações das quais participa.</b>	<b>(EI02EO02) Demonstrar imagem positiva de si e confiança em sua capacidade para enfrentar dificuldades e desafios.</b>	<b>(EI03EO02) Agir de maneira independente, com confiança em suas capacidades, reconhecendo suas conquistas e limitações.</b>
<b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b>	<b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b>	<b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b>
<p>Explorar objetos coloridos, mobiles, argolas e barras para desenvolver-se: engatinhar, sentar-se, apoiar-se, levantar-se;</p> <p>Participar de atividades como circuitos guiados em espaços estimuladores e desafiantes.</p>	<p>Explorar seus potenciais em atividades desafiadoras como: completar um circuito com comandos direcionados;</p> <p>Conviver em ambiente acolhedor e desafiador em que se valorize os avanços coletivos e individuais elogiando e sendo elogiado por suas conquistas aumentando a confiança em si para enfrentar dificuldades e desenvolver suas capacidades.</p> <p>Expressar seus pontos de vistas em relação as suas capacidades e limitações nas brincadeiras e jogos.</p>	<p>Participar da criação de regras e rotinas diárias como: organização da sala, do material e dos brinquedos demonstrando iniciativas nestas atividades.</p> <p>Expressar seus pontos de vistas em relação as suas capacidades e limitações nas brincadeiras e jogos.</p> <p>Explorar seus potenciais em atividades desafiadoras como: completar um circuito com comandos direcionados;</p> <p>Conviver em ambiente acolhedor e desafiador em que se valorize os avanços coletivos e individuais elogiando e sendo elogiado por suas conquistas aumentando a confiança em si para enfrentar dificuldades e desenvolver suas capacidades.</p>

<p><b>EI01EO03) Interagir com crianças da mesma faixa etária e adultos ao explorar espaços, materiais, objetos, brinquedos.</b></p>	<p><b>(EI02EO03) Compartilhar os objetos e os espaços com crianças da mesma faixa etária e adultos.</b></p>	<p><b>(EI03EO03) Ampliar as relações interpessoais, desenvolvendo atitudes de participação e cooperação.</b></p>
<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>
<p>Participar de brincadeiras cantadas, jogos com encaixes, montar e desmontar;</p> <p>Brincar de esconder e achar objetos, podendo der os sapatos ou outro material de uso pessoal.</p>	<p>Vivenciar atividades com momentos de partilhas do lanche, dos brinquedos e outras situações como futebol, boliche, bola na roda musica (parou/ dançou);</p> <p>Participar de atividades de organização do espaço juntas: exemplo caixa de sapatos e caixa de brinquedos.</p> <p>Cauda do dragão (em fila, em forma de trem, o cabeça precisa pegar a cauda do dragão representado por um lenço que fica com a ultima criança da fila.</p>	<p>Participar de atividades em grupo para estimular a participação e a colaboração, tais como: o apanhador de batatas ou de brinquedos;</p> <p>Brincar de Caça cores/ tesouro/objetos perdidos: cada equipe ficará responsável por buscar objetos escondidos nas cores e ou classificação de sua equipe e outras atividades em grupos para fortalecer o desenvolvimento de atitudes de participação e colaboração.</p>

<p><b>(EI01EO04)</b>  <b>Comunicar necessidades, desejos e emoções, utilizando gestos, balbucios, palavras.</b></p>	<p><b>(EI02EO04) Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los e fazendo-se compreender.</b></p>	<p><b>(EI02EO04) Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los e fazendo-se compreender.</b></p>
<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>
<p>Expressar diálogos repetição dos sons e imitação dos balbucios estabelecendo a comunicação;</p> <p>Participar dos momentos de interação e comunicar-se com outros nas horas do lanche, banho e brincadeiras expressando seus desejos e emoções.</p> <p>Expressar suas emoções através de gestos nas brincadeiras cantadas.</p>	<p>Participar de rodas de conversas expondo suas ideias através de recontos orais de historias trabalhadas ou de fatos vividos pelas próprias crianças;</p> <p>Expressar-se em situações ou fatos ocorridos na sala opinando e se posicionando; repassando recados enviados pela professora ou outro adulto que pode ser na sala ao lado ou em casa, a um adulto ou a outro colega;</p>	<p>Participar de rodas de conversas expondo suas ideias através de recontos orais de historias trabalhadas ou de fatos vividos pelas próprias crianças;</p> <p>Expressar-se em situações ou fatos ocorridos na sala opinando e se posicionando; repassando recados enviados pela professora ou outro adulto que pode ser na sala ao lado ou em casa, a um adulto ou a outro colega;</p>

<p><b>(EI01EO05)</b>  <b>Reconhecer seu corpo e expressar suas sensações em momentos de alimentação, higiene, brincadeira e descanso.</b></p>	<p><b>(EI02EO05) Perceber que as pessoas têm características físicas diferentes, respeitando essas diferenças.</b></p>	<p><b>(EI03EO05) Demonstrar valorização das características de seu corpo e respeitar as características dos outros (crianças e adultos) com os quais convive.</b></p>
<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramento Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>
<p>Participar de rotina relacionada à sua alimentação, sono, descanso e higiene como nas trocas de fraldas, segurando-a;</p> <p>Reconhecer as sensações e necessidades de seu corpo em momentos de alimentação, higiene, brincadeira e descanso;</p> <p>Explorar os momentos de higiene corporal, manifestando interesse e prazer pelas atividades de banho, escovação e troca;</p> <p>Participar ativamente e com autonomia nos momentos de alimentação e higiene corporal.</p>	<p>Participar de momentos de interações e diálogos identificando suas características, de seus familiares e de seus colegas através de atividades com exposição de fotografias da família para reconhecimento das diferenças e semelhanças;</p> <p>Explorar sua imagem através do espelho reconhecendo suas características;</p> <p>Explorar através do toque as características dos colegas com vendados;</p> <p>Aprender a conviver e a respeitar as diferenças de gênero, etnia e faixa etária;</p> <p>Participar de experiências que envolvam atitudes de respeito para com o outro, valorizando-o em suas expressões.</p>	<p>Participar de momentos de interações e diálogos identificando suas características, de seus familiares e de seus colegas através de atividades com exposição de fotografias e/ ou vídeos da família para reconhecimento das diferenças e semelhanças;</p> <p>Expressar sua opinião na roda de conversa sobre o respeito às diferenças;</p> <p>Expressar suas percepções de características através de desenhos da professora e/ou colega ou pessoa da família em tamanho real, cartolina com a colaboração de todos ou individualmente.</p> <p>Participar de momentos de expressão corporal, utilizando-se de espelhos, câmeras fotográficas, músicas e etc.</p>

<p><b>(EI01EO06) Interagir com outras crianças da mesma faixa etária e adultos, adaptando-se ao convívio social.</b></p>	<p><b>(EI02EO06) Respeitar regras básicas de convívio social nas interações e brincadeiras.</b></p>	<p><b>(EI03EO06) Manifestar interesse e respeito por diferentes culturas e modos de vida.</b></p>
<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>
<p>Participar das interações de diálogos com repetindo sons e imitando balbucios;</p> <p>Conviver com outras crianças da mesma faixa etária para interagir e comunica-se, nas horas do lanche, banho e brincadeiras.</p>	<p>Expressar sua opinião e participar da elaboração dos combinados para exposição no mural da sala;</p> <p>Participar das rodas de conversas sobre os combinados diários das rotinas e uso dos espaços e atividades;</p> <p>Participar das escolhas e trocas com os colegas nas brincadeiras, jogos e demais situações do cotidiano;</p> <p>Participar de jogos e brincadeiras respeitando as regras e seguindo o que foi acordado com todos os participantes;</p>	<p>Explorar e conhecer diferentes culturas e modos de vida através de exposição de imagens e fotografias antigas;</p> <p>Participar de organização e exposição de brinquedos ou outros objetos antigos, trazendo peças de seus pais e avós quando crianças e/ou um objeto que faça parte da sua vida e tenha um significado importante para compartilhar com os colegas.</p> <p>Participar de rodas de conversas tendo como convidados pais ou avós ou roda de leitura de relatos enviados pelos avós sobre o modo de vida em sua geração.</p>

<b>(EI02EO07) Resolver conflitos nas interações e brincadeiras, com a orientação de um adulto.</b>	<b>(EI03EO07) Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos.</b>
<b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b>	<b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b>
<p>Participar da escolha das brincadeiras, brinquedos e pares;</p> <p>Expressar sua opinião e propor soluções para superação das situações de conflito, sob a orientação do professor.</p>	<p>Participar de momentos de reflexão na roda sobre situações de conflitos expondo suas ideias e soluções para resolução dos mesmos.</p> <p>Brincar sozinha e com o outro, compartilhando brinquedos e espaços.</p>

**“CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS”  
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO**

<b>BEBÊS</b> (zero a 1 ano e 6 meses)	<b>CRIANÇAS BEM PEQUENAS</b> (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	<b>CRIANÇAS PEQUENAS</b> (4 anos a 5 anos e 11 meses)
<p><b>(EI01CG01) Movimentar as partes do corpo para exprimir corporalmente emoções, necessidades e desejos.</b></p>	<p><b>(EI02CG01) Apropriar-se de gestos e movimentos de sua cultura no cuidado de si e nos jogos e brincadeiras.</b></p>	<p><b>(EI03CG01) Criar com o corpo formas diversificadas de expressão de sentimentos, sensações e emoções, tanto nas situações do cotidiano quanto em brincadeiras, dança, teatro, música.</b></p>
<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>
<p>Participar de momentos coletivos de danças espontâneas e imitação de movimentos;</p> <p>Brincar seguindo comandos de voz por imitação ou repetição e com uso de cantigas.</p> <p>Explorar movimentos como rolar uma bola, sentar, engatinhar, levantar, andar, abraçar, bater palminhas, tchau dentre outras possibilidades;</p>	<p>Participar de momentos de danças, brincadeiras de roda / ciranda cantada como adoleta, dança do boneco de lata e outras;</p> <p>Explorar movimentos com produção de sons ritmados como raspar, assobiar, bater palmas, tamborilar, deslizar e outros.</p>	<p>Expressar-se nos momentos de encenação de personagens / dramatizações ou com uso de fantoches.</p> <p>Explorar as possibilidades de gestos e ritmos corporais para expressar-se nas brincadeiras e nas demais situações de interação como por exemplo a mímica, o Espelho vivo – na qual uma criança comanda os movimentos e gestos e as outras repetem.</p> <p>Expressar corporalmente sua afetividade em relação às outras crianças, por meio do aconchego, do carinho e do toque, nos momentos de chegada e despedida, do sono, da alimentação, do banho, bem como nas diferentes situações do cotidiano;</p>

<p><b>(EI01CG02)</b>  <b>Experimentar as possibilidades corporais nas brincadeiras e interações em ambientes acolhedores e desafiantes.</b></p>	<p><b>(EI02CG02)</b> <b>Deslocar seu corpo no espaço, orientando-se por noções como em frente, atrás, no alto, embaixo, dentro, fora etc., ao se envolver em brincadeiras e atividades de diferentes naturezas.</b></p>	<p><b>(EI03CG02)</b> <b>Demonstrar controle e adequação do uso de seu corpo em brincadeiras e jogos, escuta e reconto de histórias, atividades artísticas, entre outras possibilidades.</b></p>
<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>
<p>Conviver em um ambiente com musica que estimule o movimento do corpo;</p> <p>Conviver em um ambiente desafiante com argolas, barras, e recursos de apoio para os movimentos iniciais; tuneis construídos com caixas ou outros materiais para aguçar a curiosidade;</p>	<p>Explorar diversos movimentos de lateralidade com o corpo: bater palmas; imitar a aranha subindo; imitar a borboleta ou o avião voando; juntar a ponta dos dedos; acompanhar as batidas de palmas de acordo com uma música;</p> <p>Participar de atividades de movimentos em dupla; brincadeira morto/vivo que pode variar dentro/fora (do círculo), equilíbrio na linha, andando em zig e zag;</p>	<p>Participar de brincadeiras desenvolvendo o controle e equilíbrio do corpo como: pula varetas, coelhinho saia da toca, desafio do Saci, brincadeira do aviãozinho, atividades com pneus e circuito;</p> <p>Participar de brincadeiras de faz de conta no qual assumem diferentes papéis, criam cenários, diálogos e tramas;</p> <p>Explorar materiais e objetos de diversas formas: pegar, encaixar, empilhar, escrever, puxar, segurar, enfileirar, agrupar, chutar, arremessar etc.;</p> <p>Explorar o uso das novas tecnologias nas brincadeiras e atividades como falar ao microfones, gravar histórias, e assistir suas próprias produções;</p> <p>Explorar os movimentos utilizando a luz dos projetores de imagem para observar efeitos de luz e produzir sombras.</p>

<b>(EI01CG03) Imitar gestos e movimentos de outras crianças, adultos e animais.</b>	<b>(EI02CG03) Explorar formas de deslocamento no espaço (pular, saltar, dançar), combinando movimentos e seguindo orientações.</b>	<b>(EI03CG03) Criar movimentos, gestos, olhares e mímicas em brincadeiras, jogos e atividades artísticas como dança, teatro e música.</b>
<b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b>	<b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b>	<b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b>
Participar das atividades de danças com gestos; músicas com os sons dos animais e atividades de imitação dos sons, gestos e movimentos.	Participar de brincadeiras que explorem ações como: arrastar, levantar, subir, descer, passar por dentro por baixo, saltar, rolar, virar cambalhotas e demais expressões dos movimentos.  Participar de brincadeiras como pisar na sombra do colega; o pulo do sapo; corrida dos animais; arranca rabo; circuito com cones, pneus e outros materiais.	Expressar-se através do teatro, a dança, a música, bem como as demais formas de expressão corporal;  Participar de atividades e brincadeiras como descobrindo sombras na luz; imitando sons da natureza: fazer chover, fazer ventania, tempestade, cachoeira, animais, etc;  Participar de brincadeiras como: Que bicho eu sou? (mímica).

<p><b>(EI01CG04)</b>  <b>Participar do cuidado do seu corpo e da promoção do seu bem-estar.</b></p>	<p><b>(EI02CG04)</b>  <b>Demonstrar progressiva independência no cuidado do seu corpo.</b></p>	<p><b>(EI03CG04) Adotar hábitos de autocuidado relacionados a higiene, alimentação, conforto e aparência.</b></p>
<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>
<p>Participar dos momentos do banho, do lanche e outras atividades, estabelecendo diálogos constantes e acompanhando comandos de estímulo a participação para desenvolvimento da autonomia.</p>	<p>Conhecer-se se apropriando progressivamente da imagem global de seu corpo reconhecendo a importância da funcionalidade corporal e de seus segmentos;</p> <p>Explorar o controle corporal e o conhecimento sobre a dinâmica do próprio corpo;</p> <p>Participar de atividades orientadas como: vestir a roupa, calçar o sapato, pentear os cabelos e outros;</p>	<p>Participar de momentos de atividades orientadas como: lavar as mãos, tomar banho, enxugar-se, escovar os dentes, vestir a roupa, calçar o sapato, pentear os cabelos, alimenta-se, usar o sanitário;</p> <p>Explorar situações e vivências sobre o autocuidado e higiene na roda de conversa.</p>

<p><b>(EI01CG05) Utilizar os movimentos de preensão, encaixe e lançamento, ampliando suas possibilidades de manuseio de diferentes materiais e objetos.</b></p>	<p><b>(EI02CG05) Desenvolver progressivamente as habilidades manuais, adquirindo controle para desenhar, pintar, rasgar, folhear, entre outros.</b></p>	<p><b>(EI03CG05) Coordenar suas habilidades manuais no atendimento adequado a seus interesses e necessidades em situações diversas.</b></p>
<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>
<p>Participar de atividades e brincadeiras com caixa, legos, bolas, latas etc.</p> <p>Explorar gestos, sonoridades e movimentos de diferentes naturezas.</p>	<p>Expressar-se através de desenhos e recontos de histórias;</p> <p>Explorar os controles de movimentos com massa de modelar; pintura a dedo com tinta; desenho e pintura coletiva no mural;</p> <p>Explorar atividades de recorte com as mãos e com tesouras;</p> <p>Explorar leitura de imagens mais complexas (com vários elementos);</p> <p>Participar de atividades de modelagem livre e direcionada, colagens, com diferentes materiais, incluindo elementos regionais/locais</p>	<p>Expressar-se com atividades de desenhos e recontos de histórias;</p> <p>Explorar os controles de movimentos com massa de modelar; pintura a dedo com tinta; desenho e pintura coletiva no mural;</p> <p>Explorar leitura de imagens mais complexas (com vários elementos);</p> <p>Participar de atividades de modelagem livre e direcionada, colagens, com diferentes materiais, incluindo elementos regionais/locais.</p> <p>Explorar por meio da dança, a apreciação e interação com a diversidade cultural brasileira e suas origens conforme as tradições locais. (capoeira, toré, dança do maracá, dentre outras) e brincadeiras tradicionais ("eu sou pobre, eu sou rica", "lagarta pintada", peteca, cirandas e demais brincadeiras);</p>

**TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS  
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO**

<b>BEBÊS</b> (zero a 1 ano e 6 meses)	<b>CRIANÇAS BEM PEQUENAS</b> (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	<b>CRIANÇAS PEQUENAS</b> (4 anos a 5 anos e 11 meses)
<b>(EI01TS01)</b> Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente.	<b>(EI02TS01)</b> Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos de música.	<b>(EI03TS01)</b> Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais, festas.
<b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b>	<b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b>	<b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b>
<p>Participar de brincadeiras com água para interagir com os pares;</p> <p>Explorar a imaginação criativa participando de atividades no banho com os bonecos, lavabos de miniaturas, sabão além de explorando momentos de higiene pessoal.</p>	<p>Brincar as mãos e a boca para construir sons;</p> <p>Conhecer instrumentos musicais como pandeiro, triângulo, tambor para produzir sons diversificados.</p> <p>Explorar diferentes combinações de sons cantando uma parte da música voz alta ou parte com instrumentos musicais para trabalhar o ritmo.</p>	<p>Explorar cantinho da música com diversos instrumentos musicais tendo momentos de experiências com sons de maneira independente.</p>

<p><b>(EI01TS02) Traçar marcas gráficas, em diferentes suportes, usando instrumentos riscantes e tintas.</b></p>	<p><b>(EI02TS02) Utilizar materiais variados com possibilidades de manipulação (argila, massa de modelar), explorando cores, texturas, superfícies, planos, formas e volumes ao criar objetos tridimensionais.</b></p>	<p><b>(EI03TS02) Expressar-se livremente por meio de desenho, pintura, colagem, dobradura e escultura, criando produções bidimensionais e tridimensionais.</b></p>
<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>
<p>Participar do uso de tintas como guache estimulando a experiências com as cores;</p> <p>Brincar com pincel de uma mão a outra, marcar palmada em papéis.</p> <p>Participar de momentos com riscos e rabiscos em lugares específicos como cantinho da parede.</p>	<p>Brincar de manipular massa de modelar, farinha ou argila criando e recriando objetos do seu dia a dia como carros, bonecos, igrejas, pião, etc.</p>	<p>Conhecer diferentes tipos de materiais do seu entorno como argilas, canudos, botões, papelão, para construção de objetos do seu interesse ou do tema estudado.</p> <p>Participar na construção de brinquedos com materiais de sucatas.</p>

<p><b>(EI01TS03) Explorar diferentes fontes sonoras e materiais para acompanhar brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.</b></p>	<p><b>(EI02TS03) Utilizar diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias.</b></p>	<p><b>(EI03TS03) Reconhecer as qualidades do som (intensidade, duração, altura e timbre), utilizando-as em suas produções sonoras e ao ouvir músicas e sons.</b></p>
<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>
<p>Brincar com Instrumentos musicais como violão, flauta doce, tambor imitando os sons ouvidos através de gritos, risos ou balbucios.</p> <p>Participar de movimentos corporais com a dançar e músicas cantadas ou selecionadas pelo docente reproduzida em rádio, TV ou data show.</p>	<p>Participar de momentos com cantigas de rodas, canções de ninar, expressando gestos e movimentos com o corpo.</p> <p>Conhecer a durabilidade dos sons com diversos objetos do seu entorno como: caixinhas com fole sonoro, instrumentos musicais, bonecos e animais que têm sons, etc.</p>	<p>Participar de momentos com cantigas de rodas para entonar sons e canções do seu cotidiano.</p> <p>Brincar de bater palmas para reproduzir ao ritmo da música.</p> <p>Conhecer os instrumentos musicais para identificar a saída e entrada dos sons.</p> <p>Explorar diferentes combinações com as partes de uma frase musical.</p>

## ESCUta, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

<b>BEBÊS</b> (zero a 1 ano e 6 meses)	<b>CRIANÇAS BEM PEQUENAS</b> (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	<b>CRIANÇAS PEQUENAS</b> (4 anos a 5 anos e 11 meses)
<b>(EI01EF01)</b> Reconhecer quando é chamado por seu nome e reconhecer os nomes de pessoas com quem convive.	<b>(EI02EF01)</b> Dialogar com crianças e adultos, expressando seus desejos, necessidades, sentimentos e opiniões.	<b>(EI03EF01)</b> Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita (escrita espontânea), de fotos, desenhos e outras formas de expressão.
<b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b>	<b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b>	<b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b>
<p>Participar de situações de brincadeiras e interações que seja possível incluir o nome das crianças, seus pares de convivência, grupo etário que compõe sua turma, como também pessoas que fazem parte de seu convívio social.</p> <p>Brincar de roda com músicas e danças, que possibilite a criança expressar os nomes daqueles que fazem parte de seu convívio social, seja na escola e/ou em casa.</p>	<p>Expressar sentimentos, desejos, necessidades e opiniões nos momentos de diálogo com coerência aos temas e/ou saberes expostos.</p> <p>Brincar, interagindo através do diálogo, de momentos coletivos com outras crianças, adultos presentes no espaço educativo, pessoas da família em atividades festivas, de maneira a estabelecer convivência com as pessoas presentes em seu cotidiano.</p> <p>Participar dos momentos de diálogos e conversas coletivas, em pares ou com adultos, expressando saberes, valores e intenções com coerência.</p>	<p>Brincar de registrar por escrito (escrita espontânea) ou argumentar oralmente desejos, sentimentos, ideias e entendimento do momento de vivência ou de registros de experiências vividas exposto através de fotografias, ilustrações e/ou gravações de vídeos;</p> <p>Participar de construções de regras (onde o adulto é o escriba) de convivência, expressando suas ideias e pensamentos em prol do bem estar de todos no convívio coletivo;</p> <p>Participar das brincadeiras de jogo simbólico e dos "cantinhos" temáticos escrevendo e ou ditando o que deve ser escrito de forma coerente ao proposto;</p>

Reconhecer as pessoas de seu convívio social em registros fotográficos, expressando nomes e/ou apelidos.

Brincar seguindo comandos precisos, evidenciando através da argumentação o que senti, compreende e deseja.

Expressar suas opiniões afirmando, questionando, criando e imaginando de forma a posicionar-se com autoria de sua fala e argumentação, em que:

Num primeiro momento com ancoragem na fala de outrem ou de discursos ou histórias existentes e (re)conhecidas socialmente;

A partir da convivência estabelecida no cotidiano, sem ancoragem discursiva no falar de outrem ou de discursos ou histórias existentes e (re)conhecidas socialmente.

Conviver de forma participativa nos momentos de contos, recontos, argumentações e registros espontâneos de narrativa de histórias orais, rimas, versos, leitura informativa (e não apenas literária), audição de textos variados;

Descobrir que o que se fala pode ser escrito e que existe códigos, símbolos e/ou desenhos existentes e padronizados historicamente, de acordo com a cultura do lugar ou do instituído no Brasil, que estão presentes na maioria dos lugares que eles conhecem (padarias, mercados, nas feiras, etc.).

Explorar manifestações culturais e sociais de símbolos, códigos e/ou desenhos para expressar-se.

Reconhecer manifestações culturais e sociais através de símbolos, códigos e/ou desenhos para expressar-se em conformidade ao exposto nos espaços de convivências pelos pares, crianças e ou adultos presentes.

<p><b>(EI01EF02)</b>  <b>Demonstrar interesse ao ouvir a leitura de poemas e a apresentação de músicas.</b></p>	<p><b>(EI02EF02) Identificar e criar diferentes sons e reconhecer rimas e aliterações em cantigas de roda e textos poéticos.</b></p>	<p><b>(EI03EF02) Inventar brincadeiras cantadas, poemas e canções, criando rimas, aliterações e ritmos.</b></p>
<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>
<p>Participa ativamente de momentos de recitais de poemas e momentos musicais com a utilização de recursos audiovisuais.</p> <p>Expressa alegria e satisfação ao ouvir poemas e/ou músicas, seja oralmente ou com gestos e movimentos corporais relacionados ao que é declamado e/ou cantado/tocado na melodia das canções.</p>	<p>Brinca com os sons, melodias, ritmos e aliterações presentes em declamação de textos poéticos, cantigas de roda e quadrinhas; Brincadeira de caça rimas e sons iguais.</p> <p>Explora a diversidade de sons, rimas e formas ritmadas de cantar a mesma música, seja individual e/ou coletivamente.</p> <p>Expressar-se formulando possibilidades de rimas e melodias.</p>	<p>Participa com autoria de poemas marcados por rimas, fazendo trocas de palavras de modo a compreender o sentido e ressignificar que pode acontecer, dependendo da escolha das palavras.</p> <p>Brincar de parodiar, seja com ditante ou com escrita espontânea de repertório musical conhecido.</p> <p>Descobrir formas de expressar o que ouve, seja recitando, cantando, registrando através de símbolos, desenhos e/ou códigos, evidenciando o quão significativo é para ela, enquanto sujeito cultural.</p> <p>Participar de momentos coletivos de apreciação de declamações de poemas e de músicas de estilos e compositores variados, ampliando seu repertório.</p>

<p><b>(EI01EF03) Demonstrar interesse ao ouvir histórias lidas ou contadas, observando ilustrações e os movimentos de leitura do adulto-leitor (modo de segurar o portador e de virar as páginas).</b></p>	<p><b>(EI02EF03) Demonstrar interesse e atenção ao ouvir a leitura de histórias e outros textos, diferenciando escrita de ilustrações, e acompanhando, com orientação do adulto-leitor, a direção da leitura (de cima para baixo, da esquerda para a direita).</b></p>	<p><b>(EI03EF03) Escolher e folhear livros, procurando orientar-se por temas e ilustrações e tentando identificar palavras conhecidas.</b></p>
<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>
<p>Participar dos momentos em círculos de leitura e contação de histórias, deitados ou sentados (de acordo com a orientação dada pelo adulto);</p> <p>Expressar interesse nos momentos das rodas de leitura e conto com antecipações e criando outras possibilidades oralmente a partir das ilustrações dos portadores apresentadas pelo adulto-leitor;</p> <p>Explorar os portadores de histórias, manuseando habilmente a passagem das páginas.</p> <p>Reconhecer contos e histórias pela capa dos portadores literários e suas ilustrações.</p>	<p>Participar ativamente dos momentos de leitura de histórias e outros textos, atendo-se aos detalhes presentes nos portadores (ilustrações e direcionamento da escrita);</p> <p>Diferenciar escrita de ilustração, compreendendo a importância e o sentido de ambos na construção de sentido ao que está escrito.</p> <p>Acompanhar com interesse a direção da leitura, buscando compreender e se deixando envolver com o enredo ou informação lida pelo adulto-leitor.</p>	<p>Brincar de ler histórias, fazendo uso das ilustrações;</p> <p>Explorar a parte escrita dos portadores, evidenciando e marcando a direção da leitura com ancoragem nas ilustrações para dar sentido ao que lê (pseudoleitura);</p> <p>Expressar-se, fazendo uso de entonações e impoções de voz diferenciadas, buscando marcar as falas dos diferentes personagens e narrador presentes nas histórias.</p> <p>Reconhecer portadores de histórias já conhecidas, orientando-se por ilustrações e o reconhecimento de palavras presentes na capa ou páginas.</p> <p>Escolher e folhear livros com autonomia.</p>

<p><b>(EI01EF04) Reconhecer elementos das ilustrações de histórias, apontando-os, a pedido do adulto-leitor</b></p>	<p><b>(EI02EF04) Formular e responder perguntas sobre fatos da história narrada, identificando cenários, personagens e principais acontecimentos.</b></p>	<p><b>(EI03EF04) Recontar histórias ouvidas e planejar coletivamente roteiros de vídeos e de encenações, definindo os contextos, os personagens, a estrutura da história.</b></p>
<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>
<p>Explorar elementos das ilustrações das histórias, apontados e direcionados pelo adulto-leitor;</p> <p>Identificar personagens, imagens de paisagens naturais e sociais a pedido do adulto-leitor;</p> <p>Expressar-se, oralmente, informando as ilustrações presentes nas histórias a partir do solicitado pelo adulto-leitor.</p>	<p>Identificar cenários, personagens e principais acontecimentos com autonomia;</p> <p>Questionar e antecipa possibilidades coerentes aos acontecimentos presentes nas histórias, criando hipóteses possíveis;</p> <p>Interpretar os fatos da história contada, considerando e relacionando as descrições de cenários, personagens e principais acontecimentos que compõem a história narrada.</p>	<p>Participar de momentos coletivos de reconto de histórias;</p> <p>Recontar histórias já ouvidas, trazendo as entonações e impostações de vozes relacionadas;</p> <p>Desenvolver características físicas e psicológicas dos personagens; o contexto que se dará todo enredo da história;</p> <p>Definir coletivamente contextos, personagens e estrutura da história.</p> <p>Planejar junto com a turma a histórias e como ela será contada.</p>

<p><b>(EI01EF05) Imitar as variações de entonação e gestos realizados pelos adultos, ao ler histórias e ao cantar.</b></p>	<p><b>(EI02EF05) Relatar experiências e fatos acontecidos, histórias ouvidas, filmes ou peças teatrais assistidos etc.</b></p>	<p><b>(EI03EF05) Recontar histórias ouvidas para produção de reconto escrito, tendo o professor como escriba.</b></p>
<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>
<p>Participar dos momentos de imitações proporcionado e direcionado pelo adulto durante a leitura de história ou ao cantar músicas;</p> <p>Expressar-se buscando imitar as variações de entonações e gestos realizados pelo adulto;</p> <p>Brincar imitando vários gestos e sons feitos pelo adulto, em conformidade a história lida e/ou a música cantada.</p>	<p>Participar das rodas de conversas, expondo suas ideias através de recontos orais de histórias ouvidas, filmes ou peças teatrais assistidas;</p> <p>Expor com clareza e coerência situações ou fatos ocorridos nos espaços de convivência da unidade de ensino e/ou no convívio social com a família;</p> <p>Contar para os colegas e adulto algo que aconteceu, assistiu ou ouviu com detalhes que contribuem para compreensão de quem ouve.</p>	<p>Participar das rodas de conversas, expondo suas ideias através de recontos orais de histórias já ouvidas;</p> <p>Antecipar perguntas que apoiarão o reconto da história ouvida;</p> <p>Utilizar descrição de imagens e trechos memorizados da história ouvida, para o momento de reconto escrito.</p> <p>Gravar seus recontos com o apoio do adulto e depois ouvi com sua gravação e a das outras crianças, comparando com a história já contada pelo adulto.</p> <p>Resgatar elementos importantes da história através da comparação das gravações e elementos resgatados pelo reconto do adulto.</p> <p>Fazer o percurso do reconto coletivamente e, sem interromper a narrativa das outras crianças, completa suas ideias da história original;</p> <p>Identificar os elementos primordiais da história, favorecendo a riqueza de detalhes no reconto escrito (professor(a) como escriba).</p>

<p><b>(EI01EF06)</b>  <b>Comunicar-se com outras pessoas usando movimentos, gestos, balbucios, fala e outras formas de expressão.</b></p>	<p><b>(EI02EF06) Criar e contar histórias oralmente, com base em imagens ou temas sugeridos.</b></p>	<p><b>(EI03EF06) Produzir suas próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa.</b></p>
<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>
<p>Participar de brincadeiras com movimentos, gestos e expressão oral, interagindo entre os pares sob orientação do adulto.</p> <p>Expressar-se para se comunicar com as crianças e o adulto com gestos, movimentos e falas sem ecolalia ou ancoragem em outrem;</p> <p>Reconhecer seus gestos ao se ver no espelho ou numa filmagem e sua voz numa gravação, explicando para o grupo que faz parte o que estava fazendo (o que queria comunicar).</p>	<p>Relatar oralmente sequências visuais que possibilite criar uma história;</p> <p>Criar diálogos com fantoches ou dedoches, construindo uma história inventada;</p> <p>Criar um novo, oralmente, final para história já conhecidas;</p> <p>Inventar histórias a partir de tema sugerido pelas outras crianças ou adulto.</p>	<p>Registrar seu dia - construindo um diário (escrita espontânea);</p> <p>Participar de momentos coletivos de produção de histórias inventadas, com o adulto como escriba;</p> <p>Modificar histórias conhecidas, construindo um novo contexto, substituindo personagens numa construção oral e escrita em dupla (escrita espontânea);</p> <p>Inventar história oral e escrita, onde o personagem principal é ele(a) num momento do passado ou do futuro (escrita espontânea).</p> <p>Produzir tirinhas de histórias do seu cotidiano.</p>

<p><b>(EI01EF07) Conhecer e manipular materiais impressos e audiovisuais em diferentes portadores (livro, revista, gibi, jornal, cartaz, CD, tablet etc.).</b></p>	<p><b>(EI02EF07) Manusear diferentes portadores textuais, demonstrando reconhecer seus usos sociais.</b></p>	<p><b>(EI03EF07) Levantar hipóteses sobre gêneros textuais veiculados em portadores conhecidos, recorrendo a estratégias de observação gráfica e/ou de leitura.</b></p>
<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>
<p>Explorar, manuseando com autonomia, materiais eletrônicos ou impresso como livros, revista, gibi, jornal, cartaz ilustrativos.</p> <p>Brincar e se expressar com coerência frente aos portadores que emitem som, evidenciando de atitudes sentimentos, desejos, valores e habilidades.</p> <p>Reconhecer ao manipular materiais audiovisuais em diferentes portadores a forma convencional de uso, como também constrói possibilidades coerentes de manuseio em momentos de interação com o objeto individualmente, com os pares e coletiva.</p>	<p>Participar de momentos diversos de manuseio de diferentes portadores textuais, convivendo e conhecendo, com a mediação do adulto, o uso social desses portadores;</p> <p>Explorar e fazer uso de diferentes portadores de textos, ampliando o repertório de palavras, expressões, possibilidades de falar a mesma coisa de forma diferente, de (re)contar histórias de memória por mais de uma perspectiva;</p> <p>Explorar encartes de supermercado, rótulos, livros, revistas, histórias em quadrinhos, distinguindo-os e sabendo inseri-los nas situações de interações e brincadeiras livres e direcionadas pelo adulto.</p> <p>Reconhecer ao manipular diferentes portadores de textos a forma convencional de uso, como também construir possibilidades coerentes de manuseio em momentos de interação com o objeto individualmente, com os pares e coletiva.</p>	<p>Participar de momentos de levantamento de hipótese sobre gêneros textuais veiculados em portadores conhecidos;</p> <p>Explorar, através da observação de formas gráficas e/ou leitura, estratégias de levantamento de hipótese relacionada aos gêneros textuais;</p> <p>Expressar suas hipóteses, a partir da observação das formas gráficas e/ou leitura, sobre os gêneros textuais apresentados pelo adulto-leitor e/ou nos momentos de manuseio com os pares.</p> <p>Registrar suas hipótese (escrita espontânea) e confrontar com a das outras crianças;</p> <p>Expressar suas hipóteses para registro, tendo o adulto como escriba.</p>

<p><b>(EI01EF08) Participar de situações de escuta de textos em diferentes gêneros textuais (poemas, fábulas, contos, receitas, quadrinhos, anúncios etc.).</b></p>	<p><b>(EI02EF08) Manipular textos e participar de situações de escuta para ampliar seu contato com diferentes gêneros textuais (parlendas, histórias de aventura, tirinhas, cartazes de sala, cardápios, notícias etc.).</b></p>	<p><b>(EI03EF08) Selecionar livros e textos de gêneros conhecidos para a leitura de um adulto e/ou para sua própria leitura (partindo de seu repertório sobre esses textos, como a recuperação pela memória, pela leitura das ilustrações etc.).</b></p>
<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>
<p>Conviver com os gêneros textuais, interagindo, imaginando, desejando, sentindo os momentos de contação de história e de leituras de textos diversos com auxílio ou não de objetos, como por exemplo: fantoches.</p> <p>Conhecer e reconhecer-se na escuta de textos em diferentes gêneros como parte subjetiva do momento de interação, de forma a criar identificação, projeção ou diferenciação promovidos pelo movimento de escuta.</p>	<p>Brincar e explorar o acervo literário disponível nos espaços de convivência, experimentando várias possibilidades de escuta de textos frente a diversidade de gênero oferecido pelo adulto-leitor.</p> <p>Conviver com cartazes, textos trabalhados nos ambientes de interação e convivência, possibilitando escuta e formulação de hipóteses de leitura e de significação do que é lido;</p> <p>Expressar sentimentos, valores, desejos, emoção frente ao movimento de escuta de diversos gêneros textuais;</p> <p>Imaginar diversas possibilidades cênicas a partir dos recontos orais e dos textos trabalhados pelo adulto-leitor.</p> <p>Conviver de forma harmoniosa com as outras crianças e com o adulto-leitor nas situações de escuta e/ou leitura, reconhecendo-se como parte importante dessa relação escuta-leitura, formulando sentido e significado na prática social das rodas literárias.</p>	<p>Selecionar livros e textos de gêneros conhecidos para a leitura de um adulto e/ou para sua própria leitura (partindo de seu repertório sobre esses textos, como a recuperação pela memória, pela leitura das ilustrações etc.).</p> <p>Brincar de ler livros e textos escolhendo os já conhecidos, recuperando memórias, lendo ilustrações, resgatando expressões utilizadas durante a leitura do adulto-leitor, etc.</p> <p>Participar com interesse da distribuição de livros para manuseio, expressando seu gosto e suas escolhas literárias com propriedade e argumentação;</p> <p>Participar ativamente dos momentos de escolha das leituras a serem feitas pelo adulto-leitor, expressando conhecimento sobre os gêneros e textos apresentados como possibilidades, e argumentando de forma coesa em defesa de sua escolha.</p>

<p><b>(EI01EF09) Conhecer e manipular diferentes instrumentos e suportes de escrita.</b></p>	<p><b>(EI02EF09) Manusear diferentes instrumentos e suportes de escrita para desenhar, traçar letras e outros sinais gráficos.</b></p>	<p><b>(EI03EF09) Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e textos, por meio de escrita espontânea.</b></p>
<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>
<p>Brincar de ler diferentes instrumentos e suportes de escrita.</p> <p>Participar de momentos de manuseio de diferentes instrumentos e suporte de escrita;</p> <p>Explorar os vários gêneros textuais a partir do que for considerado pela criança interessante, instigando a curiosidade.</p>	<p>Brincar de escrever, explorando diferentes instrumentos e suporte de escrita para desenhar signos, símbolos, pseudoletas, letras, números entre outras expressões gráficas;</p> <p>Explorar a utilização de grafite, tintas e pincéis, lápis de cor e giz cera na produção de escritas espontâneas.</p> <p>Explorar instrumentos e suportes com diferentes tamanhos, formas e funcionalidade social. Possibilitando registros e escritas singulares e significativas.</p> <p>Traçar letras e formas com intenção comunicativa, descobrindo brincando que quem escreve comunica algo a alguém ou a si mesmo.</p>	<p>Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e textos, por meio de escrita espontânea.</p> <p>Brincar de (re)escrever histórias, parlendas, cantigas, regras e combinados, regras de brincadeiras;</p> <p>Registrar sentimentos, pensamentos, noções, valores; trazendo as hipóteses da língua escrita através de descobertas e brincadeiras;</p> <p>Escrever listas, de bilhetes, de placas, cardápios, cartas para personagens das histórias lidas com a mediação do adulto ou em propostas de escrita livre, trazendo suas hipóteses, saberes e reflexões sobre a escrita convencional.</p>

**ESPAÇOS, TEMPOS, QUANTIDADES, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES  
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO**

<b>BEBÊS</b> (zero a 1 ano e 6 meses)	<b>CRIANÇAS BEM PEQUENAS</b> (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses)	<b>CRIANÇAS PEQUENAS</b> (4 anos a 5 anos e 11 meses)
<b>(EI01ET01) Explorar e descobrir as propriedades de objetos e materiais (odor, cor, sabor, temperatura).</b>	<b>(EI02ET01) Explorar e descrever semelhanças e diferenças entre as características e propriedades dos objetos (textura, massa, tamanho).</b>	<b>(EI03ET01) Estabelecer relações de comparação entre objetos, observando suas propriedades.</b>
<b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b>	<b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b>	<b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b>
Conviver com momentos de troca de experimentos com objetos que estimulem o desenvolvimento do tato, olfato, paladar, audição e visão.	Explorar objetos do seu dia a dia como, por exemplo, o peso da clara do ovo sem bater e depois batida comparando a textura, massa tamanho.	Explorar vários objetos do seu meio para identificar características e semelhanças entre ambas como cor, formato, textura, massa, tamanho, e temperatura.  Brincar de caba-cega identificando as características dos objetos e suas propriedades.

<p><b>(EI01ET02) Explorar relações de causa e efeito (transbordar, tingir, misturar, mover e remover etc.) na interação com o mundo físico.</b></p>	<p><b>(EI02ET02) Observar, relatar e descrever incidentes do cotidiano e fenômenos naturais (luz solar, vento, chuva etc.).</b></p>	<p><b>(EI03ET02) Observar e descrever mudanças em diferentes materiais, resultantes de ações sobre eles, em experimentos envolvendo fenômenos naturais e artificiais.</b></p>
<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>
<p>Participar por meio de atividade experimental momentos de interação com o mundo físico através de brincadeiras com água no balde explorando objetos que transborda, move, mistura, molha, etc.</p>	<p>Participar de momentos de iniciação à observação dos fenômenos da natureza por meio de experiências científicas que fomente a sua solidariedade, curiosidade e colaboração.</p> <p>Participar de momento de observação por um período do tempo, o céu, verificar se chove, registrar com desenho e registrar o que foi observado.</p>	<p>Participar de momentos de iniciação à observação dos fenômenos da natureza por meio de experiências científicas que fomente a sua solidariedade, curiosidade e colaboração.</p> <p>Participar de experiência do vulcão em erupção explodindo com vinagre e bicarbonato de sódio, é fascinante. Utilize uma garrafa PET, corte-a no bico. Encha até a metade com água morna e acrescente detergente. Misture o bicarbonato e acrescente corante de vermelho. Entorno da garrafa, faça um modelo cônico do vulcão com papel machê. Depois acrescente vinagre na boca da garrafa, imediatamente a lava começa a jorrar.</p>

<p><b>(EI01ET03) Explorar o ambiente pela ação e observação, manipulando, experimentando e fazendo descobertas</b></p>	<p><b>(EI02ET03) Compartilhar, com outras crianças, situações de cuidado de plantas e animais nos espaços da instituição e fora dela.</b></p>	<p><b>(EI03ET03) Identificar e selecionar fontes de informações, para responder a questões sobre a natureza, seus fenômenos, sua conservação.</b></p>
<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>
<p>Explorar a imaginação e a criatividade por meio de brincadeiras que promovam a manipulação de objetos como a brincadeira do faz- de- conta, Brincar de construir uma casinha com objetos de cozinhas e promovendo a espontaneidade.</p>	<p>Conviver com momentos de cultivos as plantas e cuidado com a natureza examinado o dia a dia da vida dos animais.</p>	<p>Explorar com atividades que estimulem a interação, indagação, significação, funcionalidade e reflexão dos conceitos relacionados à natureza.</p> <p>Participar da ida na cozinha para preparar alimentos para a merenda escolar compreendendo e respondendo questões da natureza, seus fenômenos, sua conservação de forma prazerosa e criativa.</p>

<p><b>(EI01ET04) Manipular, experimentar, arrumar e explorar o espaço por meio de experiências de deslocamentos de si e dos objetos.</b></p>	<p><b>(EI02ET04) Identificar relações espaciais (dentro e fora, em cima, embaixo, acima, abaixo, entre e do lado) e temporais (antes, durante e depois).</b></p>	<p><b>(EI03ET04) Registrar observações, manipulações e medidas, usando múltiplas linguagens (desenho, registro por números ou escrita espontânea), em diferentes suportes.</b></p>
<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>
<p>Brincar com as caixas de empilhar, deslocando subindo e descendo, entrando, saindo empurrando, colocando em fileiras, deixando espaço entre elas, promovendo momentos de descobertas do outro, do equilíbrio.</p>	<p>Conhecer noções relacionadas à orientação do espaço, se orientando estaticamente com o seu corpo como ponto de referência ou com objetos que ocupam posição no seu entorno explorando à lateralidade e direcionamento.</p>	<p>Brincar de medir e registrar mensalmente sua altura e dos seus colegas.</p> <p>Participar de medição não convencional como passos, palmos, pulos e medir com régua fita métrica da sala, escola e de objetos do seu entorno.</p>
<p><b>(EI01ET05) Manipular materiais diversos e variados para comparar as diferenças e semelhanças entre eles.</b></p>	<p><b>(EI02ET05) Classificar objetos, considerando determinado atributo (tamanho, peso, cor, forma etc.).</b></p>	<p><b>(EI03ET05) Classificar objetos e figuras de acordo com suas semelhanças e diferenças.</b></p>
<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>
<p>Brincar de construir caixa com materiais diversos: bolas, tampa de garrafas, pompons de lã, rolinhos, sacolas e caixas pequenas, tiras de veludos, sedas e renda, prendedores de roupas, explorando e comparando as diferenças.</p>	<p>Brincar de montar caixas/cestos para guardar brinquedos conforme sua classificação ou indicação. Separar tampas ou bolinhas em diferentes vasilhas.</p>	<p>Conviver com momentos na comunidade, horta, shopping, mercado, feiras para classificar objetos, considerando determinado atributo: (tamanho, valor financeiro, peso, cor, forma etc.).</p>

<p><b>(EI01ET06) Vivenciar diferentes ritmos, velocidades e fluxos nas interações e brincadeiras (em danças, balanços, escorregadores etc.).</b></p>	<p><b>(EI02ET06) Utilizar conceitos básicos de tempo (agora, antes, durante, depois, ontem, hoje, amanhã, lento, rápido, depressa, devagar)</b></p>	<p><b>(EI03ET06) Relatar fatos importantes sobre seu nascimento e desenvolvimento, a história dos seus familiares e da sua comunidade.</b></p>
<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>
<p>Participar de momentos com atividades físicas e de manipulação com objetos como: escorregador, balanços, andadores, tijolos ocos de madeiras construindo torres.</p> <p>Conviver com músicas infantis.</p>	<p>Participar de construir calendários com acontecimentos importantes conhecendo conceitos do agora, antes, durante, depois, ontem, hoje, amanhã.</p> <p>Explorar percursos e labirintos desenvolvendo habilidades de movimento lento, rápido, depressa e devagar.</p>	<p>Participar de roda de conversas relatando momentos significantes do seu nascimento, sua história, sua família e da sua comunidade.</p>

**(EI02ET07) Contar oralmente objetos, pessoas, livros etc., em contextos diversos.**

**(EI03ET07) Relacionar números às suas respectivas quantidades e identificar o antes, o depois e o entre em uma sequência.**

**Desdobramentos Didáticos Pedagógicos**

**Desdobramentos Didáticos Pedagógicos**

Participar de momentos de contagem com objetos concretos e com música que estimule a assimilação dos numerais.

Brincar com objetos registrando as quantidades.

Explorar os objetos do seu entorno quantificando oralmente.

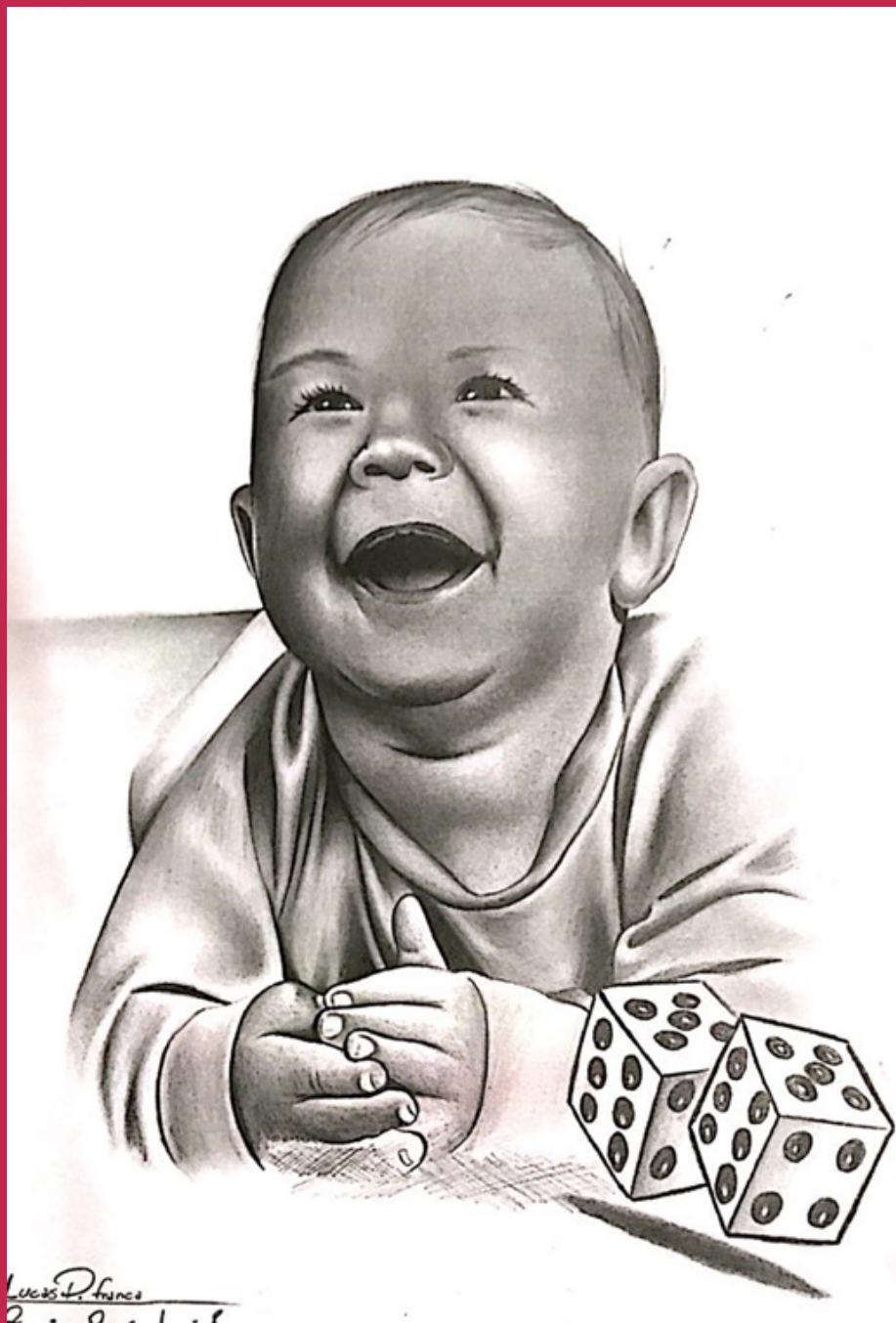
Explorar diversas situações do seu dia a dia que utilizem os numerais.

Brincar de contar as coisas, objetos, colegas presentes e faltosos.

Participar de jogos e brincadeiras matemáticas com noções de quantidades e sequenciação;

Brincar com os números escritos associando sua quantidade aos objetos concretos.

<p><b>(EI02ET08) Registrar com números a quantidade de crianças (meninas e meninos, presentes e ausentes) e a quantidade de objetos da mesma natureza (bonecas, bolas, livros etc.).</b></p>	<p><b>(EI03ET08) Expressar medidas (peso, altura etc.), construindo gráficos básicos.</b></p>
<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>	<p><b>Desdobramentos Didáticos Pedagógicos</b></p>
<p>Participar de momentos de contagem com objetos concretos e músicas explorando os numerais;</p> <p>Brincar de registrar números em diversas situações do dia a dia, como chamada, quantos somos hoje?</p> <p>Participar de diversas brincadeiras que contenham números como: calculadoras, moedas, telefone, fitas métricas, agendas, embalagens de alimentos</p>	<p>Explorar o seu tamanho, peso e preferencias construindo gráficos e tabelas para representar.</p>



Lucas P. França  
2.0.1.8

## 5. FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Nas últimas décadas do século XX, no Brasil, inúmeros debates, reflexões e projetos são tecidos acerca da EDUCAÇÃO como um todo e de modo amplo a reflexão sobre da oferta da Educação Infantil. Da mesma forma, retoma-se a preocupação da formação continuada dos profissionais da educação notadamente dos docentes que atuam com as instituições de Educação Infantil e suas especificidades.

***[...] a formação inicial e continuada dos professores para atender esses alunos, deve ser uma prioridade constante visto que essa clientela necessita de constantemente informação e conhecimento [...] a formação continuada de professores deverá ser considerada prioritária (BRANCO, 2012, p. 247).***

Um novo panorama da educação requer que os profissionais que atuam nessa etapa vivenciem concepções diferenciadas acerca do currículo escolar, do Ensino/Aprendizagem, dos direitos de aprendizagens, das concepções de crianças e infâncias, de entender o processo de desenvolvimento da criança, de promover e participar das experiências da teoria com a prática, além de compreender a promoção dos

espaços educativos e de vivências educativas ofertadas às nossas crianças.

A proposta de educação infantil vem sendo alterada historicamente na Educação brasileira, em diferentes momentos, devido às diversas pesquisas estudadas na área, às concepções de criança na atualidade, às diferentes propostas e experiências que exige do docente uma formação que propicie o desenvolvimento integral da criança para vida da sociedade que abrangendo valores éticos, sociais, familiares, estéticos, morais e políticos. A educação infantil seja na zona rural ou na zona urbana precisa ter significado para eles, atendendo suas necessidades e especificidades, dando-lhe subsídio teórico e prático para mediar uma aprendizagem nas dimensões culturais, políticas, cognitivas e da criança, estreitando o diálogo com a comunidade escolar.

As instituições precisam definir no seu Projeto Político Pedagógico ações de formação continuada para seu professores considerando as múltiplas dimensões da formação humana e os diferentes contextos com a família, com as creches e a pré-escola, com a comunidade próxima, buscando favorecer aprendizagens significativas relacionadas à convivência, à participação e a autonomia dos sujeitos (TITTON, 2008, p.72).



LUCAS PEREIRA FRANÇA

## 6. AVALIAÇÃO E REGISTRO

Conforme é previsto nas DCNEI, “as instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação” (BRASIL, 2010, p.29). Está claro que esta avaliação não deve ser para promover ou classificar, mas garantir o acompanhamento do desenvolvimento da criança, conforme supracitado neste documento. É necessário que as IEI criem mecanismos e procedimentos de acompanhamento por meio de:

- Observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;
- Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);
- Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança a Educação Infantil.

Ao elaborar esta documentação, deve se considerar os campos de experiências e os direitos de aprendizagem defendidos na BNCC, de modo que estes sejam contemplados no planejamento docente e avaliados durante a prática pedagógica e seus efeitos junto às crianças.

Importante reiterar que a avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças não deve ter o objetivo de promoção e menos ainda de retenção. Por tanto, se faz necessária planejar o processo de transição entre estas duas etapas (EI e EF), considerando a progressão da aprendizagem das crianças.

Realizada com o propósito de informar o professor e a criança sobre a progressão da aprendizagem, possibilitando reformulações e assegurando o alcance dos objetivos, a avaliação na Educação Infantil demonstra como as crianças se desenvolvem. Por isso, deve ser realizada de maneira contínua, no dia-a-dia, e também em oportunidades regulares, incluindo o uso de instrumentos mais formais (relatórios, fichas avaliativas e portfólios) pautados na observação, no registro diário e na singularidade de cada criança.

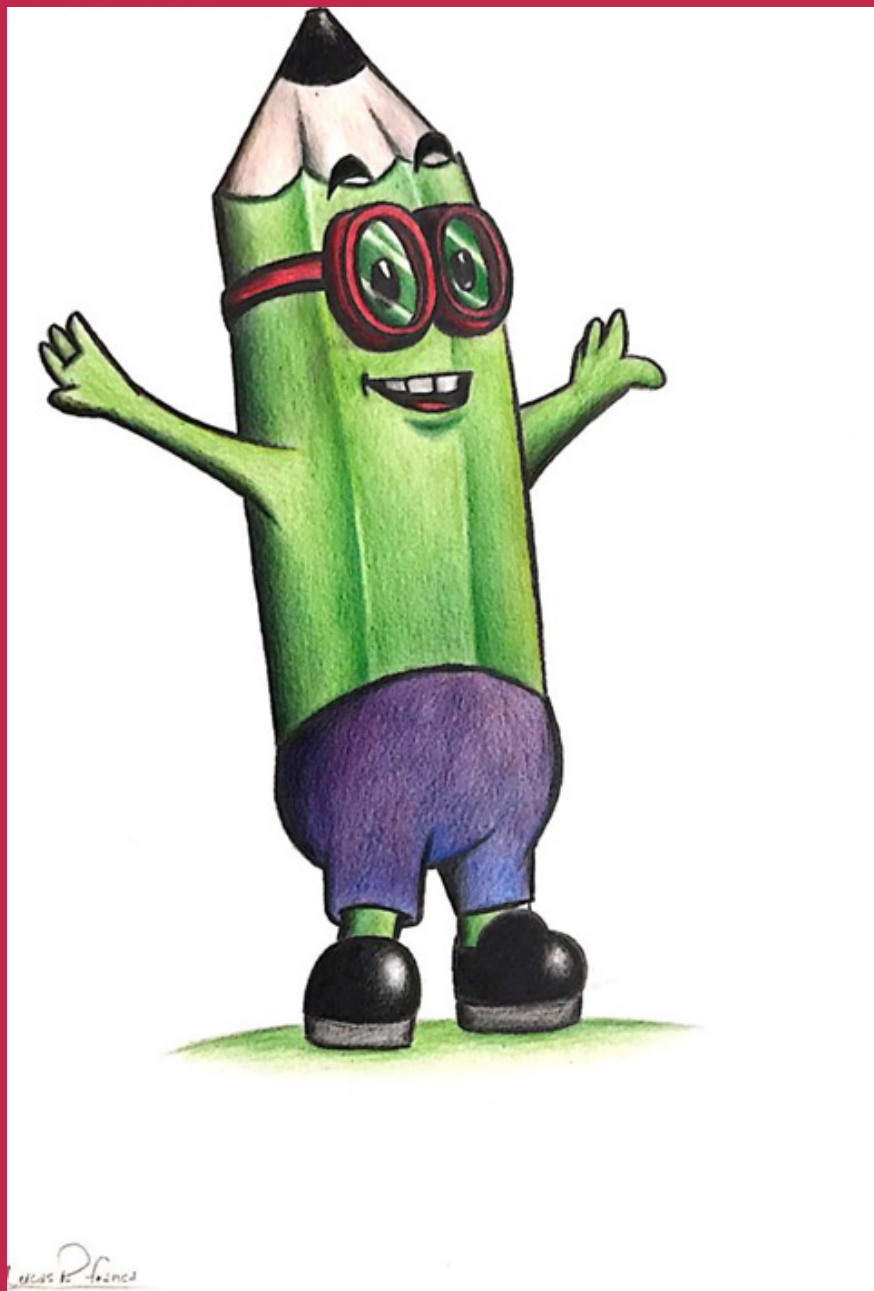
Na observação, deve analisar as características individuais das crianças, como elas lidam com as outras, como elas participam das experiências de aprendizagem, suas conquistas, dificuldades e possibilidades de desenvolvimento.

O registro deve ser um momento de anotações de tudo que foi observado, suas falas importantes, suas expressões, a maneira que se processa a construção do pensamento do conhecimento, sua maneira de interagir com as experiências, quais os direitos de aprendizagem que são garantidos.

O portfólio, quando bem construído, reproduz a realidade da turma e de cada aluno. Ele pode conter relatórios, fotos, atividades das crianças, fichas descritivas, vídeos com experiências das brincadeiras e interações. O importante do portfólio que pode ser socializado a qualquer momento com a comunidade escolar e pode servir como objeto de estudo para o professor na construção de planejamentos posteriores.

Acompanhar o monitoramento do desenvolvimento da criança na Educação Infantil exige progressão e articulação de ações diariamente. O professor na condição de avaliador propõe, observa, introduz e redireciona seu planejamento no intuito de:

- Estimular a criatividade e curiosidade da criança nas atividades diárias da instituição;
- Valorizar a diversidade, interesses e possibilidades dos direitos de aprendizagens: conviver, explorar, brincar, participar, expressar-se e conhecer-se no seu mundo.
- Medir o pensamento da criança com possibilidades e brincadeira desafiadoras e possíveis de serem executadas.
- Fortalecer o reconhecimento das diferenças e das diversidades étnicas, culturais, política, ambiental e regional do povo alagoano.
- Registrar os aspectos individuais do desenvolvimento das crianças em todos seus aspectos: cognitivos, social, ético, estético, físico e psicológico.



Lucas P. França

LUCAS PEREIRA FRANÇA

## 7. TRANSIÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação infantil, enquanto primeira etapa da Educação Básica, pressupõe algumas transições que vão da inserção até a saída da criança na instituição de educação infantil. Ao entrar no espaço educacional, o primeiro convívio que a criança tem é dentro da família, muitas vezes restrita apenas ao contato da mãe ou responsável. Considerando esta condição de início, é necessário que se reserve no tempo curricular o momento de acolhida e de estratégias para que adaptação desta criança seja algo prazeroso, algo que deve ser compartilhado com a família.

Com o passar dos anos, as crianças vão mudando de espaços e professores, o que exige um olhar sensível sobre esta transição. É necessário considerar a etapa do desenvolvimento infantil e os desafios que a criança precisa superar nessa relação coletiva.

A transição mais delicada e que requer uma atenção especial ocorre na saída da criança da educação infantil para o ensino fundamental. Nesse caso, é necessário o diálogo entre as instituições de saída e chegada da criança, alinhando a proposta de ambas no sentido de considerar as especificidades de suas etapas sem perder de vista a condição de criança a

partir de suas necessidades de desenvolvimento e aprendizagem.

Importante ressaltar que a sub etapa da educação infantil, a pré-escola, não é espaço prioritário de alfabetização de modo que não se devem antecipar conteúdos da etapa posterior. Muitas instituições se sentem pressionadas pelos pais ou mesmo por professores para que as crianças saiam lendo e escrevendo da educação infantil. Isso não implica dizer que a criança não se aproprie dos processos de aquisição da leitura e da escrita, contudo, a alfabetização não deve ser prioridade. Essa ansiedade de aprendizagem e desconhecimento da lei acerca do corte etário, recentemente julgada procedente pelo Supremo Tribunal de Justiça, tem levado algumas instituições a promover crianças para o ensino fundamental antes de completarem 6 anos, o que é considerado ilegal.

Recomenda-se que a proposta pedagógica, alinhada ao que é específico da educação infantil, seja apresentada aos pais/responsáveis no início do ano, para que juntos, trabalhando em parceria, alcancem os objetivos previstos, respeitando as atividades lúdicas, com ênfase no brincar, o desenvolvimento de diversas habilidades e competências que a criança levará para toda a vida.

# REFERÊNCIAS

BARBOSA, Ivone Garcia. O Proinfantil e a formação do professor. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 5, n. 9, p. 385-399, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>

BRANCO, Verônica. A política de formação continuada de professores para a educação integral. In: MOOL, Jaqueline (Org.) Caminhos da educação integral no Brasil: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso 2012, p.247.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB nº 1, de 7 de abril de 1999. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 13 abr. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Diário Oficial da União, Brasília, 18 dez. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Linguagem oral e linguagem escrita na educação infantil: práticas e interações / - 1.ed.

Brasília: MEC /SEB, 2016. 120 p. (Coleção Leitura e escrita na educação infantil; v.4).

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Base nacional comum curricular. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC\\_19mar2018\\_-versaofinal.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/BNCC_19mar2018_-versaofinal.pdf)>. Acesso em: abr. 2018.

HECK. Cristiane Schevinski. Educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental: articulação necessária e possível. Ijuí: UNIJUÍ, 2012.

MAHONEY, Abigail Alvarenga et al. Henri Wallon (Psicologia e Educação). 7ª edição. São Paulo. Editora Loyola: 2007.

TITTON, Maria Beatriz Pauperio; MOREIRA Suzana Pacheco. Educação integral e integrada: reflexões e apontamentos. In: UFG/CEPAE - Universidade Federal de Goiás. Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação. Aperfeiçoamento em educação integral e integrada/Universidade Federal de Goiás. Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada a Educação. – Goiânia: FUNAPE/CIAR, 2008, p.63-78

# ANEXOS

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**  
**CONSELHO PLENO**

**RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2017 (\*)**

*Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.*

**O Presidente do Conselho Nacional de Educação**, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 9º e no art. 90 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no § 1º do art. 6º e no § 1º do art. 7º da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, e com fundamento nos artigos 205 e 210 da Constituição Federal, no art. 2º, no inciso IV do art. 9º, e nos artigos 22, 23, 26, 29, 32 e 34, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, nas metas e diretrizes, definidas no Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, bem como no Parecer CNE/CP nº 15/2017, homologado pela Portaria MEC nº 1.570, de 20 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 2017, Seção 1, pág. 146, e

CONSIDERANDO que o art. 205 da Constituição Federal define que “*a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*”, preceito esse reafirmado no art. 2º da Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nos seguintes termos: “*a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho*”;

CONSIDERANDO que o art. 210 da Constituição Federal define que “*serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais*”, e que o art. 9º da LDB, ao definir umas das incumbências da União, em seu inciso V, como a de “*estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum*”;

CONSIDERANDO que o § 1º, art. 9º da LDB, estabelece que “*na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei*”; e que, complementarmente, o art. 90 da mesma LDB define que, “*as questões suscitadas na transição entre o regime anterior e o que se institui nesta Lei serão resolvidas pelo Conselho Nacional de Educação ou, mediante delegação deste, pelos órgãos normativos dos sistemas de ensino, preservada a autonomia universitária*”;

CONSIDERANDO que o art. 22 da LDB esclarece que “*a educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores*”;

---

(\*) Resolução CNE/CP 2/2017. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de dezembro de 2017, Seção 1, pp. 41 a 44.

CONSIDERANDO que o art. 23 da LDB define que “a educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar”;

CONSIDERANDO que o art. 26 da LDB, na redação dada pela Lei nº 12.796/2013, estipula que “os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos”;

CONSIDERANDO que o art. 27 da LDB indica que os conteúdos curriculares da Educação Básica observarão, entre outras, a diretriz da “difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática”;

CONSIDERANDO que o art. 29 da LDB, na redação dada pela Lei nº 12.796/2013, define que, “a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”;

CONSIDERANDO que o art. 32 da LDB, na redação dada pela Lei nº 11.274/2006, determina que “o ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social”.

CONSIDERANDO que a Meta 2 do Plano Nacional de Educação, de duração decenal, aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, ao definir a obrigatoriedade de “universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE” (1924), define como estratégia 2.1 que “o Ministério da Educação, em articulação e colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, deverá, até o final do 2º (segundo) ano de vigência deste PNE, elaborar e encaminhar ao Conselho Nacional de Educação, precedida de consulta pública nacional, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os (as) alunos (as) do ensino fundamental”; e, na sequência, em sua estratégia 2.2, determina como missão “pactuar entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º desta Lei, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental”.

CONSIDERANDO que a Meta 7 do PNE, na estratégia 7.1, fixa que se deve: “estabelecer e implantar, mediante pactuação inter-federativa, diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional, estadual e local”.

CONSIDERANDO que, em 6 de abril de 2017, após ampla consulta pública nacional, o Conselho Nacional de Educação (CNE) recebeu do Ministério da Educação (MEC), em cumprimento a orientações de ordem legal e normativa sobre a matéria, o documento da “*Base Nacional Comum Curricular – BNCC*”, com proposta pactuada em todas as Unidades da Federação, estipulando-se ali “*direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, para os alunos da Educação Básica*”, nas etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental;

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional de Educação recebeu a proposta da “*Base Nacional Comum Curricular – BNCC*”, na qualidade de Órgão de Estado presente na estrutura educacional brasileira, com “*funções normativas e de supervisão e atividade permanente*”, tal qual previsto no § 1º, do art. 9º da LDB, e criado pela Lei nº 9.131/1995, que alterou a redação da Lei nº 4.024/1961, o qual conta, ainda, com a missão específica, nos termos do art. 90 da Lei nº 9.394/1996 (LDB), de resolver toda e qualquer questão suscitada em relação à implantação de dispositivos normativos da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em regime de colaboração com os demais órgãos normativos dos sistemas de ensino;

CONSIDERANDO que compete, também, ao mesmo Conselho Nacional de Educação, enquanto Órgão de Estado responsável pela articulação entre as instituições da sociedade civil e as organizações governamentais, nos termos do inciso III do art. 5º da Lei nº 13.005/2014, responder por ações de monitoramento contínuo e avaliação periódica da execução das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), bem como, entre outras incumbências, segundo o inciso II do § 1º do mesmo artigo, “*analisar e propor políticas públicas para assegurar a implementação das estratégias e cumprimento das metas*” do PNE;

CONSIDERANDO que, na condição de órgão normativo do Sistema Nacional de Educação, cabe ao CNE, em relação à Educação Infantil e ao Ensino Fundamental, apreciar a proposta da BNCC, elaborada pelo MEC, produzindo parecer específico sobre a matéria, acompanhado de Projeto de Resolução, o qual, nos termos legais e regulamentares, uma vez homologado pelo Ministro da Educação, será transformado em Resolução Normativa do Conselho Nacional de Educação, a orientar sistemas e instituições ou redes de ensino em todo o território nacional, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;

CONSIDERANDO que, em conformidade com a tradição deste Colegiado desde a sua implantação, que se deu há mais de vinte anos, o Conselho Nacional de Educação desenvolveu esse trabalho de discussão da Base Nacional Comum Curricular mediante articulação e ampla participação de toda a comunidade educacional e sociedade brasileira, promovendo audiências públicas nacionais nas cinco regiões do país: Manaus, Região Norte, dia 7 de julho; Recife, Região Nordeste, dia 28 de julho; Florianópolis, Região Sul, dia 11 de agosto; São Paulo, Região Sudeste, dia 25 de agosto, e, finalmente, Brasília, Região Centro-Oeste, dia 11 de setembro de 2017;

CONSIDERANDO que, em todas as audiências públicas, os mais diversos segmentos da sociedade tiveram real oportunidade de participação, e efetivamente ofereceram suas contribuições, as quais se consubstanciaram em documentos essenciais para que este Projeto de Resolução, elaborado pelo Conselho Nacional de Educação, de fato refletisse as necessidades, os interesses, a diversidade e a pluralidade, presentes do panorama educacional brasileiro, e os desafios a serem enfrentados para a construção de uma Educação Básica Nacional, nas etapas da educação infantil e o ensino fundamental, que seja verdadeiramente democrática e de qualidade;

CONSIDERANDO que as orientações presentes nesta Resolução, em termos de seu conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os estudantes da Educação Básica devem desenvolver ao longo das etapas da Educação Infantil e do Ensino

Fundamental, efetivamente subsidiem a construção de currículos educacionais desafiadores por parte das instituições escolares, e, quando for o caso, por redes de ensino, comprometidos todos com o zelo pela aprendizagem dos estudantes, republicaneamente, sem distinção de qualquer natureza.

Resolve:

## **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º A presente Resolução e seu Anexo instituem a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), como documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais como direito das crianças, jovens e adultos no âmbito da Educação Básica escolar, e orientam sua implementação pelos sistemas de ensino das diferentes instâncias federativas, bem como pelas instituições ou redes escolares.

Parágrafo Único. No exercício de sua autonomia, prevista nos artigos 12, 13 e 23 da LDB, no processo de construção de suas propostas pedagógicas, atendidos todos os direitos e objetivos de aprendizagem instituídos na BNCC, as instituições escolares, redes de escolas e seus respectivos sistemas de ensino poderão adotar formas de organização e propostas de progressão que julgarem necessários.

Art. 2º As aprendizagens essenciais são definidas como conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e a capacidade de os mobilizar, articular e integrar, expressando-se em competências.

Parágrafo único. As aprendizagens essenciais compõem o processo formativo de todos os educandos ao longo das etapas e modalidades de ensino no nível da Educação Básica, como direito de pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Art. 3º No âmbito da BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.

Parágrafo Único: Para os efeitos desta Resolução, com fundamento no caput do art. 35-A e no §1º do art. 36 da LDB, a expressão “competências e habilidades” deve ser considerada como equivalente à expressão “direitos e objetivos de aprendizagem” presente na Lei do Plano Nacional de Educação (PNE).

Art. 4º A BNCC, em atendimento à LDB e ao Plano Nacional de Educação (PNE), aplica-se à Educação Básica, e fundamenta-se nas seguintes competências gerais, expressão dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, a serem desenvolvidas pelos estudantes:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva;

2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas;

3. Desenvolver o senso estético para reconhecer, valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também para participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural;

4. Utilizar diferentes linguagens –verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e

escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, em diferentes contextos, e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo;

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação, de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva;

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado consigo mesmo, com os outros e com o planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, de forma harmônica, e a cooperação, fazendo-se respeitar, bem como promover o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões, com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

## **CAPÍTULO II DO PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO**

Art. 5º A BNCC é referência nacional para os sistemas de ensino e para as instituições ou redes escolares públicas e privadas da Educação Básica, dos sistemas federal, estaduais, distrital e municipais, para construir ou revisar os seus currículos.

§1º A BNCC deve fundamentar a concepção, formulação, implementação, avaliação e revisão dos currículos, e conseqüentemente das propostas pedagógicas das instituições escolares, contribuindo, desse modo, para a articulação e coordenação de políticas e ações educacionais desenvolvidas em âmbito federal, estadual, distrital e municipal, especialmente em relação à formação de professores, à avaliação da aprendizagem, à definição de recursos didáticos e aos critérios definidores de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da oferta de educação de qualidade.

§2º A implementação da BNCC deve superar a fragmentação das políticas educacionais, ensejando o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e balizando a qualidade da educação ofertada.

## **CAPÍTULO III DA BNCC, DO CURRÍCULO E DA PROPOSTA PEDAGÓGICA**

Art. 6º As propostas pedagógicas das instituições ou redes de ensino, para desenvolvimento dos currículos de seus cursos, devem ser elaboradas e executadas com

efetiva participação de seus docentes, os quais devem definir seus planos de trabalho coerentemente com as respectivas propostas pedagógicas, nos termos dos artigos 12 e 13 da LDB.

Parágrafo Único. As propostas pedagógicas e os currículos devem considerar as múltiplas dimensões dos estudantes, visando ao seu pleno desenvolvimento, na perspectiva de efetivação de uma educação integral.

Art. 7º Os currículos escolares relativos a todas as etapas e modalidades da Educação Básica devem ter a BNCC como referência obrigatória e incluir uma parte diversificada, definida pelas instituições ou redes escolares de acordo com a LDB, as diretrizes curriculares nacionais e o atendimento das características regionais e locais, segundo normas complementares estabelecidas pelos órgãos normativos dos respectivos Sistemas de Ensino.

Parágrafo único. Os currículos da Educação Básica, tendo como referência à a BNCC, devem ser complementados em cada instituição escolar e em cada rede de ensino, no âmbito de cada sistema de ensino, por uma parte diversificada, as quais não podem ser consideradas como dois blocos distintos justapostos, devendo ser planejadas, executadas e avaliadas como um todo integrado.

Artigo 8º Os currículos, coerentes com a proposta pedagógica da instituição ou rede de ensino, devem adequar as proposições da BNCC à sua realidade, considerando, para tanto, o contexto e as características dos estudantes, devendo:

I. Contextualizar os conteúdos curriculares, identificando estratégias para apresentá-los, representá-los, exemplificá-los, conectá-los e torná-los significativos, com base na realidade do lugar e do tempo nos quais as aprendizagens se desenvolvem e são constituídas;

II. Decidir sobre formas de organização dos componentes curriculares – disciplinar, interdisciplinar, transdisciplinar ou pluridisciplinar – e fortalecer a competência pedagógica das equipes escolares, de modo que se adote estratégias mais dinâmicas, interativas e colaborativas em relação à gestão do ensino e da aprendizagem;

III. Selecionar e aplicar metodologias e estratégias didático-pedagógicas diversificadas, recorrendo a ritmos diferenciados e a conteúdos complementares, se necessário, para trabalhar com as necessidades de diferentes grupos de alunos, suas famílias e cultura de origem, suas comunidades, seus grupos de socialização, entre outros fatores;

IV. Conceber e pôr em prática situações e procedimentos para motivar e engajar os estudantes nas aprendizagens;

V. Construir e aplicar procedimentos de avaliação formativa de processo ou de resultado, que levem em conta os contextos e as condições de aprendizagem, tomando tais registros como referência para melhorar o desempenho da instituição escolar, dos professores e dos alunos;

VI. Selecionar, produzir, aplicar e avaliar recursos didáticos e tecnológicos para apoiar o processo de ensinar e aprender;

VII. Criar e disponibilizar materiais de orientação para os professores, bem como manter processos permanentes de desenvolvimento docente, que possibilitem contínuo aperfeiçoamento da gestão do ensino e aprendizagem, em consonância com a proposta pedagógica da instituição ou rede de ensino;

VIII. Manter processos contínuos de aprendizagem sobre gestão pedagógica e curricular para os demais educadores, no âmbito das instituições ou redes de ensino, em atenção às diretrizes curriculares nacionais, definidas pelo Conselho Nacional de Educação e normas complementares, definidas pelos respectivos Conselhos de Educação;

§1º Os currículos devem incluir a abordagem, de forma transversal e integradora, de temas exigidos por legislação e normas específicas, e temas contemporâneos relevantes para o desenvolvimento da cidadania, que afetam a vida humana em escala local, regional e global, observando-se a obrigatoriedade de temas tais como o processo de envelhecimento e o

respeito e valorização do idoso; os direitos das crianças e adolescentes; a educação para o trânsito; a educação ambiental; a educação alimentar e nutricional; a educação em direitos humanos; e a educação digital, bem como o tratamento adequado da temática da diversidade cultural, étnica, linguística e epistêmica, na perspectiva do desenvolvimento de práticas educativas ancoradas no interculturalismo e no respeito ao caráter pluriétnico e plurilíngua da sociedade brasileira.

§2º As escolas indígenas e quilombolas terão no seu núcleo comum curricular suas línguas, saberes e pedagogias, além das áreas do conhecimento, das competências e habilidades correspondentes, de exigência nacional da BNCC.

Art. 9º As instituições ou redes de ensino devem intensificar o processo de inclusão dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades nas classes comuns do ensino regular, garantindo condições de acesso e de permanência com aprendizagem, buscando prover atendimento com qualidade.

## **CAPÍTULO IV DA BNCC NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Art. 10. Considerando o conceito de criança, adotado pelo Conselho Nacional de Educação na Resolução CNE/CEB 5/2009, como *“sujeito histórico e de direitos, que interage, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura”*, a BNCC estabelece os seguintes direitos de aprendizagem e desenvolvimento no âmbito da Educação Infantil:

I. Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas;

II. Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais;

III. Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades, propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando em relação a eles;

IV. Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia;

V. Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens;

VI. Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

## **CAPÍTULO IV DA BNCC NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Art. 11. A BNCC dos anos iniciais do Ensino Fundamental aponta para a necessária articulação com as experiências vividas na Educação Infantil, prevendo progressiva sistematização dessas experiências quanto ao desenvolvimento de novas formas de relação com o mundo, novas formas de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos.

Art. 12. Para atender o disposto no inciso I do artigo 32 da LDB, no primeiro e no segundo ano do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, de modo que se garanta aos estudantes a apropriação do sistema de escrita alfabética, a compreensão leitora e a escrita de textos com complexidade adequada à faixa etária dos estudantes, e o desenvolvimento da capacidade de ler e escrever números, compreender suas funções, bem como o significado e uso das quatro operações matemáticas.

Art. 13. Os currículos e propostas pedagógicas devem prever medidas que assegurem aos estudantes um percurso contínuo de aprendizagens ao longo do Ensino Fundamental, promovendo integração nos nove anos desta etapa da Educação Básica, evitando a ruptura no processo e garantindo o desenvolvimento integral e autonomia.

Art. 14. A BNCC, no Ensino Fundamental, está organizada em Áreas do Conhecimento, com as respectivas competências, a saber:

### **I. Linguagens:**

a. Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais;

b. Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva;

c. Utilizar diferentes linguagens –verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, em diferentes contextos, e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos, de forma harmônica, e à cooperação;

d. Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo;

e. Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas;

f. Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação, de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar por meio das diferentes linguagens, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos.

### **II. Matemática:**

a. Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, bem como uma

ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho;

b. Identificar os conhecimentos matemáticos como meios para compreender e atuar no mundo, reconhecendo também que a Matemática, independentemente de suas aplicações práticas, favorece o desenvolvimento do raciocínio lógico, do espírito de investigação e da capacidade de produzir argumentos convincentes;

c. Compreender as relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções;

d. Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo que se investigue, organize, represente e comunique informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes;

e. Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados;

f. Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas e dados);

g. Agir individual ou cooperativamente com autonomia, responsabilidade e flexibilidade, no desenvolvimento e/ou discussão de projetos, que abordem, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza;

h. Interagir com seus pares, de forma cooperativa, trabalhando coletivamente no planejamento e desenvolvimento de pesquisas para responder a questionamentos, bem como na busca de soluções para problemas, de modo que se identifique aspectos consensuais ou não na discussão de uma determinada questão, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.

### **III. Ciências da Natureza:**

a. Compreender as Ciências da Natureza como empreendimento humano e o conhecimento científico como provisório, cultural e histórico;

b. Compreender conceitos fundamentais e estruturas explicativas das Ciências da Natureza, bem como dominar processos, práticas e procedimentos da investigação científica, de forma que se sinta, com isso, segurança no debate de questões científicas, tecnológicas, socioambientais e do mundo do trabalho, além de continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva;

c. Analisar, compreender e explicar características, fenômenos e processos relativos ao mundo natural, social e tecnológico (incluindo o digital), como também as relações que se estabelecem entre eles, exercitando a curiosidade para fazer perguntas, buscar respostas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das Ciências da Natureza;

d. Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e de suas tecnologias para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho;

e. Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista, que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza;

f. Utilizar diferentes linguagens e tecnologias digitais de informação e comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas das Ciências da Natureza, de forma crítica, significativa, reflexiva e ética;

g. Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias.

h. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

#### **IV. Ciências Humanas:**

a. Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de maneira que se exercite o respeito à diferença, em uma sociedade plural, além de promover os direitos humanos;

b. Analisar o mundo social, cultural e digital, e o meio técnico-científico-informacional, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, considerando suas variações de significado no tempo e no espaço, para intervir em situações do cotidiano e se posicionar diante de problemas do mundo contemporâneo;

c. Identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, exercitando a curiosidade e propondo ideias e ações que contribuam para a transformação espacial, social e cultural, de forma que participe efetivamente das dinâmicas da vida social, exercitando a responsabilidade e o protagonismo, voltados para o bem comum, e a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva;

d. Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas, com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de investigação das Ciências Humanas, promovendo, com isso, o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza;

e. Comparar eventos ocorridos, simultaneamente, no mesmo espaço e em espaços variados, e eventos ocorridos em tempos diferentes no mesmo espaço, e em espaços variados;

f. Construir argumentos, com base nos conhecimentos das Ciências Humanas, para negociar e defender ideias e opiniões que respeitem e promovam os direitos humanos e a consciência socioambiental;

g. Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica, e diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação, no desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal, relacionado a localização, distância, direção, duração, simultaneidade, sucessão, ritmo e conexão.

#### **V. Ensino Religioso:**

- a. Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos;
- b. Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios;
- c. Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida;
- d. Conviver com a diversidade de identidades, crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver;
- e. Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente;
- f. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo que se assegure assim os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.

§1º As Áreas do Conhecimento favorecem a comunicação entre os saberes dos diferentes componentes curriculares, intersectam-se na formação dos alunos, mas preservam as especificidades de saberes próprios construídos e sistematizados nos diversos componentes;

§ 2º O Ensino Religioso, conforme prevê a Lei 9.394/1996, deve ser oferecido nas instituições de ensino e redes de ensino públicas, de matrícula facultativa aos alunos do Ensino Fundamental, conforme regulamentação e definição dos sistemas de ensino.

## **CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 15. As instituições ou redes de ensino podem, de imediato, alinhar seus currículos e propostas pedagógicas à BNCC.

Parágrafo único. A adequação dos currículos à BNCC deve ser efetivada preferencialmente até 2019 e no máximo, até início do ano letivo de 2020.

Art. 16. Em relação à Educação Básica, as matrizes de referência das avaliações e dos exames, em larga escala, devem ser alinhadas à BNCC, no prazo de 1 (um) ano a partir da sua publicação.

Art. 17. Na perspectiva de valorização do professor e da sua formação inicial e continuada, as normas, os currículos dos cursos e programas a eles destinados devem adequar-se à BNCC, nos termos do §8º do Art. 61 da LDB, devendo ser implementados no prazo de dois anos, contados da publicação da BNCC, de acordo com Art. 11 da Lei nº 13.415/2017.

§ 1º A adequação dos cursos e programas destinados à formação continuada de professores pode ter início a partir da publicação da BNCC.

§ 2º Para a adequação da ação docente à BNCC, o MEC deve proporcionar ferramentas tecnológicas que propiciem a formação pertinente, no prazo de até 1 (um) ano, a ser desenvolvida em colaboração com os sistemas de ensino.

Art. 18. O ciclo de avaliação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), seguinte à publicação da BNCC, deve observar as determinações aqui expostas em sua matriz de referência.

Art. 19. Os programas e projetos pertinentes ao MEC devem ser alinhados à BNCC, em até 1 (um) ano após sua publicação.

Art. 20. O PNLD – Programa Nacional do Livro Didático deve atender o instituído pela BNCC, respeitando a diversidade de currículos, construídos pelas diversas instituições ou redes de ensino, sem uniformidade de concepções pedagógicas.

Art. 21. A BNCC deverá ser revista após 5 (cinco) anos do prazo de efetivação indicado no art. 15.

Art. 22. O CNE elaborará normas específicas sobre computação, orientação sexual e identidade de gênero.

Art. 23. O CNE, mediante proposta de comissão específica, deliberará se o ensino religioso terá tratamento como área do conhecimento ou como componente curricular da área de Ciências Humanas, no Ensino Fundamental.

Art. 24. Caberá ao CNE, no âmbito de suas competências, resolver as questões suscitadas pela presente norma.

Art. 25. No prazo de 30 dias a contar da publicação da presente Resolução, o Ministério de Educação editará documento técnico complementar contendo a forma final da BNCC, nos termos das concepções, definições e diretrizes estabelecidas na presente norma.

Art. 26. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**EDUARDO DESCHAMPS**

# CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE ALAGOAS

## RESOLUÇÃO Nº 001/2019

Institui e orienta a implantação do Referencial Curricular de Alagoas, a ser utilizado ao longo da educação infantil e do ensino fundamental e respectivas modalidades no âmbito do Sistema Estadual de Ensino.

O Presidente do Conselho Estadual de Educação de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, considerando ser a educação um direito público subjetivo e dever do Estado, devendo ser garantida a todo e qualquer cidadão, com fundamento na Constituição Federal de 1988, Constituição Estadual de Alagoas de 1989, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/1996, Plano Nacional de Educação - Lei nº 13.005/2014, Plano Estadual de Educação - Lei nº 7.795/2016, Resolução CNE/CEB nº 04/2010, Resolução CNE/CP nº 02/2017, Parecer CNE/CEB nº 07/2010, Parecer CNE/CP nº 15/2017, bem como no Parecer CEE/AL nº 02/2019,

RESOLVE:

### CAPÍTULO I

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. A presente Resolução e seu Anexo instituem o Referencial Curricular de Alagoas, como documento de caráter normativo que define as aprendizagens essenciais como direito de pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, e orientam sua implementação nas instituições que fazem parte do Sistema Estadual de Ensino.

Parágrafo único. No exercício de sua autonomia, prevista nos artigos 12, 13 e 23 da LDB, no processo de (re)construção de seus projetos político-pedagógicos, atendidos todos os direitos e objetivos de aprendizagem instituídos no Referencial Curricular de Alagoas, as unidades de ensino das redes públicas e privada do Sistema Estadual de Ensino poderão adotar formas de organização e propostas de progressão que julgarem necessários.

Art. 2º. O Referencial Curricular de Alagoas, em atendimento à LDB, ao PNE e ao PEE/AL, aplica-se à Educação Básica e fundamenta-se nas seguintes competências gerais, expressão dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, a serem desenvolvidas pelos estudantes:

- I - Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva;
- II - Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas;

- III - Desenvolver o senso estético para reconhecer, valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também para participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural;
- IV - Utilizar diferentes linguagens –verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, em diferentes contextos, e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo;
- V - Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação, de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva;
- VI - Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
- VII Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender idéias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável, em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado consigo mesmo, com os outros e com o planeta.
- VIII - Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
- IX - Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, de forma harmônica, e a cooperação, fazendo-se respeitar, bem como promover o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
- X - Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões, com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

## **CAPÍTULO II**

### **DO REFERENCIAL CURRICULAR, DO CURRÍCULO E DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

Art. 3º. O Referencial Curricular de Alagoas deve fundamentar a concepção, formulação, implementação, avaliação e revisão dos currículos, e conseqüentemente dos projetos político-pedagógicos das unidades de ensino das redes públicas e privadas da educação básica do Sistema Estadual de Ensino de Alagoas, sendo complementados em cada unidade e rede de ensino por uma parte diversificada, não se constituindo em

dois blocos distintos, devendo ser planejados, executados e avaliados como um todo integrado.

Parágrafo único. As escolas indígenas e quilombolas terão no seu núcleo comum curricular suas línguas, saberes e pedagogias, além das áreas do conhecimento, das competências e habilidades correspondentes.

Art. 4º. Os projetos político-pedagógicos das unidade/redes de ensino, para desenvolvimento dos currículos de seus cursos, devem ser elaborados e executados com efetiva participação de seus docentes, os quais devem definir seus planos de trabalho coerentemente com os respectivos projetos político-pedagógicos, nos termos dos artigos 12 e 13 da LDB.

Art. 5º. As instituições ou redes de ensino devem intensificar o processo de inclusão dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação nas classes comuns do ensino regular, garantindo condições de acesso e de permanência com aprendizagem, buscando prover atendimento com qualidade.

### **CAPÍTULO III**

#### **DO REFERENCIAL CURRICULAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Art. 6º. O Referencial Curricular de Alagoas para a educação infantil, em consonância com a BNCC, aponta para a necessidade da junção do cuidar e do educar.

§1º Cuidar se referindo ao atendimento das necessidades básicas da criança;

§2º Educar se referindo ao oferecimento de possibilidades de descobertas e aprendizados.

Art. 7º. As instituições que ofertam a educação infantil devem promover em seus projetos político-pedagógicos práticas de educação e cuidados que possibilitem a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivo cognitivos/lingüísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível.

Parágrafo único. A organização curricular ao longo da educação infantil deve ter como base o organizador curricular com os campos de experiência, os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento, os grupos por faixa etária e os desdobramentos didático-pedagógicos.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DO REFERENCIAL CURRICULAR NO ENSINO FUNDAMENTAL**

Art. 8º. O Referencial Curricular de Alagoas dos anos iniciais do ensino fundamental, em consonância com a BNCC, aponta para a necessária articulação com as experiências vividas na educação infantil, prevendo progressiva sistematização dessas experiências quanto ao desenvolvimento de novas formas de relação com o mundo, novas formas de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos.

Art. 9º. Para atender o disposto na meta 5 do PNE e do PEE, no primeiro e no segundo ano do ensino fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, de modo que se garanta aos estudantes a apropriação do sistema de escrita alfabética, a compreensão leitora e a escrita de textos com complexidade adequada à faixa etária dos estudantes, e o desenvolvimento da capacidade de ler e escrever números, compreender suas funções, bem como o significado e uso das quatro operações matemáticas, de forma que no terceiro ano de escolarização a alfabetização de todas as crianças esteja consolidada.

Art. 10. Os currículos e projetos político-pedagógicos devem prever medidas que assegurem aos estudantes um percurso contínuo de aprendizagens ao longo do ensino fundamental, promovendo integração nos nove anos desta etapa da educação básica, evitando a ruptura no processo e garantindo o desenvolvimento integral e autônomo.

Parágrafo único. A organização curricular ao longo dos 9 (nove) anos do ensino fundamental deve ter como base o organizador curricular de cada componente curricular, observando os campos de atuação, os objetos de conhecimento, as habilidades e os desdobramentos didático-pedagógicos.

Art. 11. O Referencial Curricular de Alagoas, no ensino fundamental, está organizado em Áreas do Conhecimento, que favorecem a comunicação entre os saberes dos diferentes componentes curriculares, intersectam-se na formação dos alunos, mas preservam as especificidades de saberes próprios construídos e sistematizados nos diversos componentes.

Parágrafo único. O Ensino Religioso, conforme prevê a Lei 9.394/1996, deve ser oferecido nas instituições de ensino e redes de ensino públicas, de matrícula facultativa aos alunos do ensino fundamental, tendo como base a Resolução CEE/AL nº 03/2002.

## **CAPÍTULO V**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 12. As unidades ou redes do Sistema Estadual de Ensino de Alagoas podem, de imediato, alinhar seus currículos e projetos político-pedagógicos à BNCC e ao Referencial Curricular de Alagoas.

§1º A adequação dos currículos ao Referencial Curricular de Alagoas deve ser efetivada até o início do ano letivo de 2020.

§2º As instituições de ensino devem atualizar as fichas descritivas de avaliação individual, obrigatórias nos anos iniciais do ensino fundamental, conforme Resolução CEE/AL nº 08/2007, logo após a adequação dos currículos.

Art. 13. O Referencial Curricular de Alagoas deverá ser revisto sempre que houver revisão da BNCC ou das Diretrizes Curriculares Nacionais, devendo as modificações serem aprovadas pelo Conselho Estadual de Educação de Alagoas.

Parágrafo único. Cabe ao Conselho Estadual de Educação monitorar todo o processo de implantação do Referencial Curricular de Alagoas.

Art. 14. Cabe ao CEE, no âmbito de suas competências, resolver as questões suscitadas pela presente norma.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES TEÓFANES AUGUSTO DE ARAÚJO BARROS

Maceió/AL, aos 30 de janeiro de 2019.

PROF. DR. MARIO CESAR JUCÁ

PRESIDENTE DO CEE/AL

